

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

RAFAEL NUNES FERREIRA

**LITERATURA EM TEMPOS SOMBRIOS:
OS PORÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO ROMANCE
K. RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI**

PORTO ALEGRE

2018

RAFAEL NUNES FERREIRA

**LITERATURA EM TEMPOS SOMBRIOS:
OS PORÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO ROMANCE
*K. RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI***

Dissertação de Mestrado em Letras, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Área de Estudos de Literatura, na linha de pesquisa Estudos Literários Aplicados: Literatura, Ensino e Escrita Criativa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Gínia Maria de Oliveira
Gomes

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Perreira, Rafael Nunes
Literatura em tempos sombrios: os porões da
ditadura civil-militar no romance K. Relato de uma
busca, de Bernardo Kucinski / Rafael Nunes Perreira.
-- 2018.
116 f.
Orientadora: Gínia Maria de Oliveira Gomes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Literatura brasileira . 2. Literatura de
testemunho. 3. Ditadura. 4. Bernardo Kucinski. I.
Gomes, Gínia Maria de Oliveira, orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAEL NUNES FERREIRA

**LITERATURA EM TEMPOS SOMBRIOS:
OS PORÕES DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO ROMANCE
*K. RELATO DE UMA BUSCA, DE BERNARDO KUCINSKI***

Dissertação de Mestrado em Letras APROVADA como requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Área de Estudos de Literatura, na linha de pesquisa Estudos Literários Aplicados: Literatura, Ensino e Escrita Criativa.

Porto Alegre, 04 de setembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Gínia Maria de Oliveira Gomes – Orientadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Jaime Ginzburg
Universidade de São Paulo

Profª. Dra. Karina de Castilhos Lucena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para Daniela
Para meus pais, Carmen e Nilton

Os desaparecidos

[...]

*A natureza, como a história,
segrega memória e vida
e cedo ou tarde desova
a verdade sobre a aurora.*

*Não há cova funda
que sepulte
- a rasa covardia.
Não há túmulo que oculte
os frutos da rebeldia.*

*Cai um dia em desgraça
a mais torpe ditadura
quando os vivos saem à praça
e os mortos da sepultura.*

Affonso Romano de Sant'Ana

AGRADECIMENTOS

À Daniela, pelo companheirismo e pelo amor que se fortalecem a cada dia que passa.

A meus pais, Nilton e Carmen, pelo exemplo de honestidade e de comprometimento que sempre guiaram meu modo de interagir com o mundo.

À professora Miriam Denise Kelm, minha orientadora na graduação, por ter contribuído de forma ímpar na minha formação teórica e literária, desempenhando, assim, um papel fundamental na continuidade e na progressão dos meus estudos.

À minha orientadora, Gínia Maria de Oliveira Gomes, pela confiança depositada em mim, e, acima de tudo, pela dedicação e zelo com que conduziu, do início ao fim, o processo de orientação do presente estudo.

Aos professores Antônio Marcos Vieira Sanseverino, Jaime Ginzburg e Karina de Castilhos Lucena, por terem aceitado participar da banca de defesa desta dissertação, contribuindo, desta maneira, com a qualificação do trabalho ora apresentado.

Ao Guto e à Karina, pelos ensinamentos, pela amizade, e, sobretudo, por terem-me oportunizado novamente o contato com a literatura e seus caminhos labirínticos.

Aos professores da UFRGS, dos quais tive o imenso prazer de ser aluno — Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, Antonio Barros de Brito Júnior, Antônio Marcos Vieira Sanseverino, Carlos Augusto Bonifácio Leite, Denise Sales, Gínia Maria Gomes, Homero José Vizeu Araújo, Ian Alexander, Cláudia Luiza Caimi, Karina de Castilhos Lucena, Luís Augusto Fischer, Maria da Glória Bordini, Paulo Coimbra Guedes e Regina Zilberman.

Aos amigos e aos colegas que, de uma maneira ou de outra, estiveram presentes na minha trajetória na pós-graduação, auxiliando e incentivando meus estudos em diferentes momentos e situações.

RESUMO

O presente estudo apresenta uma leitura da obra *K. Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, narrativa testemunhal em que o escritor aborda, ficcionalmente, o episódio histórico envolvendo o desaparecimento de sua irmã e de seu cunhado durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Parte-se da premissa de que o testemunho é uma modalidade crucial para a compreensão da história do século XX e, por conseguinte, da produção estética desse período. Desta maneira, apoiando-se nas pesquisas que, nas últimas décadas, buscam articular as relações entre literatura e catástrofe, literatura e testemunho, literatura e trauma, pretende-se analisar as estratégias e os recursos estético-literários empregados por Kucinski na construção de sua obra testemunhal, bem como discutir a sua relevância no conjunto de textos produzidos acerca do período ditatorial. Com efeito, ao se enfatizar o componente testemunhal assente na narrativa kucinskiana, este trabalho também propõe uma reflexão sobre algumas das características do testemunho, de modo a destacar suas especificidades no contexto brasileiro. A fim de embasar as reflexões aqui propostas, recorre-se a textos de estudiosos de diversas áreas das ciências humanas, dentre eles, Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin, Jaime Ginzburg, Hugo Achugar, Caroline Silveira Bauer, Janaína de Almeida Teles, Eurídice Figueiredo, João Camillo Penna, Valéria de Marco.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Literatura de Testemunho. Ditadura. Bernardo Kucinski.

ABSTRACT

This study presents a reading of the work *K. Relato de uma busca* (2011), written by Bernardo Kucinski, a testimonial narrative in which the writer, in a fictional way, approaches the historical event involving the disappearance of his sister and brother-in-law during the civil-military dictatorship (1964-1985). In this sense, it is based on the premise that the testimony is a crucial modality for understanding the XX century history and, consequently, the aesthetics production of this period. Thus, leaning on researches from the last decades that aim at articulating the relations between literature and catastrophe, literature and testimony, literature and trauma, it is aimed at analyzing the strategies and the aesthetics-literary resources used by Kucinski in the construction of his testimonial work, as well as discuss its relevance in the group of texts elaborated about the dictatorship period. Indeed, by emphasizing the witness component present in Kucinski's work, this study also proposes a reflection about some of the characteristics of the testimony, by highlighting its specificities in relation to the Brazilian context. In order to support the reflections here suggested, it is reached for texts of several studios of the human sciences field, among them, Walter Benjamin, Márcio Seligmann-Silva, Jeanne Marie Gagnebin, Jaime Ginzburg, Hugo Achugar, Caroline Silveira Bauer, Janaína de Almeida Teles, Eurídice Figueiredo, João Camillo Penna, Valéria de Marco.

Keywords: Brazilian Literature. Testimonial Literature. Dictatorship. Bernardo Kucinski.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CATÁSTROFE E TESTEMUNHO: A LITERATURA EM TEMPOS SOMBRIOS.....	16
1.1 O TESTEMUNHO NO SÉCULO DAS CATÁSTROFES.....	16
1.2 <i>SHOAH</i> E A NARRATIVA DO INENARRÁVEL.....	21
1.3 VOZES AMORÇADAS, SUJEITOS SUBALTERNOS: O <i>TESTIMONIO</i> NA AMÉRICA LATINA	27
1.4 DITADURA E TESTEMUNHO NA LITERATURA BRASILEIRA	33
2 O INSUSTENTÁVEL PESO DA HISTÓRIA: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)	39
2.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR E A HERMENÊUTICA DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO	39
2.2 O PAPEL DA LEI DE ANISTIA NA IMPOSIÇÃO DO ESQUECIMENTO	42
2.3 A TAREFA DA REMEMORAÇÃO DOS ANOS DE CHUMBO	45
2.3.1 Projeto Brasil: Nunca Mais.....	46
2.3.2 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos	48
2.3.3 Comissão Nacional da Verdade	50
2.4 O “SORVEDOURO DE PESSOAS” FAZ MAIS DUAS VÍTIMAS	50
3 A DITADURA NO ROMANCE <i>K. RELATO DE UMA BUSCA</i>, DE BERNARDO KUCINSKI: TESTEMUNHO COMO FICÇÃO, FICÇÃO COMO TESTEMUNHO ...	55
3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: DO ABALO DO TRAUMA À ESCRITURA DA TRAMA	58
3.2 A NARRATIVA KAFKIANA DE BERNARDO KUCINSKI	63
3.3 A DESCOBERTA DA DOR EM “SORVEDOURO DE PESSOAS”: A PROPAGAÇÃO DO TERROR POR MEIO DOS DESAPARECIMENTOS FORÇADOS ..	67
3.4 UM MUNDO DE VILANIAS E OBSCENIDADES	71
3.5 OS PORÕES ABREM-SE NOVAMENTE.....	77
3.6 “A MORTE DA PRÓPRIA MORTE” E O ELOGIO DOS FACÍNORAS.....	82
3.7 OUTRAS VOZES NARRATIVAS	86
3.8 A PERSPECTIVA DOS ALGOZES	92
3.9 UMA REFLEXÃO SOBRE OS SOBREVIVENTES.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Os povos que não podem ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-lo.

Dom Paulo Evaristo Arns

As palavras de Dom Paulo Evaristo Arns, citadas na epígrafe acima, ecoam um pensamento recorrente entre estudiosos do século XX, em face dos acontecimentos catastróficos que marcaram a história nesse período, qual seja, o pensamento de que é preciso confrontar o passado, conservando-o vivo na memória coletiva, para não deixar que os erros cometidos caiam em esquecimento e tornem a se repetir. Ao se levantar essa questão, evidencia-se a profunda relação entre passado e presente, pois, como afirma Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 55) “não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente”. Um exemplo dessa problemática encontra-se na obra do escritor italiano Primo Levi. Em *Os afogados e os sobreviventes* (1990), última obra que publicara em vida, o autor retoma suas lembranças do cotidiano no campo de Auschwitz, recordando os horrores a que eram submetidos os prisioneiros e propondo uma reflexão sobre o campo de extermínio. Em suas ponderações, Levi manifesta sua apreensão em torno de um pensamento que lhe causava muita angústia: a ideia de que o mundo, sob o qual foram erguidos campos de concentração, não desaparecera por completo. Em outras palavras, o escritor italiano expõe sua preocupação sobre a possibilidade de o passado das atrocidades cometidas pelos nazistas tornar-se novamente uma realidade no futuro.

A necessidade de compreensão do passado para impedir a reprodução da barbárie tem se revelado cada vez mais imperativa na atualidade. Compreender significa, como definiu Hannah Arendt (2014, p. 21), “antes examinar e suportar conscientemente o fardo que os acontecimentos colocaram sobre nós — sem negar sua existência nem vergar humildemente a seu peso, como se tudo o que de fato aconteceu não pudesse ter acontecido de outra forma”. Essa concepção é de suma importância se pensada à luz do momento histórico em que se encontra o Estado brasileiro, especialmente no que se refere aos debates sobre o período da ditadura civil-militar. Recentemente, uma notícia sobre a ditadura foi veiculada em diversos portais de notícias na Internet. A divulgação de documentos secretos da CIA revelando que o então presidente do Brasil, general Ernesto Geisel, sabia e autorizou a execução de opositores

do regime militar entre os anos 1974 e 1979. A repercussão nas mídias em torno da notícia coloca em evidência as tensões e contradições que envolvem a disputa ideológica acerca da verdade sobre os anos de chumbo, deixando clara a cisão social existente a respeito da interpretação histórica dada ao período. Ademais, os comentários em redes sociais de cidadãos favoráveis ao regime militar legitimam a urgência do pensamento de autores como Dom Paulo Evaristo Arns e Primo Levi, dentre outros, diante da desumanização que se verifica em manifestações públicas em apoio à tortura e a outras graves violações aos direitos humanos praticadas durante a ditadura.

Também, nesse caso, faz-se necessário destacar as estratégias de esquecimento implementadas com a finalidade de se evitar o amplo debate social, negando-se, assim, o caráter público dos acontecimentos ocorridos. Dessa forma, a tarefa de se rememorar os horrores do período ditatorial fica restrita ao âmbito das vítimas ou de seus familiares. De fato, essa imposição do esquecimento revela-se particularmente fundamental para a compreensão da relação entre o passado e o presente, assim como de seus efeitos, sobretudo no que diz respeito à impunidade e à naturalização da violência enquanto graves sintomas sociais do Brasil. Mecanismos que vão desde a elaboração de instrumentos jurídicos protetivos, a exemplo da Lei de Anistia, até o simples silenciamento dos agentes de Estado envolvidos, passando pela negação dos fatos, ocultação de documentos e informações etc. Por essa razão, afirma Janaína de Almeida Teles (2010, p. 253), “o acerto de contas com o passado de ditadura (1964-1985) não está concluído. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está por ser completada”. De certa forma, pode-se dizer que prevalece ainda o desconhecimento sobre os fatos, o que impede o acesso à verdade e à busca pela reparação jurídica. O que torna precária a transmissão dos espólios deixados pela herança do estado de exceção implantado a partir de 1964.

Voltando à questão da necessidade de se confrontar o passado, conclui-se que a experiência da ditadura civil-militar não pôde até o presente momento ser elaborada de forma pública e coletiva, o que implica sempre no perigo de se reproduzir no futuro os equívocos acumulados no passado. Há de se questionar, então, a especificidade do caso brasileiro. Se toda experiência proporciona, ou deveria proporcionar, algum tipo de conhecimento, que saberes foram produzidos a partir dos acontecimentos ocorridos na ditadura brasileira, uma vez que o processo de retomada histórica fora constantemente obstruído, dificultando, assim, a “elaboração do passado” (*Aufarbeitung der Vergangenheit*), para retomar essa expressão usada por Theodor W. Adorno. O que ainda pode ser feito transcorridas mais de três décadas após o fim do regime autoritário instaurado no fatídico ano de 1964? Uma questão parece óbvia, como

aponta Regina Dalcastagnè (1996, p. 15): “Se ainda não podemos fazer alguma coisa, temos ao menos a obrigação de não esquecer”.

Partindo dessa premissa, anseia-se, com o presente estudo, colaborar com as discussões que visam justamente rememorar a história da ditadura civil-militar de forma a enfatizar o papel da literatura como espaço destinado ao debate não somente estético, mas também histórico, político e ético. Assim destaca-se a relação entre regimes políticos autoritários e a produção literária surgida no século XX, período que se caracteriza pela “sofisticação do emprego da técnica em atos de barbárie” (CORNELSEN, 2011, p. 9). Como resultado da sucessão de episódios violentos, passou-se a verificar a presença constante do teor testemunhal em narrativas produzidas por sujeitos que se viram impelidos a contar as experiências pelas quais foram atravessados. No campo dos estudos literários, a teorização acerca das relações entre literatura e testemunho ganhou ênfase nas últimas décadas, sobretudo a partir de pesquisas em torno da denominada “literatura de testemunho”. Com efeito, considera-se que a Literatura Brasileira possui uma parcela significativa de autores que se empenharam em descrever os crimes praticados nos porões da ditadura civil-militar. Portanto, acredita-se na pertinência dos estudos do testemunho para o contexto brasileiro, em face do papel fundamental desempenhado pela Literatura Brasileira na preservação e na transmissão do legado dos horrores do período ditatorial.

Em vista das considerações expostas até aqui, elegeu-se como *corpus* de análise a obra *K. Relato de uma busca* (2011), de Bernardo Kucinski, uma das mais importantes narrativas da Literatura Brasileira escritas no século XXI, de vasta projeção tanto no Brasil quanto no exterior. Por meio do presente estudo, tem-se por objetivo avaliar a presença do componente testemunhal inerente à construção narrativa na obra de Kucinski. Trata-se de um texto fortemente calcado na tragédia familiar vivida pelo escritor durante a ditadura civil-militar, o qual teve a irmã, Ana Rosa Kucinski Silva, e o cunhado, Wilson Silva, desaparecidos pela repressão. Para além da questão temática, verificam-se na narrativa kucinskiana determinados elementos que a identificam com a chamada literatura de testemunho, dentre os quais, pode-se destacar: a narração de um evento que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo; a relação estrita entre história e ficção; e a presença do trauma como elemento constitutivo do texto ficcional. Nesta esteira, busca-se levantar hipóteses acerca da construção estético-literária da experiência traumática em *K. Relato de uma busca*, tendo como suporte teórico as pesquisas em torno das relações entre catástrofe, testemunho, trauma e literatura.

No primeiro capítulo, abordam-se os conceitos de “catástrofe” e “testemunho”, enfatizando o surgimento, no século XX, de uma produção literária de forte teor testemunhal.

Nessa perspectiva, o “testemunho” é entendido como peça fundamental, não só para a compreensão dos acontecimentos que marcaram o século passado, mas também para o entendimento da literatura produzida no período. Daí o seu emprego em larga escala nos estudos literários das últimas décadas. Inicialmente, destaca-se a semântica do termo, de forma a contemplar os desdobramentos do testemunho tanto em termos históricos quanto jurídicos. Em seguida, aponta-se para o momento histórico fundador da ideia de testemunho à que o presente estudo se refere, qual seja, o contexto da Segunda Guerra Mundial e da *Shoah*, e a consequente narrativa de sobreviventes, como Primo Levi e Paul Celan, autores cujas obras são consideradas paradigmas da produção testemunhal. Propõe-se também uma distinção, em linhas gerais, entre os conceitos de “testemunho” e “*testimonio*”, este, voltado ao contexto da América Latina e de obras que abordam as ditaduras latino-americanas, a exploração econômica, a repressão a grupos minoritários etc.; aquele, relacionado ao âmbito das narrativas que tematizam a Segunda Guerra Mundial e a *Shoah*. Essa contextualização justifica-se em virtude da observação, em diversos trabalhos acadêmicos, de certa confusão teórica entre o testemunho no âmbito germânico e o *testimonio* no contexto latino-americano. Acrescenta-se a isso que poucos estudos abordam ambas as vertentes teóricas conjuntamente. Por fim, discute-se o testemunho na Literatura Brasileira que tematiza a ditadura civil-militar.

No capítulo seguinte, apresenta-se uma breve contextualização da ditadura brasileira (1964-1985), regime que se caracterizou, desde seus instantes iniciais, pelo uso da violência por agentes oficiais do Estado, praticada contra opositores ao governo militar. Busca-se enfatizar o contexto político que envolve a luta pelo direito à memória, à verdade e à justiça por parte das vítimas da ditadura, evidenciando a batalha hermenêutica pela verdade sobre o passado recente do Brasil. Enfatiza-se, por um lado, o papel da Lei de Anistia como instrumento de imposição de esquecimento dos episódios vivenciados durante a ditadura, de forma a garantir, assim, a impunidade aos agentes do Estado que praticaram crimes durante o período. Por outro lado, destaca-se também ações que, ao longo das últimas décadas, têm buscado resgatar a memória dos anos de chumbo, de maneira a inibir a tentativa de “memoricídio” da história. Dentre essas ações, abordam-se: i) o “Projeto Brasil: Nunca Mais”, ii) a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e iii) a Comissão Nacional da Verdade. O capítulo é concluído com uma contextualização do caso de desaparecimento do casal Ana Rosa e Wilson Silva, sequestrado, torturado e morto pelo aparato da repressão política no ano de 1974.

No último capítulo, busca-se analisar a construção de *K. Relato de uma busca* sob a perspectiva histórica e teórica analisada nos capítulos anteriores. Inicialmente, apresenta-se

uma breve biografia de Kucinski. Em seguida, realiza-se o exame de alguns capítulos da obra, a partir dos quais são discutidos elementos narrativos presentes na sua constituição, aplicando-se a teoria literária e o referencial histórico. O intuito é compreender a forma como em *K. Relato de uma busca* aborda-se e problematiza-se a experiência traumática vivida pelo escritor, em particular, e a ditadura civil-militar, de um modo geral.

1 CATÁSTROFE E TESTEMUNHO: A LITERATURA EM TEMPOS SOMBRIOS

1.1 O TESTEMUNHO NO SÉCULO DAS CATÁSTROFES

[...] a prática da violência, como toda ação, muda o mundo, mas é mais provável que seja uma mudança para um mundo mais violento.

Hannah Arendt

[...] o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com uma impossibilidade de dizer, ou seja, unicamente como contingência, como um poder não-ser.

Giorgio Agamben

No ensaio *A dor e a injustiça* (1999), Renato Janine Ribeiro propõe a seguinte afirmação: “as ciências humanas nascem e crescem de um enorme mal-estar no mundo” (RIBEIRO, 1999, p. 8). Partindo da proposição do filósofo brasileiro, pode-se afirmar que o século XX — com suas formas de violência que culminaram na edificação de atrocidades nunca imaginadas — surge não apenas como cenário da assombrosa derrocada da civilização, mas também como local de emergência de novas e urgentes demandas para as ciências humanas de um modo geral. Sobre o período, o historiador Eric Hobsbawm (2010, p. 22) escreveu: “foi o século mais assassino de que temos registro, tanto em escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 20, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu”. Em semelhante perspectiva, Márcio Seligmann-Silva (2005, p. 63) sintetiza o século XX da seguinte maneira:

Nós podemos pensar a humanidade ao longo do século XX como parte de uma sociedade que poderia ser caracterizada, sucessivamente, como pós-massacre dos armênios, pós-Primeira Grande Guerra, pós-Segunda Guerra Mundial, pós-Shoah, pós-Gulag, pós-guerras de descolonização, pós-massacres de Camboja, pós-guerras étnicas na ex-Iugoslávia, pós-massacre dos Tutsis, etc.

Com efeito, ao longo do século XX, percebeu-se o quanto o “frágil e minúsculo corpo humano” (BENJAMIN, 2012, p. 124) era incapaz de suportar as mais terríveis experiências que a humanidade viria a registrar em suas páginas. Uma era que, como já foi sugerido em textos de

autores como Theodor W. Adorno e Eric Hobsbawm, carrega consigo a ideia de *catástrofe* intimamente relacionada à sua violenta passagem.

Nesse sentido, destaca-se a centralidade do entendimento de catástrofe para a compreensão dos acontecimentos do século XX. Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva (2000) explicam que o termo (do grego *katastrophé*) possui o sentido de “virada para baixo” (*kata* + *strophé*), literalmente; podendo também ser traduzido como “desabamento” ou “desastre”, ou ainda pelo termo hebraico *Shoah*. Foi a primeira denominação empregada para terremoto; porém, com o passar do tempo, o sentido da palavra se generalizou, passando a descrever eventos extraordinários, cujos efeitos são devastadores. Para Nestrovski e Seligmann-Silva (2000, p. 8): “A catástrofe é, por definição, um evento que provoca um trauma, outra palavra grega, que quer dizer ‘ferimento’”. A onipresença do *choque*, a exposição cotidiana às *experiências traumáticas*, produz consequências para a vida moderna. Um importante desdobramento refere-se ao entendimento da “realidade como catástrofe” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 74), em face da concepção tradicional de representação, que incluía os gêneros tradicionais da literatura, bem como a ideia de historiografia que se desenvolveu no século XX. “A partir dessa nova visão de realidade”, afirma Seligmann-Silva (2000, p. 75), “a possibilidade de um discurso autônomo sobre a verdade — que tradicionalmente se reservou à filosofia — também passa a ser questionada”.

Para os estudos da literatura, em particular, um dos conceitos que surge como modalidade crucial para a compreensão dos acontecimentos do século XX é o de testemunho. Sobre essa questão, Shoshana Felman (2000, p. 18) nota: “Já foi sugerido que o testemunho é o modo literário – ou discursivo – por excelência de nosso tempo e que nossa era pode ser definida precisamente como a era do testemunho”¹. E, em idêntica linha de pensamento, Seligmann-Silva (2000, p. 87) afirma: “Essa era da catástrofe tem o seu *pendant* na descrição da contemporaneidade como uma ‘era do testemunho’”. Contudo, articular os estudos do testemunho na literatura a partir de seus vários matizes não é tarefa fácil para aqueles que se debruçam sobre o assunto. O conceito passou a ser amplamente empregado nos estudos literários a partir das últimas décadas do século XX. Segundo Valeria de Marco (2004, p. 45), ainda que de forma imprecisa, a expressão deslocou-se de seu sentido habitual, isto é, do texto literário como “testemunho de seu tempo”, acepção que se refere à “capacidade de representar, com mediações formais, o processo social em que se inscreve sua produção”, passando a ser

¹ Felman cita Elie Wiesel, escritor judeu e sobrevivente dos campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald. Para Wiesel (*apud* FELMAN, 2000, p. 18): “Se os gregos inventaram a tragédia, os romanos a epístola e a Renascença o soneto, nossa geração inventou uma nova literatura, aquela do testemunho”.

compreendido a partir da “relação entre literatura e violência”; para Seligmann-Silva (2013, p. 47-48), a partir da relação entre literatura e “realidade” (o “*real*” como trauma).

Citando um artigo de Leo Spitzer acerca do termo *témoin*, de 1938, Seligmann-Silva (2010) destaca a confusão semântica que o vocábulo carrega, uma vez que aquele que testemunha e o próprio ato de testemunhar parecem se confundir entre si. No que o teórico comenta: “Um dos exemplos de Spitzer é o português, idioma em que testemunho e testemunha indicam esta confusão entre personagem (que testemunha) e seu papel de portador de um testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 4). Além disso, complementa o estudioso, é possível afirmar que “há uma confusão entre o personagem e o testemunho em si” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 4). Da leitura que faz de Émile Benveniste, ele observa que o testemunho sugere tanto “uma proximidade, uma primeiridade (pensando em termos pierceanos)” quanto “uma capacidade de julgar” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 4), que não se dá apenas em relação ao testemunho jurídico concebido na contemporaneidade. Já na Antiguidade, o testemunho e a testemunha vinculam-se à concepção de *visão*. De resto, Seligmann-Silva (2010, p. 4) conclui: “A testemunha, no sentido de ‘o que vê’, se aproxima tanto dos paradigmas da historiografia como da cena do tribunal”.

Ressalta-se, na proposição acima, os desdobramentos do gesto testemunhal tanto em sentido histórico quanto em sentido jurídico. Daí a necessidade de compreender o testemunho a partir de dois termos latinos, indispensáveis para o entendimento dos sentidos que estão postos em jogo, a saber: *testis e superstes*. Em Émile Benveniste (1995, p. 278), lê-se:

Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente, *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*terstis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como terceira pessoa”; assim o deus Mitra é, por natureza, a “testemunha”. Mas *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente.

Dessa forma, *Superstes* é empregado ao *sobrevivente*, “indica a pessoa que atravessou uma provação” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 374). De igual forma, a noção de *mártir* aproxima-se à aceção de sobrevivente; no grego, *Martyros* significa *testemunha*. Nessa perspectiva, diz Seligmann-Silva (2005, p. 84): “A fala do sobrevivente vale como a fala de um mártir no seu duplo sentido de testemunho ocular e de alguém que passou pela experiência extrema da dor (como compreendemos o mártir modernamente)”. O termo *testis*, por sua vez, refere-se “ao depoimento de um terceiro em um processo” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 373). Ou seja, o

testemunho na qualidade de *figura jurídica*: testemunha é aquela que é capaz de declarar e atestar algo verídico, problematizando, portanto, a questão da verificação da “verdade”.

Entretanto, Jeanne Marie Gagnebin (2009) argumenta em favor da necessidade de ampliação do conceito de *testemunha*. Assim, além dessas duas noções já citadas — encarnadas na figura da *testemunha-sobrevivente* (*superstes*), aquele que viveu a fundo a experiência; e da *testemunha-terceiro* (*testis*), aquele que depõe na disputa entre dois sujeitos —, a autora defende uma terceira posição para o testemunho, ocupado por “aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (GAGNEBIN, 2009, p. 57). De resto, essa posição deve ser ocupada, não em razão de sentimentos de “culpabilidade” ou de “compaixão”; mas “porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente” (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

A noção que funda o testemunho nasce, explica Wilberth Salgueiro (2012, p. 291), da chamada “literatura do Holocausto”, denominação dada ao conjunto de narrativas de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, dentre as quais destacam-se as obras de Primo Levi e de Paul Celan, consideradas paradigmas fundamentais do discurso testemunhal. O crescimento dos estudos do testemunho, impulsionado pela “onda multi(culturalista)”, propiciou a ampliação da noção de testemunho; de modo que seu emprego passou também a ser utilizado em outros contextos, como “genocídios e massacres contra índios e negros; [...] misérias e opressões, desigualdades econômicas, preconceitos étnicos e sexuais do cotidiano em todo o mundo” (SALGUEIRO, 2012, p. 291). Esse alargamento também é tributário da ampliação do uso do conceito de trauma, pois, como afirma Seligmann-Silva (2000, p. 73): “mais e mais passou-se a ver no próprio real, vale dizer: no cotidiano, a materialização da mesma catástrofe. A experiência prosaica do homem moderno está repleta de choques, de embates com o perigo”.

Em sua obra, Salgueiro (2012, p. 292-293) propõe uma síntese das linhas que caracterizam o “híbrido e complexo ‘gênero’” da literatura de testemunho. São elas: (i) o registro em primeira pessoa; (ii) um compromisso com a sinceridade do relato; (iii) um desejo de justiça; (iv) a vontade de resistência; (v) o abalo da hegemonia do valor estético sobre o ético; (vi) a apresentação de um evento coletivo; (vii) a presença do trauma; (viii) um sentimento de rancor e ressentimento; (ix) o vínculo estreito com a história; (x) um sentimento constante de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas; e, finalmente, (xi) a impossibilidade radical de reapresentação do vivido/sofrido. É verdade, comenta Salgueiro, que

para cada um dos aspectos descritos pode-se apresentar um contraexemplo em que o sentido é exatamente o oposto. Todavia, a síntese de traços que se encontra descrita em seu estudo é válida, pois abrange elementos visíveis em diversas obras em que o *teor testimonhal* se manifesta de maneira evidente.

Por fim, de um modo geral, verificam-se dois percursos distintos em relação ao conceito de testemunho e às questões a ele ligadas, podendo ser sintetizados, como propõe Elcio Loureiro Cornelsen² (2011, p. 11), considerando-se os seguintes critérios: “o âmbito em que se teoriza o conceito; o evento histórico marcante para esse âmbito; por fim, o modo de se pensar o testemunho”. Um percurso desenvolve-se e é impulsionado pelas pesquisas em torno da Segunda Guerra Mundial e da *Shoah*³. As pesquisas específicas da questão do testemunho no âmbito germânico são impulsionadas pelos estudos desenvolvidos por teóricos norte-americanos, como Dori Laub, Geoffrey Hartman, Shoshana Felman e Cathy Caruth. No Brasil, destaca-se a vasta produção bibliográfica sobre o tema do professor Márcio Seligmann-Silva, principal responsável pela introdução dos estudos sobre o testemunho no cenário nacional. O outro percurso é voltado para narrativas produzidas no âmbito da América Latina e diz respeito “[às] experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias, às mulheres e nos últimos anos, aos homossexuais” (SELIGMANN-SILVA, 2002a, p. 68). Nesse contexto, o surgimento do *testimonio* — “enquanto forma autoconsciente” (PENNA, 2013b, p. 300) — ocorre nos anos 1960, em articulação com a Revolução Cubana (1959). De característico, refere-se a um modo de expressão que visa a dar amplitude a vozes amordaçadas pela história. A teorização sobre o *testimonio* hispano-americano é tributária de pesquisas de autores como Alberto Moreiras, George Yúdice, René Jara, Hernán Vidal, Mark Zimmerman, John Beverley, Hugo Achugar, dentre outros. No Brasil, os estudos sobre o *testimonio* hispano-americano vêm se difundindo, ainda que de forma tímida, a partir de textos que relacionam, via de regra, a literatura da *Shoah* e as narrativas produzidas no contexto da América Latina. Entre os autores que tratam da questão, além de Seligmann-Silva, pode-se mencionar nomes como os de Mabel Moraña⁴, Jaime Ginzburg, João Camillo Penna e Valéria de Marco.

² A reflexão de Cornelsen (2011) apoia-se na obra de Márcio Seligmann-Silva.

³ Em hebraico, significa *destruição, catástrofe*. O termo *Shoah* é empregado por estudiosos e por grande parte dos judeus em lugar da palavra *holocausto*, a qual possui conotação religiosa, referindo-se aos rituais de imolação. Em Agamben (2008, p. 40), lê-se o seguinte argumento: “no caso do termo ‘holocausto’, estabelecer uma vinculação, mesmo distante, entre Auschwitz e o *olah* bíblico, e entre a morte nas câmaras de gás e a ‘entrega total a causas sagradas e superiores’ não pode deixar de soar como uma zombaria. O termo não só supõe uma inaceitável equiparação entre fornos crematórios e altares, mas acolhe uma herança semântica que desde o início traz uma conotação antijudaica. Por isso, nunca faremos uso deste termo”.

⁴ A professora uruguaia teve seu ensaio, intitulado *Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonhal hispano-americana em el siglo XX*, publicado na obra *América latina: palabra, literatura e cultura* (1995), de Ana Pizarro.

Ambos os contextos fundamentam as questões em torno do campo da chamada *literatura de testemunho*.

1.2 SHOAH E A NARRATIVA DO INENARRÁVEL

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação do homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível, não dá para imaginar. [...] Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim.

Primo Levi

O trecho acima é extraído da obra *É isto um homem?* (1988), de Primo Levi, e revela o campo de tensões sob o qual a literatura dos sobreviventes dos campos de concentração está articulada. Enquanto o escritor italiano apresenta um relato sobre sua experiência em Auschwitz, também aponta para a insuficiência da linguagem, diante dos acontecimentos, e para o seu caráter inimaginável, ou, dito de outra forma, a sua inverossimilhança. Aqui já se encontra um dos dilemas da testemunha, qual seja, a (im)possibilidade da narração de um evento como a *Shoah*, um *topos* recorrentemente problematizado em textos de teóricos como Dori Laub (1995), Giorgio Agamben (2008), Walter Benjamin (2012), e de sobreviventes do *Lager*, como Robert Antelme (1957) e o próprio Levi (1990). Pode-se falar de uma “crise do testemunho” originada a partir de vários fatores: “a incapacidade de se testemunhar, a própria incapacidade de se imaginar o *Lager*, o elemento inverossímil daquela realidade ao lado da imperativa e vital necessidade de se testemunhar, como meio de sobrevivência” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70). Diante desse abismo entre a experiência vivida e a linguagem disponível, a *imaginação* (vale dizer, a *literatura*) é chamada para cumprir uma função de *ponte* — precária, de fato — entre esses dois lados que não se comunicam entre si.

Levi foi um dos primeiros sobreviventes a conseguir descrever — ainda que de forma não integral, como ele próprio afirmava —, a experiência do *Lager*. Seu testemunho retrata a barbárie da Segunda Guerra Mundial e dos campos de extermínio e propõe uma reflexão profunda sobre a própria condição do homem. Nas palavras de Levi (1988, p. 83): “Se pudessem comunicar-se conosco, isso representaria uma brecha no muro que nos torna mortos para o mundo, e uma fresta no mistério que reina entre os homens livres quanto às nossas condições”. Sem dúvida, hoje é possível afirmar que Levi conseguiu transpor os muros que separavam os

“mortos” de Auschwitz do restante do mundo, ao oferecer um depoimento vivo sobre o aniquilamento do povo judeu no campo da morte. Nas palavras de Seligmann-Silva (2005, p. 78): “Levi deve ser considerado um dos autores que levou mais longe e de modo mais acabado a reinscrição testemunhal da catástrofe”. Ele viu-se impelido por uma necessidade interna de “contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes” da barbárie perpetrada nos campos de concentração a partir do seu testemunho, ainda que esses “outros” venham, necessariamente, entre aspas e indiquem a existência de uma “barreira” e uma conseqüente “dificuldade” características da narrativa testemunhal (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 68).

Pode-se dizer que um dos primeiros intelectuais a pensar a questão do testemunho na Alemanha foi Theodor W. Adorno, em *Crítica Cultural e Sociedade*, de 1949. Nesse ensaio, Adorno (1998, p. 26) redige uma das mais famosas citações sobre Auschwitz: “Escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”. Em sua análise, o crítico alemão relaciona estética e ética em um momento histórico em que o campo de concentração se tornou o ícone do horror e da crueldade humana. Sobre a proposição adorniana, Jaime Ginzburg (2012a, p. 210) afirma:

Permitir-se a contemplação passiva após Auschwitz significa, em certa medida, naturalizar o horror vivido, esquecê-lo ou trivializá-lo. A banalização dos atos desumanos praticados nos campos de concentração é a legitimação necessária para que eles se repitam constantemente.

Não se trata, portanto, de se pensar em uma interdição sumária ao ato de escrever poesia. A relevância de tal afirmativa leva, antes e acima de tudo, ao reconhecimento da necessidade de se refletir criticamente as relações entre a produção cultural e a barbárie do século XX. De acordo com Gagnebin (2009, p. 72), as considerações elaboradas pelo filósofo alemão destacam mais “a urgência de um pensamento não harmonizante, mas impiedosamente crítico — isto é, a necessidade da cultura enquanto instância negativa e utópica, contra sua degradação a máquina de entretenimento e esquecimento”. Mais tarde, o próprio filósofo alemão retoma seu famoso ditado. Dessa forma, mostrando-se atento ao impacto da sua reflexão feita em 1949, Adorno (1973 *apud* FELMAN, 2000, p. 47) apresenta a seguinte consideração: “Não tenho nenhum desejo de amenizar o dito de que escrever poesia depois de Auschwitz é um ato de barbárie [...] Mas a resposta de Enzensberger de que a *literatura tem de resistir a este veredito*, também parece verdade”. De resto, o teórico conclui seu pensamento afirmando: “Agora é virtualmente apenas na arte que o sofrimento pode ainda achar sua própria voz, consolação, sem ser imediatamente traído por ela” (ADORNO, 1973 *apud* FELMAN, 2000, p.

47). Ao retornar à sua proposição, Adorno destaca a intenção aporética — e não simplesmente negativa — de seu enunciado. Para ele, “a arte é a única que poderá, a partir de então, igualar-se à sua própria impossibilidade histórica, de que apenas a arte pode satisfazer a tarefa do pensamento contemporâneo e satisfazer as incríveis exigências do sofrimento, da política e da consciência contemporânea” (FELMAN, 2000, p. 47). Debatendo tanto a própria possibilidade de se escrever poesia após a experiência dos campos de concentração quanto o seu metadiscorso teórico, a reflexão de Adorno revela-se ainda hoje frutífera e complexa, “uma vez que nele, teoria da representação, reflexão estética e ética se entrecruzam de um modo particularmente condizente com as nossas discussões atuais marcadas pela inter- e transdisciplinariedade” (SELIGMANN-SILVA, 2002a, p. 69).

Nessa perspectiva, é possível perceber em que medida o debate sobre o testemunho no âmbito germânico “partirá na maioria das vezes não apenas da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo, mais especificadamente, da *Shoah*” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 82). O testemunho, tal como pensado no âmbito alemão, caracteriza-se pela comunicação entre “os discursos da teoria da literatura, da disciplina histórica e da teoria psicanalítica, como também dentro da onda de pesquisas dentro dos ‘*estudos sobre a ‘memória*’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 82-83). Na obra *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução* (2005), Seligmann-Silva propõe uma distinção dos discursos testemunhais produzidos no contexto da *Shoah* e dos países hispano-americanos a partir de cinco categorias: i) o evento; ii) a pessoa que testemunha; iii) o testemunho; iv) a cena do testemunho; e, por fim, v) a literatura de testemunho. Baseando-se em sua análise, verificam-se as seguintes questões sobre o testemunho no âmbito germânico:

a) **O evento:** a *Shoah* é compreendida como núcleo da teoria do testemunho devido à sua *radicalidade e singularidade*, características sob as quais se desenvolve um *topos* nos estudos acerca do testemunho, qual seja, “o da singularidade e não possibilidade de comparação entre a *Shoah* e outras catástrofes, ou seja, afirmou-se a sua *radical unicidade*” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 83). A esse respeito, Seligmann-Silva (2005, p. 83) faz uma ressalva:

Evidentemente é equivocado deduzir-se da singularidade da *Shoah* um discurso sobre a sua unicidade absoluta e acerca da hierarquia entre as catástrofes: no âmbito da *teoria do testemunho* (que sempre nasce do *ponto de vista subjetivo* e costuma priorizar a *perspectiva das vítimas*) não se deve discutir a magnitude das catástrofes em termos numéricos, mas sim em termos qualitativos.

A singularidade do evento catastrófico decorre do fato de que, na perspectiva da vítima ou de outras pessoas nela envolvidas, não é possível reduzi-lo em termos do discurso. Sobre

esse aspecto, Robert Antelme (*apud* SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 45-46) faz o seguinte comentário: “parecia-nos impossível preencher a distância que nós descobrimos entre a linguagem de que dispúnhamos e essa experiência que, em sua maior parte nos ocupávamos ainda em perceber nos nossos corpos”. O evento catastrófico possui uma intensidade que “deixa marcas profundas nos sobreviventes e em seus contemporâneos que impedem um relacionamento com eles de modo ‘frio’, ‘sem interesse’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 83). Enquanto uma experiência singular, ultrapassa a simples capacidade de compreensão humana; por isso, exige uma “revisão dos conceitos básicos que dirigem nossa relação com o passado” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 84). Daí a razão dos debates sobre a representação da *Shoah* não ficar apenas no campo da teoria literária e da historiografia, mas também implicar necessariamente na apropriação de conceitos oriundos das teorias da psicanálise, do conhecimento, da ética e da estética.

b) **A pessoa que testemunha:** é, muitas vezes, compreendida por meio do conceito freudiano do trauma, de abordagens lacanianas⁵, ou da noção de *cripta*⁶, de Nicolas Abraham e Maria Torok. Abrange os conceitos de “testemunha primária” e “testemunha secundária”. Normalmente, a primeira está relacionada ao sobrevivente (*superstes*). Já a segunda decorre da aplicação, por parte de muitos autores, de fundamentos que derivam dos estudos de obras de testemunhas primárias. Essa concepção, segundo Seligmann-Silva (2005, p. 84), pertence “mais à tradição da história oral e não ao uso jurídico do conceito de testemunha”. Nesse último sentido, por um lado, a compreensão da testemunha se dá a partir do entendimento de *testis*, ou seja, de um indivíduo que, na condição de terceiro (*terstis*), depõe diante do tribunal para dar sua versão acerca dos fatos. Por outro, a testemunha no sentido de “alguém que sobreviveu a uma catástrofe e que não consegue dar conta do vivido — porque ficou traumatizado (elemento subjetivo) devido à ‘dimensão’ da catástrofe (elemento objetivo)” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 84) — relaciona-se à ideia de testemunha como *superstes*, ou, no grego, *mártir*.

Também é importante destacar que os estudos em torno do testemunho da *Shoah* apresentam duas tendências. De acordo com Marco (2004, p. 57), a primeira tendência, considerada hegemônica, refere-se aos escritos dos sobreviventes. Essa corrente nega qualquer relação de proximidade dos textos produzidos por sobreviventes com a ficção, pois se desenvolve a partir de critérios éticos e não considera os elementos estéticos presentes nessas obras. A outra tendência, ao contrário da primeira, situa sua perspectiva crítica nas questões

⁵ Trata-se da noção de *real* como algo que não pode ser simbolizado.

⁶ Desdobramento da noção freudiana e ferencziana de trauma.

relacionadas à natureza literária dos textos produzidos, abrangendo, desse modo, o campo da estética. Além disso, essa corrente crítica não se restringe apenas ao trabalho dos sobreviventes. Trata-se, segundo Marco (2004, p. 60), de uma abordagem mais abrangente que a primeira, tanto em termos históricos quanto em termos de produção:

A segunda corrente entende a *Shoah* como um evento que só se tornou possível pelo desenvolvimento das técnicas da racionalidade administrativa e pelo conhecimento científico patrocinados pela modernidade; reconhece no universo concentracionário o espaço subjacente permanente ao Estado moderno e, portanto, não restringe o testemunho aos campos nazistas. Ao contrário, toma a reflexão sobre eles para apurar a análise da sociedade contemporânea.

Esse pensamento é de suma importância, pois coloca em xeque o aspecto violento de uma humanidade alicerçada em bases racionais e científicas, mas que, no auge de seu estágio civilizatório e cultural, foi capaz de produzir um estado de barbárie sem precedentes na história.

c) **O testemunho:** o discurso testemunhal tem como principais características a *literalização* e a *fragmentação*. A primeira propriedade diz respeito à “incapacidade de traduzir o vivido em imagens ou metáforas” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85) e pode ser compreendida pelo viés psicanalítico, considerando que a pessoa traumatizada é “alguém que porta uma recordação exata do momento do choque e é dominada por essas imagens que sempre reaparecem diante dela de modo mecânico, involuntário” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85). Trata-se, portanto, do *topos* do transbordamento do aparelho conceitual humano. De maneira semelhante, a *fragmentação* também está relacionada à psique cindida do indivíduo traumatizado. “A incapacidade de incorporar em uma cadeia contínua as imagens acríbicas também marca a memória dos traumatizados” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85). Na mesma perspectiva, Felman (2000, p. 18) aponta para a composição fragmentária do testemunho, cuja elaboração se dá a partir das ruínas da memória traumática:

Como uma forma de relação com os eventos, o testemunho parece ser composto por pequenas partes da memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais.

Assim, o testemunho pode ser compreendido como uma tentativa de agrupar os fragmentos da memória de maneira a dar-lhes um nexo e um contexto.

d) **A cena do testemunho:** ela se aproxima, em primeiro lugar, do paradigma da cena jurídica do *tribunal*, uma vez que o testemunho exerce um “papel de justiça histórica”

(SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85). Sob esse mesmo ponto de vista, o testemunho pode também ser compreendido como um “documento para a história” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85). Porém, há uma outra *cena* que possui caráter mais individual e concebe o testemunho como “um momento de perlaboração (*durcharbeiten*, no termo de Freud) do passado traumático” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85). Dessa maneira, Seligmann-Silva (2005, p. 85) afirma que, “entre o subjetivo e o registro universal do histórico”, a *Shoah* ainda detém a função de “evento catastrófico que é lido dentro da tradição judaica da história como catástrofe e como momento de ‘recolhimento de Deus’”. Com efeito, esse aspecto evidencia o “papel aglutinador” do testemunho, isto é, “de um grupo de pessoas — antes de mais nada, em se tratando da *Shoah*, dos próprios judeus — que constroem a sua identidade a partir dessa identificação com essa ‘memória coletiva’ de perseguições, de mortes e dos sobreviventes” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 85-86).

e) **A literatura de testemunho:** o sintagma “literatura de testemunho” possui maior adesão nos estudos sobre o testemunho desenvolvidos no âmbito anglo-saxão⁷, em diálogo com os estudos do *testimonio* na América Latina, sobretudo a partir da década de 1970. No contexto germânico, a utilização da expressão “Holocaust-Literatur” era mais empregada até os anos 1990, quando houve a introdução do conceito *Zeugnisliteratur* (*Zeugnis*, do alemão, traduzido comumente como “testemunho”, em português) por intermédio tanto dos estudos da *Shoah* como da vertente teórica latino-americana. Segundo Seligmann-Silva (2005, p. 86), não há uma definição rigorosa para “literatura de testemunho”. Em suas palavras:

Não se procura normalmente nessa bibliografia definir de modo estrito o que seria a literatura de testemunho: de um modo geral, trata-se do *conceito de testemunho* e da forte presença desse elemento ou teor testemunhal nas obras de sobreviventes ou de autores que enfocam as catástrofes (guerras, campos de concentração etc., predominantemente do século XX).

Nessa literatura, em particular, vê-se a eclosão de um discurso fortemente marcado pelo componente testemunhal. A esse respeito, Seligmann-Silva ratifica (2013, p. 40) que a “literatura expressa o seu *teor testemunhal* de modo mais evidente ao tratar de temas-limite e de situações que marcam e ‘deformam’ [...] a nossa percepção [e] a nossa capacidade de expressão”. Dentre os autores incluídos no chamado “cânone testemunhal da *Shoah*”, destacam-se: Primo

⁷ Os estudos do testemunho, tal como pensado no contexto anglo-saxão e no alemão, possuem semelhanças e se influenciam de forma mútua. De acordo com Cornelsen (2011, p. 13): “A teoria do testemunho nos âmbitos anglo-saxão e germânico se orienta por quatro conceitos básicos: memória (individual), catástrofe, trauma e testemunho”.

Levi, Paul Celan, Aharon Appelfeld, Jorge Semprun, Robert Antelme, George Perec, Charlotte Delto, dentre outros.

1.3 VOZES AMORDAÇADAS, SUJEITOS SUBALTERNOS: O *TESTIMONIO* NA AMÉRICA LATINA

A definição de *testimonio*, tal como concebida nos estudos literários em países hispano-americanos da América Latina, possui uma série de características que a distingue do modo como o testemunho é pensado nos estudos anglo-saxão e germânico. Sobre o contraste entre essas duas vertentes, Seligmann-Silva (2005, p. 87) faz a seguinte consideração:

Diferentemente do que ocorre na reflexão sobre o testemunho da *Shoah* na Alemanha, na França ou nos EUA, na Hispano-América passa-se da reflexão sobre a *função testemunhal da literatura* para uma conceitualização de um novo *gênero* literário, a saber, a *literatura de testemunho*. A “política da memória”, que também marca as discussões em torno da *Shoah*, possui na América Latina um peso mais de política “partidária” do que “cultural”: aqui ocorre uma convergência entre política e literatura.

O surgimento do *testimonio* latino-americano como prática discursiva específica ocorre durante a década de 1960, logo após a Revolução Cubana (ACHUGAR, 1992, p. 52). Já a designação do *testimonio* como um novo “gênero literário” deve-se ao impulso que o conceito recebeu a partir da década de 1970, ocasião em que passou ao *status* de categoria do “Premio Testimonio Casa de las Américas”, criado pela revista *Casa de las Américas*⁸. Como forma discursiva que agrega “política e resistência”, o *testimonio* “se vincula, nesse sentido, a movimentos de resistência” (GINZBURG, 2008, p. 63), ligados a grupos ou a classes de indivíduos silenciados, apagados das páginas da história. Donde a “afirmação do vínculo entre a produção literária [testemunhal] e o resgate da História contemporânea” (MARCO, 2004, p. 45), de modo a possibilitar uma contraposição da voz desses sujeitos subalternos, marginalizados, em face da versão hegemônica produzida pela “história oficial” — produto da empatia entre o *investigador historicista* e os *vencedores*, pensando aqui em uma imagem benjaminiana (BENJAMIN, 2014, p. 244).

⁸ Nas palavras de Seligmann-Silva (2002a, p. 74): “O centro cultural Casa de las Américas que havia sido fundado no próprio ano da revolução [cubana], 1959, criara uma revista com a função de estabelecer ‘uma ponte de comunicação com os países irmãos do continente’ (ALZUGARAT 172)”.

Atribui-se importância ao *testimonio* latino-americano justamente pela “possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral” (PENNA, 2013b, p. 305). Isto é, em um espaço caracterizado por uma ampla estratificação social, no qual se verifica a perpetuação de uma herança colonial que marginaliza e exclui culturas estranhas aos processos de “letramento” e de “escrita”, “o testemunho latino-americano acaba possibilitando a expressão de culturas e subjetividades emergentes [...], explorando uma zona de confluência com a antropologia” (PENNA, 2013b, p. 305). Considera-se que o *testimonio* como tal inaugura-se com a obra *Biografía de un cimarrón* (1966), do antropólogo cubano Miguel Barnet, que retrata a vida de Esteban Montejo, um ex-escravo de 108 anos que conta sua história em primeira pessoa. A obra constitui — comenta Penna (2013b, p. 306) — “o modelo para o chamado ‘romance-testemunho’, conforme designação conferida por Barnet posteriormente”. Após a publicação do antropólogo cubano, a produção testemunhal em língua espanhola na América Latina tornou-se um fenômeno de grandes proporções. Várias obras foram sendo publicadas, dentre elas, o paradigmático testemunho de Rigoberta Menchú em 1983.

Um importante crítico a tratar da questão do *testimonio* na América Latina é o uruguaio Hugo Achugar. Em ensaio publicado em 1992, ele se propôs a levantar algumas questões sobre discurso testemunhal. Para tanto, esse estudioso parte de uma comparação entre o *testimonio* latino-americano e a obra de Plutarco, *Vidas paralelas*, narrativa que descreve, de forma paralela e em sucessivos pares de história, a vida heroica de gregos e latinos. Enquanto na obra do filósofo grego, explica Achugar (1992, p. 52), as histórias de vida narradas caracterizam-se por um desejo de homogeneizar, de “estabelecer uma correspondência entre a vida de um e outro”⁹ (ACHUGAR, 1992, p. 52, tradução nossa), o *testimonio* “denuncia e celebra, pois seu desejo é a verdade”¹⁰ (ACHUGAR, 1992, p. 52, tradução nossa). Ele narra em paralelo não para provocar uma identificação, mas para “confrontar, distinguir e não assimilar”¹¹ (ACHUGAR, 1992, p. 52, tradução nossa). Sua aspiração é a desconstrução de uma história hegemônica. Para tanto, o *testimonio* contemporâneo parte de feitos e de documentos censurados, de maneira que termine sendo assimilado — pelos seus leitores solidários — “como uma história verdadeira que, eventualmente, haverá de adquirir um valor mítico”. Aqui Achugar encontra uma característica visível tanto nas *Vidas paralelas* quanto no *testimonio*. Trata-se de sua *função exemplar*. De acordo com o crítico uruguaio, nas últimas décadas, a

⁹ “establecer una correspondencia entre la vida de uno y otro”.

¹⁰ “denuncia y celebra, pues su deseo es la verdad”.

¹¹ “confrontar, distingue y no asimila”.

institucionalização do *testimonio* latino-americano “revela que a história silenciada atingiu, entre os membros do que em outro lugar eu chamo ‘comunidade solidária’, o estatuto de práticas discursivas próprias da história hegemônica, como a autobiografia e a memória”¹² (ACHUGAR, 1992, p. 52, tradução nossa).

No entanto, observa Achugar (1992, p. 52), a institucionalização do *testimonio* não faz com que os seus limites sejam claros e precisos. O *testimonio* abre seu próprio espaço entre outros terrenos discursivos, como o da biografia e o da autobiografia, assumindo modalidades próprias dos discursos narrativo e histórico, sendo disputado pela antropologia e pela literatura. Para Mabel Moraña (1995, p. 488, tradução nossa), o *testimonio* caracteriza-se pelo

[...] entrecruzamento de narrativa e história, a aliança de ficção e realidade, a vontade, enfim, de canalizar, uma denúncia, dar a conhecer ou manter viva a memória de fatos significativos, protagonizados, em geral, por atores sociais pertencentes a setores subalternos¹³.

Quer dizer: o discurso testemunhal latino incorporou “tanto a novela como a autobiografia, a história como a antropologia, a crônica como a memória; enfim, tanto o discurso não ficcional como o ficcional, o discurso das ciências humanas como o imaginativo” (ACHUGAR, 1992, p. 53). Daí a “*porosidade*” característica de seu discurso — que nada mais é que “uma certa indecisão lógica do estatuto geral e discursivo do *testimonio*” (ACHUGAR, 1992, p. 53).

Seguindo a análise de Seligmann-Silva (2005, p. 89-91), os discursos testemunhais produzidos no âmbito dos países de língua espanhola na América Latina têm, em termos gerais, as seguintes características:

a) **O evento**: a literatura de *testimonio*, tal como vem sendo abordada a partir da década de 1960, deve ser compreendida, inicialmente, “como um registro da história” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Como espécie de “*contra-história*”, pressupõe a apresentação das “provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Marco (2004, p. 45-46) destaca que há duas interpretações para esse resgate da história por meio do *testimonio*, envolvendo duas acepções do conceito de testemunho, cujos pressupostos se distinguem, mas que, em comum, sustentam o “vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea”. Uma primeira acepção, explica a autora, “orienta o exame de

¹² “La institucionalización del testimonio latinoamericano, en las últimas décadas, muestra que la historia silenciada ha alcanzado, entre los miembros de lo que en otro lugar he llamado “comunidad solidaria”, el estatuto de prácticas discursivas propias de la historia hegemónica, como la autobiografía y la memoria.

¹³ “entrecruzamiento de narrativa e historia, la alianza de ficción y realidad, la voluntad, en fin, de canalizar una denuncia, dar a conocer o mantener viva la memoria de hechos significativos, protagonizados en general por actores sociales pertenecientes a sectores subalternos”.

textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX”. A outra acepção surge na década de 1980, quase que de forma absoluta e hegemônica, com o testemunho de Rigoberta Menchú, e tem como campo exclusivo a literatura hispano-americana. Além disso, no contexto latino-americano, inexistente “o *topos* da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89), tal como acontece no âmbito da *Shoah*. De forma distinta, verifica-se aqui um sentido que enfatiza “a continuidade da opressão e a sua onipresença no ‘continente latino-americano’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89).

b) **A pessoa que testemunha:** deve ser compreendida no contexto jurídico do testemunho, isto é, como *testis*: o terceiro que intervém na cena jurídica, sendo “capaz de comprovar, certificar, a verdade dos fatos” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Ademais, ao contrário dos elementos *subjetivo* e *indizível* da experiência que se encontra na base do testemunho da *Shoah*, a ênfase recai sobre o componente coletivo do *testimonio*. Ressalta-se “o ser ‘coletivo’ da testemunha” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89), ou, ainda, “o estatuto coletivo do sujeito” (PENNA, 2013b, p. 311). Ao adentrar na questão da literatura de testemunho, Penna (2013a) estabelece um breve paralelo entre o *testemunho judaico* e o *testimonio latino-americano*. Segundo o autor, enquanto o primeiro nasce da “experiência biopolítica sobre o humano realizada no campo pelos SS, resultando em um relato impressionante de subjetivação da experiência”, o *testimonio latino-americano* tem por inclinação “constituir subjetividades marginais e minoritárias, situadas no contexto desta outra, imensa, experimentação econômica, social, política, cultural e biopolítica com o humano que se chama colonização e escravidão” (PENNA, 2013a, p. 25).

Em comentário à obra testemunhal de Rigoberta Menchú, Doris Sommer (2002, p. 154) argumenta no mesmo sentido de Seligmann-Silva e Penna, ao explicar a preocupação da escritora e ativista política indígena em “não substituir a sua comunidade mediante um gesto totalizante”¹⁴ (SOMMER, 2002, p. 154, tradução nossa). Para Sommer (2002, p. 156, tradução nossa), no testemunho de Menchú: “O singular representa o plural, não porque substitui ou absorve o grupo, mas porque a falante é uma parte indistinguível do todo”¹⁵. Aqui existe uma importante diferença que deve ser observada: em ambos os contextos — *Shoah* e América

¹⁴ “no substituir a su comunidad mediante un gesto totalizante”.

¹⁵ “Lo singular representa lo plural, no porque reemplaza o absorbe al grupo, sino porque el hablante es una parte distinguible del todo”.

Latina —, é possível se falar em uma “*necessidade* de se testemunhar” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Porém, enquanto no testemunho da *Shoah* a “necessidade” deve ser compreendida tanto em sentido jurídico quanto pelo viés do trauma, no *testimonio* latino-americano deve-se compreendê-la “quase que exclusivamente em um sentido de necessidade de se fazer justiça, de se dar conta da exemplaridade do ‘herói’ e de se conquistar uma voz para o ‘subalterno’” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89).

c) **O testemunho:** tem como característica “o realismo das obras” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Se prepondera uma poética marcada pela literalização e fragmentação no discurso testemunhal da *Shoah*, no âmbito da América Latina destaca-se a “*fidelidade* do *testimonio*” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89). Sobre isso, Seligmann-Silva (2005, p. 89) afirma:

Esse gênero estabelece-se paradoxalmente como uma literatura antiestetizante e marcada pelas estratégias de apresentação do documento (histórico) e não tanto, como na literatura da *Shoah*, pela apresentação fragmentária e com ênfase na subjetividade.

Outra importante diferença no que tange à reflexão sobre o testemunho da *Shoah* diz respeito ao fato de, no campo teórico do discurso testemunhal latino-americano, não existir, de início, a articulação do testemunho com o termo traumático da teoria psicanalítica, tal como ocorre no campo teórico germânico. De acordo com Seligmann-Silva (2005, p. 89),

[...] na teoria do *testimonio* não se pensa este fenômeno nos termos de uma literatura do trauma, como *real-ismo*, pensando o *real* em termos lacanianos, como se dá algumas vezes no contexto da reflexão sobre a literatura da *Shoah* ou de sobreviventes de outros genocídios.

Além disso, o *testimonio* possui caráter “exemplar, *não-fictício* (nesse ponto, coincidindo com o testemunho da *Shoah*) e é profundamente *marcado* pela oralidade” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90). De fato, a questão da *oralidade* possui um papel importante na teorização sobre o *testimonio*, visto que essa literatura, que “nasce da boca e não da escritura” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90), possibilita, como afirma Penna, “dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral” (PENNA, 2013a, p. 100). Também sob essa perspectiva, é possível ler no comentário de Achugar (1992, p. 65, tradução nossa): “O chamado ‘efeito de oralidade’ é central para o

testimonio [...] [para] sua contribuição ao chamado ‘efeito de realidade’, ou ‘efeito documental, segundo alguns, ou, como preferimos chamá-lo, ‘efeito de oralidade/verdade’”¹⁶.

No entanto, o *testimonio* requer, comumente, a figura de um “mediador” ou “compilador”, tal como ocorre no testemunho exemplar de *Mi llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*, de Rigoberta Menchú, concebido a partir do depoimento dado à antropóloga Elizabeth Burgos. A constituição do objeto livro, de acordo com essa tendência, é vista:

como resultado do encontro entre um narrador de “ofício” e um narrador que não integra os espaços de produção de conhecimento considerados legítimos, mas cuja experiência, ao ser contada e registrada, constituiu um novo saber que modifica o conhecimento sobre a sociedade até então produzido. (MARCO, 2004, p. 46).

Como é possível depreender, no contexto do *testimonio* latino-americano, exige-se normalmente a participação de um sujeito letrado a quem cabe editar/organizar textualmente o depoimento. Ele “é solidário e deve reproduzir fielmente o discurso do outro; este se legitima por ser representativo de uma classe, uma comunidade ou um segmento social amplo e oprimido” (MARCO, 2004, p. 46). Todavia, é importante frisar que “a figura do mediador costuma ser apagada do *testimonio*” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90). Esse sujeito que intermedia (o jornalista, o antropólogo ou o sociólogo) age como “uma figura *transparente* e sua escritura, literalmente agora, um ‘porta-voz’ do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90). Por fim, tanto nos estudos do testemunho sobre a *Shoah* quanto nos dedicados às narrativas populares na América Latina, o “elemento corpóreo-gestual do testemunho” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 90) tem se tornado objeto de pesquisas relacionadas à temática. No caso da *Shoah*, por meio das centenas de vídeo-arquivos de testemunhos; e, na América Latina, através das tentativas de se registrar em vídeo as narrativas populares de indivíduos ágrafos.

d) **A cena do testemunho:** a cena do tribunal predomina no contexto hispano-americano. De acordo com Seligmann-Silva (2005, p. 90): “A estratégia realista que pretende fundir literatura e tribunal encontra na figura da *citação* (que pode ser tanto literária quanto diante de um tribunal) o denominador comum”. Destaca-se, também, o componente identitário do discurso testemunhal. A esse respeito, Seligmann-Silva (2005, p. 90) diz: “ele [o *testimonio*] aglutina populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta”. Em sentido similar, Penna

¹⁶ No idioma original: “El llamado ‘efecto de oralidad’ es central al testimonio [...] [para] su contribución al llamado ‘efecto de realidad’, o ‘efecto documental’ según otros, o como preferimos llamarlo ‘efecto de oralidad/Verdad’”.

(2013a, p. 96, grifos do autor) vê no *testimonio* um “modelo latino-americano de *política identitária*”, cuja forma de expressão está intimamente

ligada aos movimentos sociais, e marca a irrupção (midiática, comercial, política, acadêmica) de sujeitos de enunciação tradicionalmente silenciados e subjugados, diretamente ligados aos grupos que representam, falando e escrevendo *por si próprios*. (PENNA, 2013a, p. 96, grifos do autor).

Apoiado nas reflexões de Achugar, Seligmann-Silva observa que, na literatura do *testimonio*, cria-se uma expectativa de que o leitor, de forma voluntária, suspenda qualquer descrença quanto aquilo que lhe é narrado. Segundo o teórico uruguaio, trata-se de um “estado de receptividade e credulidade por parte do receptor pelo qual ele aceita a ficção e que constitui, ao dizer de Coleridge, a ‘fê poética’”¹⁷ (ACHUGAR, 1992, p. 65, tradução nossa).

e) **A literatura de testemunho:** desde os anos 1960, desenvolve-se nos países da América Latina um trabalho crítico objetivando a conceitualização da literatura de *testimonio*, de modo a conceber uma definição capaz de envolver distintas modalidades da escritura testemunhal (autobiografias, crônicas, confissões, diários, ensaios, reportagens etc.). Dentre as obras testemunhais consideradas mais importantes, pode-se citar: *Biografía de un cimarrón* (1966); *La guerrilla Tupamara* (1970); *La noche de Tlatelolco* (1971); *Miguel Mármol: Los sucesos de 1932 en El Salvador* (1972); “*Si me periten hablar...*”: *Testimonio de Domitila, una mujer de las minas de Bolivia* (1977); *La montaña es algo más que una inmensa estepa verde* (1982); *Yo me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia* (1983); *Las manos en el fuego* (1985); *No me agarran viva. La mujer salvadoreña en lucha* (1987) (SELIGMANN-SILVA, 2005; MARCO, 2004; PENNA, 2013a).

1.4 DITADURA E TESTEMUNHO NA LITERATURA BRASILEIRA

No Brasil, uma possível chave de leitura da cultura e das artes consiste em repensar a formação do estado democrático a partir da presença do componente violento no seu processo de constituição. Essa ideia é corroborada pelas reflexões de Renato Janine Ribeiro sobre o “mal-estar brasileiro”, fenômeno social que, segundo o filósofo, encontra-se atrelado às origens do Brasil. Para o estudioso, não é possível ocultar o fato de que, no Brasil, há uma “enorme

¹⁷ “estado de receptividad y credulidad por parte del receptor por el cual acepta la ficción y que constituye, al decir de Coleridge, la ‘fê poética’”.

iniquidade, e de que ela detém parcela significativa na gestação da dor” (RIBEIRO, 1999, p. 10). Dessa maneira, o Estado brasileiro pode ser compreendido em termos de um “país traumatizado”, que

jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura. A condição colonial significou viver na mais franca heteronomia, [...] e na mais decidida ignorância [...]. Já a escravatura desdobrou ou completou a obra da colonização: o fisicídio [...] e a heteronomia colonial exigiram também que o trabalho fosse praticado sob o modo do esgotamento e da destituição, no caso, do negro africano. (RIBEIRO, 1999, p. 11).

Fazendo uma leitura do texto de Ribeiro, Ginzburg (2010, p. 131) comenta que episódios como esses corroboram para que a formação da sociedade brasileira resulte de um “processo intensamente truculento, cujas conseqüências se fazem sentir até o presente”. Essa condição histórica específica, determinada pela violência da exploração colonial e pela crueldade do sistema escravocrata, facilitou, no século XX, a instalação e a conservação de políticas de orientação autoritária no Brasil, como as praticadas durante o Estado Novo (1930-1945) e durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Trata-se, nas palavras de Ginzburg (2010, p. 137), de uma “linha de continuidade de violência¹⁸ [...] que ajuda a compreender as dimensões complexas do passado recente e do presente”.

Para Tânia Pelegrini (2005, p. 134), como prática constitutiva da cultura brasileira, a violência apresenta-se “como um elemento fundador a partir do qual se organiza a própria ordem social e, como conseqüência, a experiência criativa e a expressão simbólica, aliás, como acontece com a maior parte das culturas de extração colonial”. A autora comenta que a história do Brasil, tal como se apresenta nas temáticas literárias, abrange uma “violência de múltiplos matizes, tons e semitons” inscrita desde suas origens, tanto em prosa quanto em poesia. Essas páginas fazem menção a episódios como a conquista, a ocupação e a colonização do território brasileiro pelos portugueses; o extermínio dos povos; a escravidão; as lutas de independência; a formação das cidades e dos latifúndios; os processos de industrialização; o imperialismo; e as ditaduras. Nessa mesma linha de argumentação, Karl Erik Schøllhammer (2007, p. 28) também vê na relação entre violência e produção cultural um tema de extrema importância para a compreensão do Brasil contemporâneo. Segundo o autor, é preciso reconhecer “os objetos estéticos da violência na sua relação com o processo geral de simbolização da realidade social,

¹⁸ Nas palavras de Ginzburg (2010, p. 136-137): “Nessa linha, o livro *Brasil: nunca mais*, dedicado ao tema da tortura, estabelece uma conexão entre a herança colonial e escravocrata e os sistemas repressivos do país no Século XX”.

já que participam, de maneira vital e constitutiva, desta mesma realidade” (SCHØLLHAMMER, 2007, p. 28).

A despeito de a produção ficcional no Brasil não ter se proliferado na proporção e com a profundidade que a experiência histórica assim exige (SELIGMANN-SILVA, 2010; LÍSIAS, 2010; FIGUEIREDO, 2017), tal como se viu em outros contextos de violência em países vizinhos, seria um erro dizer que a ditadura implantada a partir do golpe de 1964 não deixou seu *rastro* de sangue, dor e sofrimento na história da Literatura Brasileira. Exemplos de narrativas que tematizam a violência do sistema ditatorial são: *Quarup* (1960), *Pessach: a travessia* (1967), *Zero* (1974), *Os que bebem como os cães* (1975), *A festa* (1976), *Bar Don Juan* (1971), *As meninas* (1973), *Avalovara* (1973), *Reflexos do baile* (1977), *Em câmera lenta* (1977), *O que é isso, companheiro?* (1979), *Os carbonários* (1980), *Um romance de geração* (1980), *Em liberdade* (1981), *A voz submersa* (1984), *O torturador em romaria* (1986), *Retrato calado* (1988), *Tropical sol da liberdade* (1988) e *Primeiro de abril* (1994). E, mais recentemente, foram publicados títulos como: *Amores exilados* (1997), *Não falei* (2004), *Azul Corvo* (2010), *Nem tudo é silêncio* (2010), *K. Relato de uma busca* (2011), *Mar azul* (2012), *Qualquer maneira de amar: um romance à sombra da ditadura* (2014), *Damas da noite* (2014), *Tempos extremos* (2014), *A resistência* (2015), *De mim já nem se lembra* (2016), *Outros cantos* (2016), *Cabo de guerra* (2016), *Os visitantes* (2016), *Rio-Paris-Rio* (2016), apenas para ficar nesses exemplos.

Em 2010, foi publicada a obra *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*, de Edson Telles e Vladimir Safatle. O título¹⁹ do livro carrega em si uma reflexão necessária não apenas para a elucidação de uma parte do passado recente do Brasil, mas também para a compreensão de mecanismos que se fazem ainda presentes na sociedade brasileira. *O que resta da ditadura?* é, de antemão, uma questão de difícil resolução. Partindo da máxima orwelliana, de que “quem controla o passado, controla o futuro”, Telles e Safatle (2010, p. 9) refletem sobre a necessidade de se elaborar o passado:

Todos conhecemos a temática clássica das sociedades destinadas a repetir o que são incapazes de elaborar; sociedades que já definem de antemão seu futuro a partir do momento que fazem de tudo para agir como se nada soubessem a respeito do que se acumulou às suas costas. A história é implacável na quantidade de exemplos de estruturas sociais que se desagregam por lutar compulsivamente para esquecer as raízes dos fracassos que atormentam o presente.

¹⁹ Certamente, uma referência à célebre obra de Agamben, *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III).

O argumento ora proposto é extremamente pertinente, sobretudo em um tempo em que parte da sociedade brasileira encontra-se em estágio de amnésia, isto é, quando parte da sociedade civil brada ferozmente pela volta da ditadura, ignorando, dessa forma, o passado de violência construído sob o jugo do governo militar. Esse fato só vem corroborar o alerta desses autores quanto ao imperativo de se manter viva a memória dos anos de chumbo, mostrando-a mesmo para aqueles que não desejam vê-la.

No entanto, Seligmann-Silva (2010) observa que existe uma parte da sociedade que anseia pela busca da verdade em torno dos fatos ocorridos durante os anos de ditadura. Para o autor: “Esse grupo é constituído pelas vítimas, pelos solidários com elas e por muitos que acreditam na importância de se estabelecer justiça como condição de construção de um Estado de direito autenticamente justo e democrático” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 12). Sem dúvida, um caminho para a tentativa de recuperação dessa dolorosa experiência encontra-se nas “elaborações literárias” que articulam imagens sobre a ditadura brasileira e possibilitam, dessa forma, que novos olhares e interpretações sejam lançados sobre os fatos. Para Eurídice Figueiredo (2017, p. 43), “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”. Nessa mesma linha de argumentação é o comentário de Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè (2014, p. 11):

a literatura tem sido e continuará sendo um arquivo surpreendente que guarda, de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio. Um tempo em que uma barbárie antiga mostrou seu rosto dramaticamente moderno e capaz de impor o regime do horror.

De maneira similar, Seligmann-Silva (2010, p. 12) argumenta que, assim como o depoimento jurídico, o testemunho artístico/literário “pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para esfacelar a sociedade como para construir novos laços políticos”. Por isso, escreve o estudioso, a “*passagem pelo testemunho* é, portanto, fundamental tanto para indivíduos que vivenciaram experiências-limites, como para sociedades pós-ditadura”.

Vale lembrar que, no âmbito da América Latina, é possível verificar uma extensa produção de teor testemunhal em países que vivenciaram a tirania de governos autoritários e violentos, como é o caso da Argentina, do Chile e do Uruguai. Entretanto, ao contrário do que aconteceu nesses países, no Brasil, “a transição para a democracia foi engasgada por articulações políticas” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 12) que inviabilizaram a “passagem pelo testemunho”. Por isso, Seligmann-Silva defende que as vítimas da ditadura brasileira

nunca puderam se transformar em acusadores, nem os eventos ocorridos durante esse período foram transformados em fatos. Uma das medidas adotadas pelo então governo à época, com vistas à imposição de uma *amnésia* coletiva, foi a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, cujo objetivo consistia em “impor o esquecimento dos crimes de tortura dos agentes do Estado e, também, numa inclusão posterior, de ‘terrorismo’ de esquerda, crimes não diferenciados entre eles, portanto” (GAGNEBIN, 2010, p. 178). Por essa razão, conclui o estudioso: “O bloqueio e o sequestro do testemunho impedem que este se dê tanto em sua esfera jurídica — que se quer objetiva —, como também nos moldes dos demais testemunhos falados e escritos” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 13). De resto, ao se referir à literatura testemunhal brasileira sobre a ditadura, o autor afirma que esta “é comparativamente muito pequena”. Sobre a questão, o próprio autor de *K. Relato de uma busca* comenta:

De fato são poucos os nossos autores contemporâneos que se dedicam a esse período ou a esse tema. [...] Parece que a alma brasileira não se interessa por esse tema. O tema não lhe diz nada. E os escritores das novas gerações são portadores desse desinteresse em relação à tragédia da ditadura. Ou porque se impõem problemas novos, numa era de profundas mudanças de comportamento. Na raiz disso, creio que está o fato de que a ditadura brasileira não deixou no todo da nossa sociedade um trauma para ser resolvido, diferentemente do que aconteceu no Chile e na Argentina. A memória coletiva da ditadura é ambígua e vaga. Seu registro mais e mais vai se tornando uma imagem difusa e desimportante na nossa memória histórica²⁰. (KUCINSKI, 2014c, não p.).

Nessa perspectiva, vale lembrar ainda a crítica contundente feita também pelo romancista Ricardo Lísias em relação à Literatura Brasileira produzida nas últimas décadas, a qual nunca se propôs a discutir, de fato, os traumas nacionais gerados pela política dos quartéis; portanto, tornando-se “cúmplice do apagamento histórico” (LÍSIAS, 2010, p. 324). Para esse escritor, “[a] literatura no Brasil [...] simplesmente esqueceu a ditadura militar, deixando-a relegada a poucos textos...” (LÍSIAS, 2010, p. 322). Sintomático dessa situação, Lísias recorda que a crítica argentina Beatriz Sarlo, ao tratar do excesso de textos de teor testemunhal produzidos na Argentina, em particular, e na América Latina²¹, em geral, deixa de fora o Brasil²². De resto, Lísias (2010, p. 328) conclui afirmando que talvez

[...] o discurso que tanto tenta soterrar graves violências perpetradas pelos militares durante a ditadura tem uma força ainda maior do que a estimada aqui. Mesmo a arte,

²⁰ Entrevista a Rogério Pereira, intitulada *A libertação de Kucinski*. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/a-libertacao-de-kucinski/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

²¹ Beatriz Sarlo discute a questão na obra *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*.

²² Seligmann-Silva (2010, p. 14) também faz essa mesma observação: “Daí críticas como a de Beatriz Sarlo a esta cultura da memória não ter nada a ver com a nossa realidade”.

e um de seus gêneros mais característicos de resistência, a literatura, dobrou-se diante de sua pressão.

Por essas razões que Seligmann-Silva (2010, p. 14) afirma que as obras produzidas sobre a ditadura “não são suficientes para criar uma cultura da memória, como a que percebemos em outros países da América Latina”.

Resta dizer que os debates em torno da literatura testemunhal produzida no Brasil baseiam-se em estudos realizados em outros contextos, mais especificadamente no âmbito da literatura de testemunho surgida a partir das experiências da Segunda Guerra Mundial e da *Shoah*, bem como da literatura de *testimonio* no domínio dos países da América Latina. Para Figueiredo (2017), a Literatura Brasileira tem um papel importante na reelaboração dos traumas da ditadura. Com efeito, uma abordagem das narrativas sobre os anos de chumbo exige necessariamente o exame de categorias como a do “testemunho”, do “trauma”, da “memória”, do “exílio” — categorias normalmente pensadas nos estudos em torno de eventos catastróficos ocorridos no século XX. Entretanto, Figueiredo (2017, p. 41) faz a seguinte advertência: “As narrativas brasileiras se distanciam em suas estratégias narrativas tanto do gênero *testimonio* hispano-americano, em geral atravessado por um mediador, quanto do testemunho do shoá, fortemente marcado pela psicanálise”. Ademais, deve-se levar em conta que no Brasil não há uma “cultura da memória” — tal como a que se estabeleceu em outros países que enfrentaram momentos de violência social provocados por políticas autoritárias —, implicando, conforme argumenta Seligmann-Silva (2010, p. 15), na impossibilidade de se debater de forma mais clara “os limites da fala testemunhal” no contexto da ditadura brasileira.

2 O INSUSTENTÁVEL PESO DA HISTÓRIA: A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

2.1 A DITADURA CIVIL-MILITAR E A HERMENÊUTICA DA MEMÓRIA E DO ESQUECIMENTO

O agitado 31 de março de 1964 se inscreveu na história do Brasil como o dia em que um movimento liderado por oficiais das Forças Armadas pôs fim ao governo João Goulart, dando início ao período de 21 anos em que militares, apoiados por lideranças civis, comandaram os destinos da nação. O caráter autoritário do governo militar se manifestou de forma imediata. O Ato Institucional N° 1 (AI-1), assinado pela Junta Militar que governou o país de forma provisória, garantiu a perseguição política. Foram cassados deputados federais, lideranças sindicais, oficiais das Forças Armadas. Funcionários públicos foram demitidos por serem considerados uma ameaça à segurança nacional. O AI-1 também instituiu a eleição indireta do novo presidente da República, de modo que, em 15 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi o escolhido para assumir o cargo. Com o AI-2, os processos envolvendo presos políticos passaram a ser julgados pela Justiça Militar. Essa medida resolvia o atrito entre a Justiça Comum e os militares, pois, como nota Heleno Fragoso (1984 *apud* GASPARI, 2014, p. 255), “sempre foi muito mais fácil aos tiranos perseguir os inimigos políticos, não mudando a lei, mas sim os juízes que deveriam julgá-los”. Essa engrenagem tornou a vida de presos políticos ainda mais difícil, uma vez que poderiam sofrer todo o tipo de arbitrariedades no cárcere, dentre as quais, a tortura, um dos elementos mais nefasto do sistema repressivo militar. Sob esse aspecto, Elio Gaspari (2014, p. 131) ressalta que, durante todas as fases da ditadura²³, houve momentos de “aberturas” e “endurecimentos”; de modo que “o melhor termômetro da situação do país foi a medida da prática da tortura pelo Estado”.

De fato, desde seus instantes iniciais, a ditadura civil-militar mostrou seu caráter violento e fez suas vítimas. Um dos episódios mais marcantes ocorreu no dia 2 de abril de 1964, em Recife, ocasião em que o dirigente comunista Gregório de Bezerra foi arrastado por um jipe pelos bairros da cidade. Ao final do percurso, um oficial do exército o espancou em praça

²³ De acordo com Gaspari: “De 1964 a 1967 o presidente Castello Branco procurou exercer uma ditadura temporária. De 1967 a 1968 o marechal Costa e Silva tentou governar dentro de um sistema constitucional, e de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial. De 1974 a 1979, debaixo da mesma ditadura, dela começou-se a sair” (GASPARI, 2014, p. 131).

pública, com uma barra de ferro. Sobre isso, escreve Gaspari (2014, p. 134): “Episódios semelhantes repetiram-se em algumas cidades do país. Eram parte do jogo provado pela radicalização dos últimos anos. O medo entrara na transação política”. Com efeito, ainda em 1964, vinte pessoas morreram vítimas do regime, sendo muitas dessas mortes mascaradas como suicídio. Assim, “dos vinte mortos de 1964, só um, de acordo com a versão oficial, morreu em confronto armado”. Essa situação só viria se agravar, sobretudo com a institucionalização da violência por parte da repressão política nos anos que se seguiram, a partir da edição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e os “anos de chumbo”, designação dada ao período mais repressivo da ditadura brasileira, entre 1968 a 1974.

Em sua Tese 6, sobre o conceito de História, Benjamin (2014, p. 243) escreve: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como aconteceu’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo”. Nessa proposição encontra-se a recusa benjaminiana ao ideal da ciência histórica (paradigma positivista) de produzir uma descrição que se pretende a mais exata e a mais exaustiva do passado, de modo a narrá-lo, como afirma o filósofo, “tal como aconteceu”. Para Gagnebin (2009, p. 40), o escrito de Benjamin pode ser compreendido, antes de tudo, como uma denúncia “[à] cumplicidade entre o modelo dito objetivo do historicismo [...] e um certo discurso nivelador, pretensamente universal, que se vangloria de ser a história verdadeira e, portanto, a única certa e, em certos casos, a única possível”. Com isso, define-se uma “história”, uma “narrativa” que, alicerçada em uma suposta “exatidão científica”, age em nome de interesses precisos. Que interesses seriam esses? A resposta remete à Tese 7, na qual Benjamin (2014, p. 244) diz: “com quem o investigador historicista estabelece propriamente uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor”. De resto, Gagnebin afirma (2009, p. 41) que “o paradigma positivista elimina a historicidade do discurso histórico: a saber, o presente do historiador e a relação específica que esse presente mantém com um tal momento do passado”. Daí a razão de o projeto historiográfico possuir em Benjamin “um papel político e não meramente descritivo” (SILVA FILHO, 2009, p. 127), pois nele o passado *surge* como um gesto marcado pelo presente, pelo aqui e agora. Escreve Benjamin (2014, p. 249) em sua Tese 14: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas aquele preenchido pelo ‘tempo de agora’ (*Jetztzeit*)”.

O debate sobre a história da ditadura civil-militar nas últimas décadas insere-se no contexto político de luta pelo direito à memória, à verdade e à justiça para as vítimas dos anos de repressão militar. Sobre esse aspecto, José Carlos Moreira da Silva Filho (2009, p. 128) afirma: “A batalha hermenêutica pela significação do passado é algo visível no contexto político

brasileiro. Em especial com relação aos episódios vivenciados durante a ditadura militar”. Trata-se de um empreendimento que visa a combater os mecanismos de esquecimento e de silenciamento que foram impostos antes mesmo do término da ditadura. Um exemplo disto é a anistia de 1979 que, embora tenha sido, originalmente, proposta por movimentos sociais que se opunham ao regime militar, acabou se tornando uma manobra orquestrada pelo próprio governo, tão eficaz que impossibilitou a abertura de processos e a condenação de agentes e governantes envolvidos em crimes durante o período ditatorial. Por isso, ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, no Brasil não houve processamento nem condenação por tortura ou outros crimes cometidos pelo governo militar. O que faz com que a memória da ditadura permaneça obscurecida perante a sociedade brasileira. Soma-se a isso a vigilância de esferas conservadoras da sociedade que visam manter enterrados os episódios ocorridos durante a ditadura civil-militar. Nesse sentido, Silva Filho (2009, p. 128) diz: “Há uma grande resistência, por parte dos setores mais diretamente ligados à repressão militar (em especial militares da reserva e políticos que defenderam o regime), em se admitir a ocorrência das torturas e dos desaparecimentos forçados”.

Toda memória, de acordo com Seligmann-Silva (2012, p. 64), nasce como resultado de “conflitos e negociações que se iniciam dentro das pessoas que vivenciaram aquele evento e depois se desdobram nas relações entre os indivíduos, grupos e classes, que se embatem na esfera pública”. O que implica dizer também que não existe apenas “*uma* memória” sobre o período da ditadura; ao invés disso, deve-se falar em memórias variadas e conflitantes. Contudo, o estudo da história das representações de dado contexto histórico tenta, como parte de seu desafio, “estabelecer certas linhas de forças predominantes”. Posto isso, Seligmann-Silva (2012, p. 64) questiona:

Devemos nos perguntar se no embate entre as diversas memórias daquele período predominaria a versão dos que preferem “virar a página” e enterrar a memória — impedindo também todo e qualquer enfrentamento jurídico e testemunhal daquele tempo —, ou se dominaria hoje no Brasil uma cultura da memória, que inclui a produção de livros com testemunhos, a construção de memoriais, homenagens aos mortos do conflito, uma recepção expressiva da produção cultural da época, seja ela literária, musical ou cinematográfica.

A resposta, para Seligmann-Silva, está clara. Predomina na cultura brasileira a corrente daqueles que tentam apagar do passado os crimes praticados durante a ditadura, assim como buscaram no passado apagar os rastros das vítimas ao dar fim aos seus corpos, numa repetição brasileira do que se viu na tragédia nazista. Um exemplo da batalha pela memória dos anos de chumbo verifica-se novamente na Lei da Anistia, que utiliza a denominação “ausentes” para se

referir aos desaparecidos pela ditadura, o que, segundo Silva Filho (2009, p. 129), “leva à conotação de uma morte presumida e não de um assassinato cujo cadáver não é encontrado”. Em face disso, Seligmann-Silva (2012, p. 64) comenta: “podemos pensar que a violência da ditadura no Brasil foi superior àquela que se exerceu em outros países. Ela conseguiu ir muito além da data oficial do seu fim”.

2.2 O PAPEL DA LEI DE ANISTIA NA IMPOSIÇÃO DO ESQUECIMENTO

Em *A memória, a história, o esquecimento* (2014), Paul Ricœur recorda que a política de anistia consiste em uma prática antiga. O autor cita dois exemplos. Primeiramente, Ricœur (2014, p. 460) menciona o “famoso decreto promulgado²⁴ em Atenas em 403 a.C., após a vitória da democracia sobre a oligarquia dos Trinta”, considerado a primeira anistia da história ocidental de que se tem registro. Uma fórmula grega que consistia em um duplo dispositivo: de um lado, o decreto em si; de outro, um juramento proferido por cada cidadão ateniense, tomado um a um. Dizendo de outra forma: “De um lado, ‘é proibido lembrar os males [as desgraças]’; [...] por outro, ‘não recordarei os males [as desgraças]’, sob pena das maldições desencadeadas pelo perjúrio”. Em comum, os dois dispositivos objetivavam um mesmo desfecho: não recordar. O outro episódio lembrado pelo pensador francês diz respeito ao Edito de Nantes, promulgado em 1598, pelo rei da França Henrique IV, o qual estabelecia o seguinte:

Artigo 1: Primeiro, que a memória de todas as coisas passadas de ambos os lados desde o início do mês de março de 1585 até nosso advento à coroa e durante os outros distúrbios precedentes, e quando deles, permanecerá apagada e adormecida como coisa não ocorrida. Não será permitido a nossos procuradores-gerais nem a quaisquer outras pessoas, públicas ou privadas, em qualquer tempo ou oportunidade, fazer deles menção, processo ou ação processual em qualquer corte ou jurisdição. — Artigo 2: Proibimos a todos os nossos súditos, de qualquer condição ou capacidade, renovar a memória desse passado, atacar, ressentir, insultar ou provocar um ao outro em reprovação pelo que ocorreu por qualquer motivo e pretexto, disputar, contestar, brigar, ultrajar-se nem ofender-se por fato ou por palavra; devem se conter e viver juntos serenamente, como irmãos, amigos e concidadãos, sob pena aos contraventores de serem punidos como infratores de paz e perturbadores do repouso público. (RICOEUR, 2014, p. 461).

Sobre o Edito de Nantes, Ricœur (2014, p. 461) enfatiza o caráter “mágico” da operação proposta no dispositivo, que “consistia em fazer como se nada tivesse acontecido”, quer dizer, “como coisa não ocorrida”. Em ambos os episódios citados por autor — o decreto ateniense e

²⁴ Essa informação, segundo Ricoeur, é lembrada por Aristóteles em *A constituição de Atenas*.

o Edito de Nantes —, “a proclamação da anistia intenta a possibilidade de reconstrução de um mínimo de convivência entre duas frações importantes da nação dilacerada” (GAGNEBIN, 2010, p. 180). E aqui se encontra o alcance dos efeitos produzidos (ou, ao menos, desejados) pela anistia: “ela põe fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil — guerras civis, episódios revolucionários, mudanças violentas de regimes políticos —, violência que a anistia, presumidamente, interrompe” (RICOEUR, 2014, p. 460).

No contexto brasileiro, existem vários casos de anistia ao longo da história. De acordo com Paulo Ribeiro da Cunha (2010, p. 15), “houve 48 anistias: a primeira em 1895 e a última em 1979”. No que se refere à mais recente, a política de anistia foi uma bandeira, inicialmente, levantada pelos opositores do governo militar, que visava tanto à libertação de presos políticos quanto à volta de exilados ao país. Nas palavras de Seligmann-Silva (2009, p. 541): “A anistia, nesse contexto, significava, antes de mais nada, restauração da *justiça*, já que estes exilados e prisioneiros estavam sendo vítimas de um governo pontuado por arbitrariedades, no qual o Estado de Direito estava suspenso”. A partir de 1964, e com maior intensificação após a instituição do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), o Brasil viveu um verdadeiro estado de exceção, encoberto por uma débil fachada de legalidade. A anistia, nesse contexto, possui “um valor plenamente positivo”, visto que sua finalidade é o cumprimento da justiça e a restauração do Estado de Direito. Entretanto, uma vez orquestrada pelos próprios responsáveis pela ditadura civil-militar, a anistia brasileira ganhou contorno diverso daquele visado pelos movimentos que atuaram em sua luta na segunda metade dos anos 1970. Sobre isso, Seligmann-Silva (2009, p. 542) diz:

Antes, os donos do poder pretenderam então, diante da inexorável derrocada do regime e do avanço das forças democráticas — que teria como correlato imediato a volta dos exilados e a libertação dos prisioneiros políticos —, decretar, de antemão, a sua própria impunidade. Esta anistia foi costurada não como justiça — trabalho de restituição do mal realizado, pagamento de uma dívida para com os perseguidos e violentados pelos órgãos de repressão do Estado que se voltaram contra a população que deveria proteger —, mas, antes, ela foi decretada como suspensão de toda futura tentativa de se concretizar a justiça.

Percebe-se, na leitura que o autor faz do caso brasileiro, um ponto nevrálgico no processo político de transição à época: o fato de o governo militar ter se apropriado da anistia para “convertê-la em mecanismo de impunidade” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 542) e, também, em um efetivo dispositivo de controle da *memória* do período, no caso, de imposição do apagamento dessa memória.

A Lei Nº 6.683 (Lei de Anistia) foi promulgada em 1979, durante o governo militar do então presidente João Baptista Figueiredo. Em seu artigo primeiro, estabelecia o seguinte:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. (BRASIL, 1979).

Como é possível observar, a Lei de Anistia visava proteger contra quaisquer punições os cidadãos brasileiros que, durante os anos de 1961 a 1979, foram considerados criminosos políticos pelo regime militar. Outrossim, o instituto jurídico também garantia a volta de exilados ao Brasil, o restabelecimento dos direitos políticos e o retorno ao serviço de militares e funcionários da Administração Pública, excluídos de suas funções durante a ditadura.

Em suas considerações sobre a anistia, Ricœur (2014, p. 460) lembra a proximidade fonética e semântica entre os sintagmas anistia e *amnésia*, que aponta para “a existência de um pacto secreto com a denegação de memória”. Sobre a relação entre esses dois termos, Gagnebin (2010, p. 180) observa que a anistia é incapaz de produzir o que sua semelhança com o vocábulo *amnésia* projeta nela. Para a autora, “ela não pode nem impedir nem mudar o lembrar, ela não pode ser um obstáculo à busca da ‘verdade do passado’, como se diz, aliás, de maneira bastante ambígua”. Por essa razão, a anistia deve ser compreendida como condição artificial (e necessária) que possibilite uma “retomada mínima da existência em comum no conjunto da nação”, como uma espécie de “trégua”, uma “calmaria provisória”, motivada pelo desejo de continuar a vida. No caso brasileiro, enquanto forma de esquecimento *institucional*, a Lei de Anistia serviu apenas para impossibilitar qualquer tipo de apuração dos fatos ocorridos durante o governo militar. Nesse sentido, Seligmann-Silva (2010, p. 12) afirma: “De 1979 a 2009, com relação à revelação da verdade e ao julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos pelas garras do poder, é como se o tempo tivesse estagnado”. Se já se vão quase 10 anos dessa contestação, verifica-se, sem nenhuma dificuldade, que hoje em dia não houve mudança acerca do diagnóstico feito pelo autor. Quer dizer: a roda do tempo permanece sem girar no que se refere a esse capítulo da história recente do Brasil.

Fazendo uma leitura das reflexões de Ricœur sobre o conceito de anistia, Gagnebin (2010, p. 180) questiona os efeitos da Lei de Anistia no caso específico do Brasil. Segundo a autora: “visava ela realmente apaziguar a memória de duas partes importantes do povo brasileiro no seu conjunto, ou se tratava, como tantas vezes no Brasil, de um arranjo (precário)

entre duas frações opostas da assim chamada ‘elite?’”. Já Seligmann-Silva (2010, p. 12) comenta, em face dos 30 anos da promulgação da referida lei, que a anistia brasileira visou “antes de mais nada a garantir a impunidade”. Ambos os argumentos, de Gagnebin e Seligmann-Silva, parecem indicar um mesmo caminho, qual seja, de que a Lei de Anistia no Brasil consistiu em uma estratégia orquestrada pelas mãos daqueles que praticaram a violência e por seus cúmplices. Impôs o esquecimento dos episódios vivenciados durante a ditadura, impedindo, conforme explica Silva Filho (2009, p. 128), “que processos mais incisivos de resgate da memória política pudessem acontecer”.

2.3 A TAREFA DA REMEMORAÇÃO DOS ANOS DE CHUMBO

A tarefa da rememoração dos anos de chumbo localiza-se num campo da política da memória e da História repleto de tensões. Como a memória pode se inserir no contexto de um país e de um período em que não se reconhecessem crimes nem assassinos torturadores? Para Seligmann-Silva (2013, p. 64), “pode-se falar em uma *ética da representação* do passado que implica a nossa *dívida* para com ele e para com os mortos”. A Lei de Anistia permitiu que torturadores permanecessem impunes pelos crimes que cometeram, uma situação que contou com a cumplicidade do poder judiciário. Muitos destes “não apenas preferem esquecer essa história, *apagá-la da memória e da história*, como também [...] se orgulham de ter torturado com técnicas que não deixaram marcas nos corpos das vítimas” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 85). Além disso, como observa Maria Lygia Quartim de Moraes (2008, p. 15), “uma das mais cruéis práticas das ditaduras latino-americanas foi a de ‘matar a morte’, sumindo com os corpos dos opositores políticos presos, torturados e assassinados”. O efeito devastador desta tentativa de “memoricídio”, de assassinato da memória da violência praticada durante o período de ditadura, consistia não só em eliminar a prova por excelência da cena do crime — a saber: os corpos das vítimas —, mas também em extinguir, por completo, as existências e as memórias de pessoas condenadas à tortura e à morte pela política dos quartéis.

Entretanto, é possível reconhecer, ao longo desses anos, várias ações (individuais e coletivas) que visam ao resgate da memória política do país, tais como: a atuação de familiares de mortos e desaparecidos e de entidades de Direitos Humanos; as ações promovidas por organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil; os trabalhos desenvolvidos, em caráter institucional, nas esferas de governo Municipal, Estadual e Federal; o aumento de estudos e pesquisas acadêmicas relacionadas à história e à memória da ditadura, bem como a difusão de

obras (livros, diários, depoimentos, filmes, documentários etc.) que trazem à discussão essa temática, dentre outras. Sobre essa questão, Figueiredo (2017, p. 15) aponta dois momentos decisivos, quer para a apuração das graves violações aos direitos humanos, quer para o arquivamento de documentos comprobatórios das acusações. De acordo com a autora: “[...] por iniciativa da sociedade civil, houve o trabalho feito pelo grupo “Brasil: nunca mais”, [...] por ação governamental, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e a Comissão Nacional da Verdade” (FIGUEIREDO, 2017, p. 15).

2.3.1 Projeto Brasil: Nunca Mais

A luta pela restauração e pela preservação da memória dos anos de ditadura civil-militar engloba uma série de ações que envolve organismos sociais e institucionais. Dentre essas ações, destaca-se o “Projeto Brasil: Nunca Mais”, surgido a partir de um processo vinculado a três entidades sociais: o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (Clamor), a Arquidiocese de São Paulo e a Igreja Presbiteriana. Segundo Moraes (2008, p. 15), esse projeto representa “o mais importante registro oficial das ilegalidades e atentados aos direitos humanos cometidos pelos esbirros da ditadura”. Apoiado por Dom Paulo Evaristo Arns, o Clamor — um organismo de Direitos Humanos que teve como fundadores o advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, o jornalista britânico Jan Rocha e o pastor Jaime Wright — atuou entre os anos de 1977 a 1984. O comitê funcionou como “uma rede de solidariedade em defesa dos Direitos Humanos no Cone Sul, por meio da denúncia e das investigações” (BAUER, 2012, p. 169). Os trabalhos realizados pelo Clamor se deram no contexto da Lei de Anistia, como explica Samarone Lima (2003, p. 210), o que possibilitou o registro de relatos de tortura e a denúncia contra agentes do governo envolvidos:

Desde 1979, quando fora promulgada a Anistia, qualquer advogado podia solicitar o processo durante 24 horas, para avaliar o que tinha acontecido com seu cliente. Um pequeno grupo decidiu fotocopiar processos inteiros. Neles, muitos ex-presos relatavam torturas e denunciavam nomes de torturadores.

Em agosto de 1979, foram iniciados os trabalhos do grupo que fez cópia de todos os processos que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM). “Cerca de 30 pessoas trabalharam com as fotocópias e com a elaboração dos Projetos A e B, todas sob a coordenação de Dom Paulo Evaristo Arns” (BAUER, 2012, p. 170). Esse processo se estendeu até março de 1985. Ao final

do período, foram contabilizadas informações em mais de um milhão de páginas, a partir do processo de reprodução de 707 processos do STM. A partir desse material, foi possível conhecer a extensão da repressão política no Brasil ao longo dos anos. Conforme explica Lima (2003, p. 210-211): “As ações do grupo em muito se assemelhavam à filosofia do Clamor: rapidez e silêncio. Os envolvidos não revelariam sequer aos familiares o que estavam fazendo”.

Esse processo de coleta de material resultou na elaboração de 12 volumes²⁵, totalizando 6.891 páginas de análise (denominado “Projeto A”). Com base nas informações coletadas, foram identificadas questões como: a) o número de presos que passaram pelos tribunais militares; b) quantas pessoas foram acusadas formalmente; c) o quantitativo de presos; d) quantas pessoas alegaram ter sofrido tortura; e) o número de pessoas desaparecidas; f) as modalidades de tortura mais praticadas; g) quais eram os centros de detenção; e h) a lista dos médicos que atendiam, em regime de plantão, junto aos porões, bem como os nomes de funcionários que foram identificados pelos presos políticos. Posteriormente, esse material foi submetido ao trabalho de síntese dos jornalistas Ricardo Kotscho e Carlos Alberto Libânio Christo (Frei Betto), coordenados por Paulo de Tarso Vannuchi, sendo publicado pela Editora Vozes, em 31 de julho de 1985, com o título de *Brasil: nunca mais* (o “Projeto B”). De imediato, o livro tornou-se o mais vendido, sendo “a obra que os brasileiros mais adquiriram” (BAUER, 2012, p. 170) nos dois anos seguintes. Como consequência imediata de sua publicação, o presidente José Sarney assinou e ratificou a Convenção contra a Tortura, proposta pela ONU, atendendo, assim, ao pedido de Dom Paulo Evaristo Arns feito no prefácio do livro. Outro importante acontecimento ocorreu alguns meses depois, em novembro de 1985, ocasião em que “uma lista contendo os nomes de 444 torturados citados pelas vítimas nos processos fotocopiados foi liberada aos jornalistas e publicada em alguns jornais” (BAUER, 2012, p. 170). Com isso, o “Projeto Brasil: Nunca Mais” se instituiu como uma das mais importantes iniciativas, no intuito de materializar o objetivo de que “nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente” (ARNS, 2003, p. 26).

Entretanto, é preciso lembrar que a luta pela memória e pela “verdadeira história” do período não se travou sem que se produzissem versões de ambos os lados. A exemplo disto,

²⁵ São eles: Tomo I – O regime militar; Tomo II, Volume 1 – A pesquisa BNM; Tomo II, Volume 2 – Os atingidos; Tomo II, Volume 3 – Os funcionários; Tomo III – perfil dos atingidos; Tomo IV – As leis repressivas; Tomo V, Volume 1 – A tortura; Tomo V, Volume 2 – As torturas; Tomo V, Volume 3 – As torturas; Tomo V, Volume 4 – Os mortos; Tomo VI, Volume 1 – Índice dos anexos; Tomo VI, Volume 2 – Inventário dos anexos. O acervo físico encontra-se na Unicamp; porém, 25 cópias do “Projeto A” foram oferecidas a instituições universitárias e centros de referência na defesa dos direitos humanos no Brasil e no exterior. A versão digital do material encontra-se disponibilizada integralmente no site <http://bnmdigital.mpf.mp.br>.

Figueiredo (2017, p. 17) comenta que a reação dos militares, em virtude da publicação da obra em 1985, foi “dar sua versão dos fatos, criando o *Projeto Orvil* (anagrama da palavra livro), coordenado pelo general Agnaldo Del Neto, sob as ordens Leônidas Pires Gonçalves”. Trata-se, conforme aponta Lucas Figueiredo (2015, p. 82), da “primeira e até hoje única versão das Forças Armadas para a repressão”. A obra de 919 páginas tinha por objetivo contrapor o discurso da esquerda e, em especial, o livro *Brasil: nunca mais*. Porém, após ser apresentada ao então presidente José Sarney, o “livro-resposta”²⁶ teve a publicação vetada, permanecendo secreto até 2007, ano em que “veio à luz, em reportagens publicadas na imprensa” (FIGUEIREDO, 2015, p. 83).

2.3.2 Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Os esforços empreendidos pelos familiares de mortos e desaparecidos durante o regime ditatorial foram fundamentais para que certos fatos sobre o período viessem à tona. Conforme a obra *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, no início os familiares e seus advogados deparavam-se apenas com “uma versão falsa ou simplesmente um vazio de informações” (CEMDP, 2007, p. 30), batendo de porta em porta na tentativa de “localização e identificação dos corpos” (CEMDP, 2007, p. 30). Desse modo, poucos foram os casos que obtiveram êxito. Com efeito, com a pressão de ativistas dos Direitos Humanos, de pessoas que foram presas, exiladas, ou políticos que tiveram seus mandatos cassados, mais os familiares de mortos e desaparecidos, todos em favor da anistia e do direito à verdade, o caminho para uma abertura política ganhou vigor a partir de 1974, com o governo de Geisel. Nos primeiros anos da década de 1980, os principais estados brasileiros passaram a ser governados por lideranças que se opunham ao regime militar, como Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola. A seguir, “o movimento ‘Diretas Já’, a posse de um presidente civil e a promulgação da Constituição de 1988 completaram a reconstrução do Estado Democrático de Direito” (CEMDP, 2007, p. 30).

Diante desse novo cenário, abre-se o caminho para a criação da “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos”, através da Lei 9.140/95. Esse feito representa um dos principais marcos na luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil pelo

²⁶ O material encontra-se disponibilizado para *download* gratuito na internet, por meio do *link* <www.averdadesufocada.com>.

direito à justiça e à memória de seus entes. A lei conferiu à Comissão Especial as seguintes atribuições: a) proceder o reconhecimento de pessoas: i) desaparecidas não mencionadas no Anexo I desta lei; ii) que tenham falecido por causas não-naturais, em dependências policiais ou assemelhadas; iii) que tenham falecido em virtude de repressão policial sofrida em manifestações públicas ou em conflitos armados com agentes do poder público; iv) que tenham falecido em decorrência de suicídio praticado na iminência de serem presas ou em decorrência de sequelas psicológicas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público; b) envidar esforços para a localização de corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local onde possam estar depositados; e, por fim, c) emitir pareceres sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados (BRASIL, 1995, Art. 4º).

Um de seus idealizadores, Nilmário Miranda, havia sido preso e torturado nos anos 1970. Ao se eleger deputado federal, a partir de 1991, Miranda começou a instar a Câmara a exercer um papel na busca e reparação quanto aos mortos e desaparecidos através da criação de comissões. Sob a presidência de Miguel Reale Júnior, seus trabalhos foram iniciados em janeiro de 1996. Na primeira etapa realizada pela CEMDP, foram apreciadas 480 solicitações de reparação e reconhecimento, das quais 362 foram deferidas²⁷. A CEMDP atuou na investigação das “causas ou circunstâncias de morte ou desaparecimento por força do arbítrio instalado e perpetrado pela ditadura militar (1964-1985), pelo Estado ou por seus agentes, foram oficialmente reconhecidas”²⁸. Os trabalhos da comissão resultaram na publicação de duas obras: *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado* (2003), de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, e *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*²⁹ (2007), da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

²⁷ Todas as apurações encontram-se disponíveis no site <<http://cemdp.sdh.gov.br/>>.

²⁸ Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=1>>. Acesso em: 21 fev. 2018.

²⁹ Disponível na íntegra e de forma gratuita para download no site: <http://dh.sdh.gov.br/download/dmv/direito_memoria_verdade.pdf>.

2.3.3 Comissão Nacional da Verdade

Na década de 1980, ao término das ditaduras nos países da América Latina, diversas comissões da verdade começaram a ser instaladas na tentativa de reestabelecimento da democracia e de reparação do passado. Essas comissões visavam atender ao trinômio “direito à memória, à justiça e à verdade”, que integra o rol de garantias intrínsecas aos Direitos Humanos. Todavia, em comparação a outros países latino-americanos, verifica-se, no contexto da ditadura brasileira, uma lacuna temporal de quase 30 anos entre o fim do governo ditatorial e a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esta foi criada somente em 18 de novembro de 2011, por meio da Lei Nº 12.528/2011. Ressalta-se, ainda, que a criação da CNV no Brasil buscou atender um dos 12 pontos que o país precisou cumprir devido à condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em novembro de 2010, a respeito do caso *Gomes Lund e outros vs. Brasil*, sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1975).

Ao final de 2014, a Comissão Nacional da Verdade finalizou um extenso relatório dividido em três volumes temáticos. Nele, enumerou, pelo menos, 434 mortes ou desaparecimentos forçados durante os anos da ditadura civil-militar. Destes, 191 pessoas foram assassinadas, 210 foram consideradas como desaparecidas e 33 listadas como desaparecidas, mas depois seus corpos foram encontrados, sendo que um deles foi localizado durante os trabalhos da Comissão. Contudo, tais dados não devem ser considerados de forma isolada, uma vez que a ditadura produziu outras vítimas, como políticos cassados e com os direitos políticos suspensos, funcionários demitidos ou aposentados compulsoriamente, militares punidos, sindicalistas depostos etc. Ademais, também é preciso contabilizar o número de familiares que, de uma hora para outra, depararam-se com a situação de terem pais, mães, irmãos ou irmãs perseguidos pela repressão, ou mesmo sequestrados e desaparecidos.

2.4 O “SORVEDOURO DE PESSOAS” FAZ MAIS DUAS VÍTIMAS

Ana Rosa Kucinski Silva nasceu em 12 de janeiro de 1942, na cidade de São Paulo, filha de Majer Kucinski, um escritor de língua ídiche, e Ester Kucinski. O casal de judeus poloneses veio para o Brasil durante a primeira metade do século XX. Formada em Química, com doutorado em Filosofia, Ana Rosa era professora no Instituto de Química na Universidade de São Paulo (USP). Wilson Silva era um físico formado pela USP, com especialização em Processamentos de Dados, e trabalhava na empresa SERVIX/SP. Durante a graduação em

Física, conheceu Bernardo Kucinski. Os dois organizaram uma exposição sobre os 30 anos da Guerra Civil Espanhola em 1966. Por intermédio do irmão, Ana Rosa conheceu Wilson Silva, casando-se com ele, posteriormente, sem informar seus familiares sobre o fato. Conforme Figueiredo (2017, p. 125), “[o] casal foi preso pelo delegado Sérgio Fleury, em 22 de abril de 1974, e levado para a Casa da Morte, em Petrópolis, onde foi torturado e executado”. O desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva situa-se no contexto de ferocidade da política do aparato repressivo, que tinha, na ordem do dia, o extermínio dos seus opositores: “Matem os terroristas, matem os carteiros que entregam suas cartas. Os familiares, os amigos, seja o que for. Só não quero que morra nenhum de vocês”³⁰. Assim, no breve período de 1971 a 1974, relata Gaspari (2014, p. 394), “morreram 198 militantes de organizações armadas”, muitos dos quais vindos de movimentos estudantis, tal como ocorreu com Ana Rosa e Wilson Silva, militantes da Ação Libertadora Nacional³¹ (ALN). Ambos tinham 32 anos quando desapareceram.

O episódio envolvendo o desaparecimento e morte de Ana Rosa e Wilson Silva encontra-se registrado no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*³², no qual consta o depoimento de seu irmão, o jornalista e escritor Bernardo Kucinski:

Minha irmã, Ana Rosa Kucinski, e meu cunhado, Wilson Silva, foram presos e desaparecidos em São Paulo, na tarde de 22 de abril de 1974. Nesse dia, Wilson Silva e seu colega de trabalho Osmar Miranda Dias foram fazer um trabalho de rotina, saindo do escritório da Av. Paulista para o centro da cidade, um pouco antes da hora do almoço, após o que Wilson se separou de Osmar dizendo que iria se encontrar com sua esposa Ana Rosa, na Praça da República. A partir desta tarde, nunca mais foram vistos. (DMDP, 1995, p. 256).

Por meio de colegas de trabalho, a família foi informada da ausência de Ana Rosa na universidade³³. De imediato, seus familiares adotaram medidas a fim de descobrir o paradeiro do casal, dentre as quais, a impetração de vários *habeas corpus* na tentativa de localizar Ana

³⁰ Nota de rodapé em Gaspari (2014, p. 389): “Depoimento do general Dale Coutinho dos Santos Araújo, em Percival de Souza, *Autópsia do medo*, pp. 12-3”.

³¹ Segundo Miranda e Tibúrcio (2008, p. 80-81), a Ação Libertadora Nacional foi a “organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973. [...] Cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), surgida em 1967, a ALN tem sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Mariguella, antigo dirigente do partido. E mais: “Considerando-se a soma dos militares mortos da ALN e do Molipo [Movimento de Libertação Popular], que não chegaram a se dissociar totalmente, essa foi a corrente da esquerda brasileira mais atingida pela repressão”.

³² Doravante, denominado apenas pela sigla DMDP.

³³ Como desdobramento, Ana Rosa foi demitida pela Congregação do Instituto de Química (IQ) da Universidade de São Paulo (USP) em 23 de outubro de 1975 por “abandono de função”. Somente em 2014, a Congregação do IQ da USP decidiu de comum acordo pela revogação da demissão da docente. Além disso, foi deliberado, de forma unânime, a formalização de um pedido de desculpas à família Kucinski.

Rosa e Wilson Silva; porém, “todos eles prejudicados pela resposta de que nenhum dos dois se encontrava preso” (DMDP, 1995, p. 256). Na data de 10 de dezembro de 1974, um pedido de investigação foi enviado à Comissão de Direitos Humanos da OEA. Sobre essa solicitação, Kucinski afirma: “Meses depois, a família recebeu resposta da OEA, onde esta afirmava que, consultado, o Governo Brasileiro declinava qualquer responsabilidade no episódio” (DMDP, 1995, p. 257). Ainda em dezembro de 1974, o general Golbery do Couto e Silva chegou a reconhecer que Ana Rosa estava presa em uma instituição da Aeronáutica. Kucinski conta também que o governo dos EUA, por intermédio do Departamento de Estado, informou-lhes que Ana Rosa ainda se encontrava viva, em local não sabido. Quanto a Wilson Silva, o governo americano informou que o jovem militante estaria provavelmente morto.

Por meio de uma audiência realizada a pedido do cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, familiares de desaparecidos políticos tiveram um encontro com o general Golbery do Couto e Silva em Brasília. Dias após esse episódio, o Ministro da Justiça à época, Armando Falcão, publicou uma nota oficial na qual informava sobre “desaparecidos políticos”. Sobre Ana Rosa e Wilson Silva, “a nota do Ministério alegava que eram ‘terroristas’ e estavam ‘foragidos’” (DMDP, 1995, p. 257). Em pesquisas realizadas pelos familiares nos arquivos do antigo DOPS/SP, foi localizada somente uma ficha sobre Ana Rosa contendo a seguinte informação: “presa no dia 22 de abril de 1974 em SP” (DMDP, 1995, p. 256). Já o documento sobre Wilson Silva no DOPS/SP constava: “preso em 22 de abril de 1974, em São Paulo, junto com sua esposa Rosa Kucinski” (DMDP, 1995, p. 403). Em 1993, o relatório do Ministério da Marinha, enviado ao Ministro da Justiça, Maurício Correa, confirmou a informação de que Wilson Silva havia sido “preso em São Paulo a 22 de abril de 1974, e dado como desaparecido desde então” (DMDP, 1995, p. 403).

Em uma entrevista concedida anos mais tarde, o tenente-médico Amílcar Lobo, que atuou no DOI-CODI e na “Casa da Morte”, em Petrópolis, Rio de Janeiro, denunciou os assassinatos políticos que testemunhou durante sua passagem por aquelas unidades militares. A obra *Direito à memória e à verdade* traz a seguinte informação sobre Amílcar Lobo e o caso do sequestro e desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva:

Procurado por Bernardo Kucinski, o médico reconheceu Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar a identificou como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza. Também o ex-agente do DOI-CODI/SP, em entrevista à *Veja* de 18/11/1992, informou: “Foi o caso também de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. Foram delatados por um cachorro, presos em São Paulo e levados para a casa de Petrópolis. Acredito que seus corpos também foram despedaçados”. (BRASIL, 2007, p. 391 e 382).

Outro importante relato é o do ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Guerra. Ele confirmou sua participação no transporte dos corpos do casal, levado para ser incinerado na Usina Cambahyba, no Rio de Janeiro, em 1974. O relato consta na obra *Memórias de uma guerra suja*, de autoria dos jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto, publicada em 2012. Trata-se de um livro-depoimento de Guerra, ex-agente de uma das equipes do coronel Freddie Perdigão, um dos mais importantes agentes do Centro de Informações do Exército (CIE). Como apontam Netto e Medeiros (2012, p. 25), “[a]o lado do delegado paulista Sérgio Paranhos Fleury, o também delegado capixaba Cláudio Antonio Guerra se sobressaiu nas execuções de adversários do regime militar”. Guerra e Fleury foram recrutados em virtude de suas atuações à frente dos esquadrões da morte do Espírito Santo e de São Paulo, respectivamente, durante a década de 1970. Na época, os dois já eram considerados “os mais sanguinários matadores para os que se encontravam em atividade política de esquerda no Brasil” (NETTO; MEDEIROS, 2012, p. 25).

Em um trecho do depoimento dado a Netto e Medeiros (2012, p. 55), Guerra fala sobre o episódio envolvendo o casal Ana Rosa e Wilson Silva:

Eu me lembro muito bem de um casal, Ana Rosa Kucinski da Silva e Wilson Silva, por conta de um incidente no caminho entre a rua Barão de Mesquita e a usina. Eu e o sargento Levy, do DOI, fomos levar seus corpos. Os dois estavam completamente nus. A mulher apresentava muitas marcas de mordidas pelo corpo, talvez por ter sido violentada sexualmente. O jovem não tinha as unhas da mão direita. Tudo levava a crer que tinham sido torturados. Não havia perfuração de bala neles. Quem morre de tiro não sofre. Morte por tortura é muito mais desumano.

Já em 23 de julho de 2014, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o ex-delegado do DOPS novamente fez referência ao caso. Ele disse que Ana Rosa “teria sido torturada brutalmente no centro clandestino de Petrópolis conhecido por Casa da Morte, inclusive sexualmente” (CNV, 2014, v. 1, p. 344). Nas palavras de Guerra, “[e]la estava em Petrópolis e ela foi muito torturada. Ela estava visivelmente violentada. Com os órgãos genitais cheios de sangue e a roupa toda cheia de sangue” (CNV, 2014, v. 1, p. 344). Outro importante relato é o do ex-sargento do Exército Marival Chaves do Canto, que afirmou que Ana Rosa e Wilson Silva foram pegos devido à atuação de um agente infiltrado na ALN. Em depoimento à Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, Canto (*apud* MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 182) disse: “foi por causa do trabalho de Jota, João Henrique Ferreira Carvalho, que Wilson Silva e sua mulher Ana Rosa Kucinski Silva foram presos, torturados e mortos”. O ex-sargento também relatou sobre o envolvimento do coronel Freddie Perdigão no caso: “desde sua época de capitão, [Perdigão] tinha influência suficiente

no porão para viver levando presos de São Paulo para Petrópolis. Ele participou do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva”.

Em 1995, a Lei Nº 9.140/1995 reconheceu a responsabilidade do Estado em decorrência do desaparecimento de pessoas envolvidas, ou acusadas de envolvimento, em atividades políticas entre 02 de setembro de 1961 e 05 de outubro de 1988. Em seu Artigo 1º, alterado pela Lei Nº 10.536/2002, estabeleceu que:

São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias. (BRASIL, 2002).

No Anexo I da referida Lei, foram inseridos os nomes de 136 pessoas desaparecidas — e, portanto, reconhecidas oficialmente como mortas — com a informação da época de seu desaparecimento. Dentre elas constam os nomes de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva, desaparecidos em 1974.

3 A DITADURA NO ROMANCE K. *RELATO DE UMA BUSCA*, DE BERNARDO KUCINSKI: TESTEMUNHO COMO FICÇÃO, FICÇÃO COMO TESTEMUNHO

A ascensão dos militares ao poder em 1964 marca também o surgimento de uma literatura de teor testemunhal que retrata o período da ditadura civil-militar a partir de diversos matizes. Em sua obra sobre a literatura como arquivo dos anos de chumbo, Figueiredo divide em três momentos distintos a produção literária que tematiza a ditadura no Brasil. Nas palavras da autora, “a produção foi dividida em três períodos, tendo em vista as condições, mais ou menos propícias, para a reelaboração da experiência traumática” (FIGUEIREDO, 2017, p. 47). Os períodos estão divididos da seguinte forma: a) primeiro período, de 1964 a 1979, ano de assinatura da lei de anistia; b) segundo período, de 1980 a 2000; e c) terceiro período, de 2000 aos dias atuais. Cada momento é marcado por características mais ou menos predominantes. Se o primeiro período³⁴ caracterizado pela tônica “ora prospectiva e utópica, ora distópica diante do fracasso dos projetos revolucionários”; o segundo³⁵ é composto por “relatos autobiográficos de ex-presos políticos exilados, beneficiados pela lei de anistia, que voltaram ao Brasil [...], ou recém-saídos da prisão ou da clandestinidade” (FIGUEIREDO, 2017, p. 47). O último período³⁶ tem como característica o olhar retrospectivo sobre os fatos, “aborda o passado de pessoas reais ou fictícias, utilizando a forma do romance para transformar o vivido através de um trato mais literário” (FIGUEIREDO, 2017, p. 48).

— Em linhas gerais, pode-se dizer que, nos dois primeiros períodos de produção, prepondera a figura da testemunha como *superstes*, visto que muitos dos autores foram vítimas do aparato repressivo, tornando-se, assim, *sobreviventes* dos porões. Autores como Carlos Heitor Cony, Antônio Callado, Renato Tapajós, Frei Betto, Fernando Gabeira, Álvaro Caldas, Luiz Roberto Salinas Fortes, Salim Miguel e Flávio Tavares foram presos, alguns mais de uma

³⁴ A autora cita obras como: *Quarup*, *Bar Don Juan* e *Reflexos do baile*, de Antônio Callado; *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony; *Em câmera lenta*, de Renato Tapajós; *Zero*, de Inácio de Loyola Brandão; *A festa*, de Ivan Ângelo.

³⁵ Obras desse período são: *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira; *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis; *Batismo de sangue*, de Frei Betto; *Tirando o capuz*, de Álvaro Caldas; *Retrato calado*, de Luiz Roberto Salinas Fortes; *Primeiro de abril*, de Salim Miguel; *Memórias do esquecimento*, de Flávio Tavares; *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado; *Amores exilados*, de Godofredo de Oliveira Neto; *Em liberdade*, de Silviano Santiago.

³⁶ Compreende obras como: *Qualquer maneira de amar*, de Marcus Veras; *Tempos extremos*, de Miriam Leitão; *Vidas provisórias*, de Edney Silvestre; *Antes do passado: o silêncio que vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum; *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont; *Azul-corvo*, de Adriana Lisboa; *Volto na semana que vem*, de Maria Pilla; *Outros cantos*, de Maria Valéria Rezende; *Não falei*, de Beatriz Bracher; *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva; *Damas da noite e O punho e a renda*, de Edgard Telles Ribeiro; *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti; *Mar azul*, de Paloma Vidal; *A resistência*, de Julián Fuks.

vez, durante a ditadura e — como Fernando Gabeira, Álvaro Caldas, Luiz Roberto Salinas Fortes e Flávio Tavares — foram torturados enquanto estiveram em cárcere. Outros ainda, como Ana Maria Machado e Godofredo de Oliveira Neto, foram ameaçados e/ou obrigados a viver em exílio (FIGUEIREDO, 2017, p. 49, 86).

Em relação ao terceiro período da Literatura Brasileira sobre os anos de chumbo, verifica-se não mais o predomínio da testemunha como *superstes*, *sobrevivente*. Ao invés disso, a maioria³⁷ dos textos produzidos nesse momento filiam-se à noção de testemunho proposta por Gagnebin (2009, p. 57), que amplia o seu sentido: “testemunha não seria somente aquele que viu com os seus próprios olhos”, escreve a autora. Esses romances, segundo Figueiredo (2017, p. 87), “transfiguram as experiências, considerando que, em sua maioria, os autores eram jovens durante os anos de ditadura, conheceram-na de perto e podem reelaborar o vivido no modo ficcional, inspirando-se de casos verídicos, porém já transmutados”. Dentre esses autores, alguns nasceram em plena ditadura civil-militar, como Adriana Lisboa (1970), Liniane Haag Brum (1971), Paloma Vidal (1975), Tatiana Salem Levy (1979) e Julián Fuks (1981); outros, como Beatriz Bracher (1961) ou Guiomar de Grammont (1963), às vésperas do golpe militar de 1964. Também é importante frisar que a relação desses escritores com a experiência da repressão é diversa. Guiomar de Grammont, por exemplo, teve o pai assassinado em 1975, caso que ainda se encontra inexplicado³⁸. Já uma autora como Adriana Lisboa, que nasceu durante os anos de repressão, mas não teve sequelas tão profundas como as de Grammont, vê-se no dever de transmitir às gerações atuais o trauma que representa o período ditatorial³⁹.

Bernardo Kucinski viveu e atuou como militante durante a ditadura, tendo partido para o exílio por causa de seu trabalho de oposição ao regime. Pesa-lhe, sobretudo, a experiência do desaparecimento da irmã e do cunhado nos primeiros anos da década de 1970, uma situação até hoje não elucidada por completo. A narração dessa experiência traumática só pôde ocorrer após

³⁷ Exemplos de exceção são: Miriam Leitão, torturada em 1972, que lançou a obra *Tempos extremos* em 2014; ou Maria Pilla, exilada em 1970, na França, que escreveu *Volto semana que vem*, publicado em 2015.

³⁸ Entrevista a Tiago Ribeiro, intitulada *Guiomar de Grammont e as palavras que se cruzam*. Disponível em: <<http://mafua.ufsc.br/2016/entrevista-com-guiomar-maria-de-grammont/>>. Acesso em: 28 maio 2018.

³⁹ Sobre a questão, a autora afirma: “Penso no ‘Azul corvo’ como um livro sobre a busca de um lugar no mundo, no sentido geográfico e afetivo. Um dos personagens é um ex-guerrilheiro, que participou da luta armada no Araguaia. Nasci em plena ditadura e cresci no silêncio oficial que cerceou o país durante muito tempo. Voltar a essa época através da escrita também foi, para mim, a recuperação de parte de um passado pessoal e coletivo, e a possibilidade de compartilhar tudo isso com leitores das novas gerações – é fundamental que a história não ande para trás, e para isso precisamos conhecê-la e refletir sobre ela. Como é que alguém pode, hoje, dizer que “no tempo da ditadura é que era bom”? Isso é de uma falta escandalosa de consciência histórica”. Entrevista à Clarissa Wolff, intitulada *Política na ficção: entrevista com quatro autores brasileiros*. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/a-redoma-de-livros/politica-na-ficcao-entrevista-com-4-autores-brasileiros>>. Acesso em: 28 maio 2018.

um longo distanciamento no tempo e pela via ficcional. Dessa maneira, *K. Relato de uma busca* está inserido, conforme divisão proposta por Figueiredo (2017), no último período da Literatura Brasileira que aborda a história da ditadura civil-militar. Nesse sentido, escreve Seligmann-Silva (2013, p. 380):

Apenas a passagem pela imaginação poderia dar conta daquilo que escapa ao conceito. [...] Mas a imaginação não deve ser confundida com a “imagem”: o que conta é a capacidade de criar imagens, comparações e, sobretudo, de evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado.

Trata-se da “força da ficção” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 378), ou da “*necessidade do registro ficcional*” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 380), fundamental para a reencenação do confronto com a situação-limite. Ao redigir esse *choque* sob forma de literatura, Kucinski consegue aliar realidade e ficção, história e memória, narração e testemunho, em um enredo que narra a experiência de uma perda — os desaparecimentos de sua irmã e do seu cunhado. “Se o testemunho apresenta a história de uma perda, o essencial não pode ser apresentado de modo direto; o testemunho é a apresentação de um desaparecimento e a sua leitura, a busca de traços que indiquem tal ‘falta originária’”. (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 20 e 21). Nesse sentido, desfaz-se a presença originária e, em seu lugar, só existe “falta, ausência, perda” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 21).

Retomando as noções de Benveniste, pode-se dizer que *K. Relato de uma busca* encena ambas as figuras de *superstes* e *testis*. Em primeiro lugar, porque Kucinski é um *sobrevivente* (*superstes*) do aparelhamento repressivo, posto que se exilou para não ser preso, afastando-se, desse modo, do destino trágico que muitos presos políticos tiveram nos porões da ditadura — a aniquilação completa. Em segundo lugar, porque o escritor é testemunha (*testis*) do sequestro, tortura e desaparecimento de sua irmã e de seu cunhado, sendo, desse modo, capaz de portar algo de verídico sobre os fatos e de transmitir o que eles, Ana Rosa e Wilson Silva — as verdadeiras testemunhas dos horrores da ditadura civil-militar — jamais puderam dizê-lo, uma vez que tatearam o seu fundo e não mais voltaram, para usar uma expressão empregada por Levi em *Os afogados e os sobreviventes*. Assim, em seu testemunho-ficção, Kucinski pôde reconstruir a história da perda da irmã, como aquele que, ainda que não tenha participado diretamente, é testemunha ocular na cena do crime, mas também a partir da perspectiva de alguém que subsistiu para além da experiência.

3.1 NOTAS INTRODUTÓRIAS: DO ABALO DO TRAUMA À ESCRITURA DA TRAMA

Nascido em 1937, na cidade de São Paulo, Bernardo Kucinski é filho de imigrantes judeus que vieram da Polônia para o Brasil nas primeiras décadas do século passado. Seu pai, Majer Kucinski, foi escritor e crítico da literatura iídiche. Embora com formação em Física pela Universidade de São Paulo (USP), o escritor logo passou a exercer a profissão de jornalista, atuando em diversos periódicos nacionais e internacionais⁴⁰. Em 1986, abandonou o jornalismo para se dedicar à vida acadêmica, ingressando como docente na Escola de Comunicações e Artes da USP, onde obteve o título de doutor em Ciências da Comunicação, em 1991, com a tese *Jornalistas revolucionários – nos tempos da imprensa alternativa*, na qual analisa a imprensa alternativa surgida no Brasil durante os anos de 1964 a 1980. Kucinski possui uma bibliografia teórica diversificada, publicada no Brasil e no exterior⁴¹. Em 1997, foi vencedor do Prêmio Jabuti com o livro *Jornalismo econômico*, fruto de sua tese de livre docência e do pós-doutorado que realizou em Londres.

Sua estreia na ficção ocorreu de forma tardia, após os 70 anos, com o lançamento de *K. Relato de uma busca* em 2011. Com o sucesso imediato, Kucinski passou a integrar a lista dos escritores brasileiros mais importantes na contemporaneidade. Em 2014, publicou seu segundo título de ficção, chamado *Você vai voltar pra mim e outros contos*⁴², uma coletânea de 28 histórias selecionadas a partir de 150 textos escritos entre junho de 2010 e junho de 2013. Repetindo o pano de fundo de *K. Relato de uma busca*, a obra tem como inspiração “o clima de opressão reinante no nosso país nas décadas de 1960 e 1970 e suas sequelas” (KUCINSKI, 2014, p. 5). Em 2016, o escritor publicou a obra *Os visitantes*, pela Companhia das Letras, uma espécie de continuação de *K. Relato de uma busca*. No mesmo ano, ele lançou *Alice, não mais que de repente*, um romance policial ambientado na Universidade de São Paulo. Sua obra mais

⁴⁰ Kucinski trabalhou para a revista *Veja*; foi produtor e locutor da BBC; atuou como correspondente da revista *Opinião* e do jornal *Gazeta Mercantil*; participou da fundação dos jornais *Movimento* e *Em tempo*; atuou como editor de “commodities” do jornal *Gazeta Mercantil*; foi correspondente do *The Guardian*, da revista *Euromoney* e do boletim *Latin America Political Report*; colaborou para a *newsletter* nova-iorquina *Lagniappe Letter*; produziu cadernos especiais para a revista *Exame* e também colaborou para a revista *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. (ANDERSSON, 2014, p. 20).

⁴¹ *Pau-de-arara – a violência militar no Brasil* (1971); *Fomes de lucros* (1976); *O que são multinacionais* (1981); *Abertura a história de uma crise* (1982); *A ditadura da dívida* (1987); *Jornalistas e revolucionários* (1991); *The privatization of Brazil's electricity sector* (1985); *Brazil: carnival of the oppressed* (1995); *The privatization of public services in Brazil* (1996); *Jornalismo econômico* (1996); *A síndrome da antena parabólica* (1998); *As cartas ácidas da campanha de Lula* (1998); *O fim da ditadura militar* (2001); *Lula and the workers party* (2003); *Jornalismo na era virtual* (2005); *Diálogos da perplexidade* (2009); *K. Relato de uma busca* (2011), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014); *Alice, não mais que de repente* (2016); *Os visitantes*; e *Pretérito imperfeito* (2017).

⁴² A obra foi publicada juntamente com o relançamento de *K. Relato de uma busca* (com pequenas alterações), em 2014, pela Cosac Naify, em razão dos cinquenta anos do golpe militar de 1964.

recente é *Pretérito imperfeito*, de 2017, narrativa que aborda uma relação problemática entre pai e filho.

Durante a ditadura civil-militar, a atuação como militante de Kucinski lhe rendeu uma prisão e a passagem voluntária pelo exílio. Luciane Maria Said Andersson (2014, p. 23) explica que a prisão do escritor aconteceu “durante uma reunião do sindicato na época em que trabalhava como desenhista-projetista em uma fábrica de eletrônicos”. Contudo, a detenção durou apenas poucas horas. Já o exílio voluntário ocorreu entre os anos de 1970 a 1974, período em que o autor viveu em Londres. Sua partida para o exterior foi motivada pela publicação do *Dossiê sobre as torturas*, veiculado em duas matérias na revista *Veja*, de 03 e 10 de dezembro de 1969. Realizado em parceria com Ítalo Tronca, o trabalho deu origem ao livro *Pau-de-arara – a violência militar no Brasil*, publicado, de forma anônima, na França, em 1971, e no México, em 1972. Porém, a experiência que marcou profundamente a sua vida durante os anos de chumbo diz respeito ao desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa, e do seu cunhado, Wilson Silva. “Todo o resto”, diz Kucinski, “em especial a censura nos jornais alternativos em que trabalhei, o exílio voluntário de quatro anos, foram meros percalços, frente à tragédia que se abateu sobre minha família.”⁴³ (KUCINSKI, 2014c, não p.).

No prefácio do livro *Você vai voltar pra mim e outros contos*, Kehl aborda a questão da elaboração da experiência traumática. Escreve a autora: “quando termina a escrita de um trauma? Quantos anos, ou décadas, são necessários para que um fato traumático se incorpore à memória social sem machucar nem banalizar?” (KEHL, 2014, p. 15). Ela lembra também que, indo de encontro à sentença adorniana acerca da impossibilidade da escrita poético-literária pós-Auschwitz, os sobreviventes das catástrofes do século XX se viram impelidos a transpor para o terreno da linguagem as terríveis experiências as quais suplantaram. Dessa maneira, a necessidade de contar tornou-se a força motriz para o surgimento de uma vasta literatura de cunho testemunhal. Nesse sentido, Kehl diz (2014, p. 15): “o trauma da vida e da morte nos *lager* não cessou de produzir romances, poemas, memórias e autobiografias nas sete décadas que nos separam do fim da Segunda Guerra Mundial”. Transpondo a questão da escrita do trauma para o contexto brasileiro, mais especificadamente para a experiência familiar de Kucinski, verifica-se um lapso temporal de quase quatro décadas, desde o episódio em abril de 1974, até que o autor pudesse transformar o trauma em “experiência estética compartilhada” (KEHL, 2014, p. 15). Ao ser questionado sobre o tempo transcorrido, Kucinski afirma que a escritura de uma narrativa ficcional sobre o desaparecimento de sua irmã e seu cunhado nunca

⁴³ Entrevista a Rogério Pereira, intitulada *A libertação de Kucinski*. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/a-libertacao-de-kucinski/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

fora escrita antes “porque há um momento logo depois do choque do desaparecimento em que se deve seguir vivendo pelos que estão vivos... [...] Passaram-se quarenta anos, [...] Nesse momento se dá o processo de catarse, eu entendo o livro como uma catarse.”⁴⁴ (KUCINSKI, 2013).

A tarefa de transposição da vivência do trauma em escritura da trama resulta em um processo catártico, como afirma Kucinski. Nesse sentido, uma das citações que abre o romance parece sintetizar o processo experienciado pelo autor: “Acendo a história, me apago a mim. No fim desses escritos, serei de novo uma sombra sem voz”. A citação fora extraída de *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. Como observa Kehl (2011)⁴⁵, apagar-se é uma tentativa de “acender uma história que nunca foi contada”. Essa imagem — conforme descreve a autora — pode ser considerada como a síntese da narrativa de K. Ao apagar-se, o escritor estabelece o distanciamento necessário para narrar o inenarrável. Somente dessa maneira, complementa Kehl, “teria sido possível ao autor encontrar coragem para reconstruir o sofrimento do pai que procura em vão a filha e se convence aos poucos de que nunca a reencontrará, nem terá direito de homenagear seus restos mortais”. Desse “distanciamento” imprescindível resulta a precisão de estilo do texto-testemunho de Kucinski, uma narrativa em que as emoções se amplificam e o leitor vê-se capturado, capítulo a capítulo, pelas angústias de velho pai em sua busca da filha desaparecida. Nesse sentido, ao contrário do desfecho da citação de Mia Couto (“No fim desses escritos, serei de novo uma sombra sem voz”), a voz narrativa em *K. Relato de uma busca* não cessa, assumindo de vez o papel de transmitir a memória das vozes silenciadas pela ditadura civil-militar.

K. Relato de uma busca foi publicada pela primeira vez em 2011, por uma pequena editora de São Paulo, a Expressão Popular, e teve as duas primeiras edições (2011 e 2012) esgotadas rapidamente. Aclamado pela crítica, foi finalista dos prêmios literários São Paulo de Literatura, União Brasileira de Escritores e Portugal Telecom em 2012 (FIGUEIREDO, 2017, p. 126). Em 2014, o livro ganhou uma nova edição pela Editora Cosac Naify e, com o fechamento da editora em 2016, passou a ser publicado pela Companhia das Letras. Além do sucesso em âmbito nacional, *K. Relato de uma busca* foi traduzido para diversas línguas, possuindo edições publicadas em espanhol (Rayo Verde, 2013); catalão (Rayo Verde, 2013);

⁴⁴ Entrevista ao portal DW Brasil, intitulada *Bernardo Kucinski e a culpa dos que sobreviveram*. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em: 20 maio 2018.

⁴⁵ Artigo publicado no blog da Boitempo, intitulado *Comentários sobre K., de Bernardo Kucinski*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/11/28/comentarios-sobre-k-de-bernardo-kucinski/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

alemão (Roman, 2013); japonês (Kadensha, 2015); francês (Vents Dailleurs, 2016); e italiano (Giuntina, 2016).

Com o subtítulo *Relato de uma busca*, a narrativa aborda a história de um pai idoso, identificado apenas pela letra “K”, à procura da filha desaparecida em plena ditadura brasileira na década de 1970. A obra de Kucinski caracteriza-se pelo emprego de uma diversidade de vozes narrativas. Assim, além da voz que conduz a história de K., verificam-se outras vozes (em primeira ou terceira pessoa) que surgem como pontos de vista complementares à narrativa do velho pai em busca da filha desaparecida. Outro atributo marcante do livro refere-se à utilização de gêneros textuais variados na construção dos capítulos, como, por exemplo, os gêneros “carta” e “ata”. Essa formatação reforça o aspecto fragmentário e não linear da narrativa que se apresenta como uma história a partir de pequenos fragmentos, em ruínas. *K. Relato de uma busca* é composto por 29 capítulos-fragmentos. O fio que conduz a narrativa é tecido em torno da angustiante história de K. em busca de informações sobre o paradeiro da filha e do genro, desaparecidos em plena ditadura. A estrutura em capítulos fragmentados privilegia a utilização de vozes narrativas e caracteriza o aspecto polifônico da obra. Cada capítulo possui independência, mas a leitura em conjunto revela detalhes e elos importantes para a compreensão dos acontecimentos narrados.

Na distribuição dos capítulos, predomina a narração da busca de K. pela filha. Assim, do total, 15 capítulos giram em torno do velho judeu. São eles: “Sorvedouro de pessoas”; “Os informantes”; “Os primeiros óculos”; “O matrimônio clandestino”; “Jacobo, uma aparição”; “Nesse dia, a terra parou”; “A matzeivá”; “Os desamparados”; “Imunidades, um paradoxo”; “Na Baixada Fluminense, pesadelo”; “Um inventário de memórias”; “O abandono da literatura”; “Os extorsionários”; “Os nomes e as ruas” e “No barro branco”. Destaca-se ainda que, em alguns capítulos, o emprego da memória surge como recurso de inserção de informações sobre o passado de K. e sua família, revelando, por exemplo, sua vida na Polônia. Outras vozes narrativas surgem intercaladas à história de K. Em “A queda do ponto”; “Carta a uma amiga”; “Livros e expropriação”; e “Mensagem ao companheiro Klemente”, o ponto de vista adotado pelo autor privilegia a voz de militantes de organizações de esquerda. Uma das questões abordadas sob essa perspectiva refere-se ao desmantelamento das organizações de esquerda frente ao avanço do aparelho repressivo e a falta de autocritica por parte de seus líderes. Já em capítulos como “A abertura”, “A terapia”, “A cadela” e “O livro da vida militar” têm-se a perspectiva de agentes da repressão ou de civis que, de alguma forma, estiveram a serviço ou ligados a ela ou a seus agentes.

Embora o texto ficcional de Kucinski baseie-se na sua própria experiência familiar, isto é, seja fortemente consubstanciado em uma situação verídica vivenciada pelo escritor, não se pode perder de vista o estatuto ficcional da narrativa, como ressalta Renato Lessa (2014, p. 184) no posfácio do livro:

Apesar da força arrebatadora da matéria que lhe deu origem, o leitor em momento algum terá a ilusão de que não se trata de literatura. A tensão entre testemunho/denúncia e literatura fica bem posta – e esclarecida – já na advertência feita pelo autor na abertura do livro: “Tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”.

Em *K. Relato de uma busca*, ficção e história caminham lado a lado, em confluência. Com efeito, a advertência prévia ao leitor no início da obra — “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2014a, p. 8) — apenas corrobora as dificuldades em se estabelecer o limite preciso entre um discurso e outro. Nesse sentido, destaca-se a conclusão de Lessa (2014, p. 184) sobre a narrativa de Kucinski: “Desfaz-se, na bela formulação, a oposição entre “realidade” e “ficção”, e a complementaridade entre ambas acaba por ser admitida”.

O ponto nerval na obra é a forma como o estado de espírito da personagem central é construído com emoção e precisão milimétrica. Distanciando-se da maioria das obras produzidas sobre a ditadura civil-militar, centradas muitas vezes em experiências autobiográficas e sob a ótica da militância que se opôs ao regime militar⁴⁶, o escritor ampara-se em sua própria experiência e direciona seu olhar para aqueles que não foram alvos diretos do aparato repressivo, a saber, os familiares de desaparecidos políticos que, diante da perda de um ente querido, passaram a ter de conviver com o trauma da ausência e da incerteza. Nessa perspectiva, *K. Relato de uma busca* pode ser compreendido como uma narrativa que expõe o modo como certos “episódios de violência resultam em impacto em outros que tinham conexões afetivas com os que foram agredidos” (GINZBURG, 2012a, p. 7), revelando, assim, a maneira como tais eventos se constituem como traumas históricos, a um só tempo, individuais e coletivos.

⁴⁶ Na mesma perspectiva que caracteriza *K. Relato de uma busca*, foi publicada, em 2015, a obra *Palavras cruzadas*, de Guiomar de Grammont. Assim como no texto de Kucinski, a narrativa de Grammont também tematiza a agonia de um familiar em uma busca de um ente desaparecido. Em *Palavras cruzadas*, trata-se da personagem Sofia, que teve seu irmão, Leonardo, desaparecido durante a ditadura. Sobre isto, Joachim Michael (2016, p. 16) afirma: “As duas obras unem algumas semelhanças significativas: ambas têm como tema a busca de um familiar por seu parente desaparecido durante a ditadura militar brasileira nos anos 70. E os dois romances não enfocam a detenção clandestina de opositores do regime, seguida pela tortura e pela morte das vítimas, mas a perturbação de familiares próximos com a desapareição e a falta de notícias do irmão ou da filha. Ao conferir o protagonismo aos familiares, os textos demonstram que esse crime de Estado estende a vulnerabilidade de seus inimigos a todos aqueles que lhes são próximos”.

3.2 A NARRATIVA KAFKANIANA DE BERNARDO KUCINSKI

Alguém certamente havia caluniado Josef K., pois uma manhã ele foi detido sem ter feito mal algum.

Franz Kafka

Alguns estudos e entrevistas apontam para a semelhança entre as situações narradas em *K. Relato de uma busca* e o universo ficcional de Kafka, em especial, quanto à obra *O processo* do escritor tcheco. Alguns elementos contribuem para essa comparação, dentre eles: i) o nome dado à personagem na obra de Kucinski, designado apenas pela letra “K.”; ii) o modo como K. é surpreendido por um mecanismo que até então desconhecia e que, de repente, suga-o abruptamente para o seu interior invisível; iii) a atmosfera de tensão e de absurdo que perpassa toda a história; iv) a constante reiteração do sentimento de culpa que K. atribui a si mesmo; v) a sensação de cansaço e desolação ao longo da narrativa; vi) o papel da questão do judaísmo na configuração da obra. Sobre essa questão, Figueiredo afirma (2017, p. 127):

Ao se deparar com um personagem chamado K., o leitor é levado a evocar o clima tenso e absurdo do romance *O processo*, de Kafka, em que o protagonista, Josef K., não entende o porquê dos acontecimentos, incompreensíveis e indecifráveis, e se sente culpado. Busca a ajuda de vários personagens, que se mostram inúteis para a sua causa.

Tal como a personagem de Kafka, K. não compreende a reviravolta em sua vida e recorre a pessoas que se mostram inúteis em sua angustiante busca; ou, ainda, fazem parte de uma rede articulada pelo aparato repressivo. Assim, ao retratar a ditadura civil-militar e o desaparecimento de sua irmã, Kucinski suspende a possibilidade de apresentação da realidade em sua versão cotidiana e efêmera. Em *K. Relato de uma busca*, o “real” é da ordem do traumático e beira ao absurdo. As prisões e desaparecimentos são partes de um mundo engendrado totalmente na arbitrariedade e na indeterminação que se estabelecem não como exceção, mas como uma regra que subverte a vida. A falta de informações e a ausência de uma versão oficial são signos da perversidade que constituiu o terreno desolador sob o qual a narrativa se edifica. Nem mesmo é possível saber se indivíduos estão vivos ou se foram assassinados. Não há corpo; portanto, não há luto, não há superação.

O livro abre com o capítulo “As cartas à destinatária inexistente”, o qual estabelece relação de similaridade com o último, “Post Scriptum”. Ambos possuem características em comum: são narrados em primeira pessoa, possuem o recurso estilístico da grafia em itálico e

trazem a marcação espaço-temporal ao final, o que indica que foram escritos ou concluídos no mesmo local e data⁴⁷. Nesse sentido, parecem formar uma espécie de moldura, cujo interior é preenchido pelos demais capítulos. Na visão de Figueiredo (2017, p. 127), “são textos do autor, em primeira pessoa, datados de 31 de dezembro de 2010, momento em que ele [Kucinski] acabava de escrever o livro”. Em outras palavras, segundo essa autora, são capítulos cuja voz narrativa se confunde com a voz do autor. Embora tal afirmativa seja de difícil confirmação, a impossibilidade de delimitação entre o factual e o ficcional, originada na tensão característica que se dá entre a ficção e o testemunho, torna possível uma leitura segundo a qual a voz narrativa de ambos os capítulos seja entendida como a voz do autor, quer pela semelhança entre ambos, quer pela indicação espaço-temporal neles presente. Aliás, trata-se de uma questão intrínseca a leitura do texto, pois, como advertência prévia feita pelo próprio autor: “*Tudo é invenção, mas quase tudo aconteceu*” (KUCINSKI, 2014a, p. 8, grifos do autor).

“As cartas à destinatária inexistente” e “Post Scriptum”, nas palavras de Figueiredo (2017, p. 127), colocam o leitor diante de duas “situações absurdas”. Em “As cartas à destinatária inexistente”, o narrador-personagem não nomeado relata que correspondências de banco chegam a seu antigo endereço de forma eventual, com ofertas de serviços e produtos financeiros a uma destinatária que “já não existe” (KUCINSKI, 2014a, p. 9). Embora seu nome não seja referido em nenhum momento, o narrador-personagem informa, ainda que de forma indireta, tratar-se de uma irmã desaparecida “há mais de três décadas” (KUCINSKI, 2014a, p. 9). Esse erro, que poderia ser um mero lapso burocrático, anuncia algo de excepcional em relação à ausência da destinatária — “tudo que ela hoje mereceria, *se sua vida não tivesse sido interrompida*” (KUCINSKI, 2014a, p. 9, grifos nossos) —, ao mesmo tempo que expõe o infortúnio do narrador diante de sua presença-ausência: “Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope” (KUCINSKI, 2014a, p. 9). A evocação dessa imagem materializa, por assim dizer, o drama dos familiares que perderam seus parentes durante o período da ditadura civil-militar: a eterna presença daqueles que já não se fazem mais presentes. Em contrapartida, enquanto a ausência da destinatária é sentida pelo narrador-personagem, o Estado (banco e Correios) parece ignorar sua *inexistência*. Esse mesmo Estado, vale lembrar, que a privou do direito à vida e de tudo aquilo que poderia viver — “inventário de perdas da perda de uma vida” (KUCINSKI, 2014a, p. 10) — e que tampouco reconheceu o seu desaparecimento há três décadas.

⁴⁷ “São Paulo, 31 de dezembro de 2010” (KUCINSKI, 2014a, p. 12, 192).

Pode-se dizer ainda que as cartas enviadas à destinatária inexistente também designam o duplo movimento que caracteriza a dialética *memória-esquecimento*. Em primeiro lugar, essas mensagens corporificam, no plano individual da memória, o componente traumático que está relacionado à lembrança do ente desaparecido e à impossibilidade do trabalho de luto, que jamais se realizou em virtude da ausência do corpo:

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. (KUCINSKI, 2014a, p. 10).

As cartas evocam no narrador-personagem a lembrança de sua irmã desaparecida há muitos anos, um trauma que se inscreve em sua memória como uma cicatriz que *não se fecha*. De acordo com Gagnebin (2009, p. 110, grifo do autor), “O *trauma* é ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalcados ou não”. Em perspectiva similar, Seligmann-Silva (2008, p. 69) escreve: “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa”, ou seja, por ser a memória de um passado que *não descansa*, ou que, como ilustrado na imagem de um carteiro-Dybbuk⁴⁸, cola-se ao narrador-personagem para atormentá-lo.

Em segundo lugar, essas correspondências também evidenciam o aspecto trágico em torno da reconstituição da memória da ditadura civil-militar, a saber, o gesto coletivo de esquecimento e de apagamento do terror dos anos de chumbo:

Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. [...] O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoraram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2014a, p. 12).

A expressão “mal de Alzheimer” sintetiza a capacidade de uma nação em esquecer aquilo que não deve jamais ser esquecido. Tal postura de “*esquecer o inesquecível*”, escreve Heloisa Almeida Greco (2009, p. 527-528, grifos da autora), “tem presença de destaque no *material histórico de longa duração* que engendrou a construção da nossa problemática *nacionalidade*

⁴⁸ Conforme nota de rodapé do autor: “Na mitologia judaica, o Dybbuk é a alma insatisfeita que se cola a uma pessoa, em geral para atormentá-la. A palavra vem do hebraico *Devek*, que significa ‘cola’” (KUCINSKI, 2014a, p. 11).

sem cidadania — a brasilidade excludente [...] e a cultura repressiva que a sustenta”. O esquecimento do “rol dos mortos” constitui uma marca do processo de fabricação do esquecimento da ditadura civil-militar e ilustra bem a “tentativa de apropriação indébita da história pelo Estado e a dissolução da memória coletiva na memória institucional” (GRECO, 2009, p. 528). Trata-se, como afirma Greco ao citar Ecléa Bosi (1987, p. 383 *apud* GRECO, 2009, p. 528), de uma investida no sentido da “espoliação das lembranças”, enquanto “um dos mais cruéis exercícios da opressão”.

A outra situação absurda é narrada no capítulo “Post Scriptum”, no qual o narrador-personagem surge para relatar o telefonema recebido por seu filho, no qual uma mulher dizia ter conversado com a “tia desaparecida” no exterior. O encontro ocasional teria acontecido em um restaurante no Canadá: “conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo” (KUCINSKI, 2014a, p. 181). Nesse curtíssimo capítulo, vislumbra-se a existência de uma estrutura repressiva que permanece articulada, desde os primeiros instantes da ascensão dos militares ao poder, infligindo a tortura psicológica aos familiares, por meio de telefonemas e falsas informações sobre o destino de seus entes desaparecidos durante a ditadura civil-militar. No entanto, assim como em “As cartas à destinatária inexistente”, há um movimento voluntário do narrador-personagem em direção ao passado: “Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desapareição; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar” (KUCINSKI, 2014a, p. 181). “Post Scriptum” articula-se nos níveis individual e coletivo do passado. No primeiro, as visões do passado se apoderam do presente do narrador-personagem, revelando a memória traumática dos dias que se seguiram ao desaparecimento da irmã. Já no segundo, constata-se, mesmo após mais de três décadas do fim da ditadura, a existência de um “sistema repressivo, ainda articulado” (KUCINSKI, 2014a, p. 182), agindo na tentativa de barrar ações que visem à reparação da justiça e da memória das vítimas do regime militar: “Esse telefonema [...] é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento” (KUCINSKI, 2014a, p. 181-182). A mensagem inserida na televisão pela Ordem dos Advogados do Brasil, conforme descrito pelo narrador-personagem, refere-se à série de propagandas intitulada *Campanha pela memória e pela verdade*, lançada pela OAB/RJ, com apoio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, que foi veiculada em rede nacional e nos cinemas no ano de 2010. A série foi composta de pequenos vídeos em que artistas interpretavam desaparecidos políticos e

divulgavam um abaixo-assinado pelo direito à verdade e à memória, disponibilizado no site da OAB/RJ. Na série, Ana Rosa é interpretada pela atriz Eliane Giardini⁴⁹.

3.3 A DESCOBERTA DA DOR EM “SORVEDOURO DE PESSOAS”: A PROPAGAÇÃO DO TERROR POR MEIO DOS DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O capítulo que dá início a história de K. intitula-se “Sorvedouro de pessoas”. O título faz alusão à prática do desaparecimento forçado como método de implantação do terror implementado e aperfeiçoado pelo aparato repressivo durante a ditadura civil-militar:

Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Aí os perfis das prisões daqui mudaram; a forma de contato com os presos mudou; surgiu a necessidade de aparelhos; porque – isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. O seu destino como... fica incerto. O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. Não tem mais... mais o que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como? (CNV, 2014, v. 1, p. 500).

Essa citação foi extraída do Volume I, do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Trata-se de trecho do depoimento do coronel reformado Paulo Malhões — torturador confesso que integrou o CIE —, dado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), nos dias 18 de fevereiro e 11 de março de 2014. Nele, é possível verificar uma das práticas implementadas como política de Estado após 1964, que importa em grave violação dos direitos humanos, a saber: os desaparecimentos forçados⁵⁰ de presos políticos, compreendendo a detenção, tortura, execução e ocultação dos cadáveres. O depoimento de Malhões elucida os

⁴⁹ O vídeo encontra-se disponível no YouTube: < <https://www.youtube.com/watch?v=BDLU3NOk4Rc>>. Acesso em: 1º maio 2018.

⁵⁰ De acordo com Caroline Silveira Bauer (2012, p. 37), o processo de desaparecimento, temporário ou permanente, era composto por diversas etapas: “Primeiramente, era necessário obter informações que orientassem as ações de captura de uma pessoa. A partir da elaboração de uma operação de busca e apreensão, os agentes da repressão efetuavam o sequestro da vítima, que poderia ser levada para uma dependência militar ou policial ou para um centro clandestino de detenção. Nesses locais, ela era submetida a interrogatórios, cuja orientação provinha de instruções, treinamentos e ensinamentos recebidos dos franceses e norte-americanos, em que havia rotineiras torturas físicas e psicológicas. Após as inquirições, o destino dos sequestrados variava. Poderiam permanecer nos centros clandestinos, ser “legalizados”, quando se comunicava a prisão à Justiça, tornando-a pública, ser transferidos para presídios, ou ser mortos ou desaparecidos”.

números finais apresentados pela CNV: foram 243 vítimas de desaparecimento forçado entre os anos de 1964 e 1985, o que representa “mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura” (CNV, 2014, v. 1, p. 500).

Para além das vítimas diretas do “sorvedouro de pessoas”, é importante destacar o componente traumático incorporado ao cotidiano dos familiares de desaparecidos políticos: “A experiência cotidiana de conviver com a ausência-presença e com a existência-inexistência dos desaparecidos políticos pode ser considerada uma situação-limite” (BAUER, 2012, p. 29-30). “Sorvedouro de pessoas” marca o encontro de K. com essa experiência radical, com o desaparecimento da filha envolvida em atividades políticas: “A tragédia já avançara inexorável quando, naquela manhã de domingo, K. sentiu pela primeira vez a angústia que logo o tomaria por completo. Há dez dias a filha não telefona” (KUCINSKI, 2014a, p. 13). A partir daí, sua vida transforma-se e passa a ser tensionada pela oscilação entre expectativas e angústias, produzidas pela paradoxal relação entre ausência e presença, existência e inexistência. Tornando ainda mais dramático o seu itinerário da dor, o velho pai também tem de conviver com o sentimento de culpa, devido à “ausência de ritos de família, ainda mais em tempos difíceis” (KUCINSKI, 2014a, p. 13). Uma das razões seria sua dedicação à literatura iídiche, que o impedia que “prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento” (KUCINSKI, 2014a, p. 14).

Observa-se na obra de Kucinski uma construção narrativa marcada pela exposição gradual dos processos psicológicos vividos por K., caracterizados pela alternância entre situações de menor e de maior tensão ou distensão: “Conduzia devagar, demorando-se ao atravessar o centro, como se não quisesse chegar nunca; os sentimentos alternando-se entre a certeza de encontrá-la trabalhando normalmente, e o medo do seu contrário” (KUCINSKI, 2014a, p. 15). Sobre esse aspecto, é importante destacar o emprego de um narrador onisciente que permita ao leitor penetrar a psique convalida de K:

O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha querida estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só. (KUCINSKI, 2014a, p. 16).

A voz de K. é silenciada, ficando a cargo da voz narrativa em terceira pessoa expor suas angústias e suas inquietações durante todo o percurso que o velho judeu irá percorrer na busca de notícias do paradeiro da filha.

Em sua jornada iniciática, K. dirige-se ao campus universitário da USP onde a filha trabalha; depois vai ao endereço no qual a filha “residia”; segue para a Delegacia de Desaparecidos; vai à casa do Padre Chico — um amigo pertencente a seu círculo literário —; desloca-se ao Instituto Médico Legal; encaminha-se ao salão central da Cúria Metropolitana; percorre, enfim, um interminável circuito de locais incertos que compõem a labiríntica *via crucis* de K. “Sorvedouro de pessoas” descreve a realidade de familiares de desaparecidos políticos como um desdobramento terrível da história dos porões. Nesse sentido, deve-se frisar a importância da narrativa kucinskiana no contexto de rememoração da ditadura civil-militar, uma vez que no Brasil “a elaboração traumática e o luto não alcançaram as ruas nem tiveram um caráter social ou coletivo” (TELLES, 2017, p. 68), ficando esta tarefa restrita aos familiares que, por meio de seus esforços, procuraram resgatar e preservar a memória de seus entes queridos. De acordo com Telles (2017, p. 68), “[e]sta limitação impacta até hoje a vivência do legado constituído, que coabita — em sua manifestação pública sublimada — com a experiência íntima dos familiares e sobreviventes daqueles eventos traumáticos”.

Ao completar trinta dias do sumiço da filha, K. depara-se com uma notícia no *Estado de S. Paulo* sobre uma reunião com “familiares de desaparecidos políticos”, organizada pelo arcebispo de São Paulo, e decide ir até o local. O processo de perda da identidade do velho pai é gradual. Ele, que nunca adentrara em um templo católico, pois desprezava toda e qualquer prática religiosa, resolve comparecer à reunião, mesmo contrariando suas convicções: “naquela tarde, nada disso importava. Uma autoridade importante, um arcebispo, ia falar sobre as estranhas desapareições” (KUCINSKI, 2014a, p. 20). Ao entrar no salão central da Cúria Metropolitana, K. percebe, então, o “quanto o sumiço da filha já o havia mudado” (KUCINSKI, 2014a, p. 20). Durante a longa conversa, os testemunhos de familiares de desaparecidos políticos dão a dimensão do “sorvedouro de pessoas”:

Falava uma senhora de muita idade, talvez passando dos noventa, franzina, miúda, de óculos na ponta do nariz e cabelos brancos; seu marido voltava do exílio por Uruguaiana, chegou até um ponto de encontro pré-combinado, do lado de cá da fronteira, e desapareceu por completo, sem deixar vestígio, como se tivesse evaporado ou anjos o tivessem alçado aos céus. Um dos filhos tentou rastrear seus passos, foi a todos os hospitais, delegacias, estações de ônibus de Uruguaiana e nada, nenhum sinal. O filho, ao lado, corroborava o relato.

[...]

Depois falou outra senhora, de seus cinquenta anos, que se apresentou como esposa de um ex-deputado federal. Dois policiais vieram à sua casa, pedindo que o marido os acompanhasse à delegacia para prestar alguns esclarecimentos. Ele foi tranquilo, pois embora seu mandato de deputado tivesse sido cassado pelos militares, levava vida normal, tinha escritório de advocacia. Desde então, havia oito meses, nunca mais o viram. Na delegacia disseram que ele ficou apenas quinze minutos e foi liberado. Mas

como? Como poderia ter desaparecido assim por completo? Essa senhora, muito elegante, estava acompanhada de quatro filhos.

[...]

Uma jovem de não mais que vinte anos pediu para falar em nome de um grupo sentado à sua volta, “familiares dos desaparecidos do Araguaia”, disse ela. K. pela primeira vez ouvia alguém falar do Araguaia; ficou sabendo que muitos rapazes tinham sido presos pelas Forças Armadas no meio da floresta amazônica e executados lá mesmo.

[...]

Um rapaz encontrou-se com a esposa no Conjunto Nacional para almoçarem juntos e os dois nunca mais foram vistos. À medida que falava, a mãe do rapaz mostrava aos vizinhos de assento as fotos do filho, da nora e do netinho. Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e o outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos”. Também trazia fotos dos filhos. Depois dele, K. tomou coragem e contou a sua história. (KUCINSKI, 2014a, p. 21-22).

Ao contar sua história, cada familiar expõe a forma como seus entes “foram desaparecidos” (KUCINSKI, 2014a, p. 22) pelo regime militar, evidenciando, assim, o *modus operandi* do aparelhamento repressivo: “todos os vinte e dois casos computados naquela reunião tinham uma característica comum assombrosa: as pessoas desapareciam sem deixar vestígios. Era como se volatilizassem” (KUCINSKI, 2014a, p. 22-23). Narrativas dentro da narrativa, cada relato em “Sorvedouro de pessoas” reverbera a “política do extermínio” dos porões, um dispositivo extremamente articulado que, segundo Gaspari (2014, p. 392), no auge de suas atividades, passou a matar “todo aquele que não convinha deixar vivo”.

O capítulo encerra com um parágrafo que estabelece uma comparação entre a ditadura civil-militar e o nazismo alemão. Dessa maneira, ao cotejar ambos os eventos históricos, a voz narrativa enfatiza a tragicidade das desapareições forçadas praticadas pelo regime militar no contexto brasileiro:

Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os goim de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2014a, p. 23).

O paralelo que se estabelece entre a ditadura e a *Shoah* evidencia um dos elementos que torna a tragédia das famílias brasileiras vítimas dos porões ainda mais desumana, a saber, as “dificuldades para encontrar os restos mortais de seus parentes, ter acesso e conhecimento acerca das circunstâncias das mortes, e punir os responsáveis” (TELLES, 2017, p. 69). Se, em relação ao nazismo, as vítimas eram registradas, tornando possível a identificação do local em

que estavam enterrados seus corpos; no caso brasileiro, os familiares tiveram de conviver com a “agonia da incerteza”, isto é, com a impossibilidade de saber o destino dado a seus entes queridos pela repressão política. Essa engenharia de desaparecimento consiste num dos elementos centrais no drama vivido pelas famílias que tiveram de lidar, como afirma Teles (2017, p. 68), com “o papel ambivalente da ausência do corpo”, que, por um lado, afastava-os de uma “experiência de choque”; por outro, produzia-lhes “uma angústia constante”.

3.4 UM MUNDO DE VILANIAS E OBSCENIDADES

“Contra a pátria não há direitos”, dizia uma placa colocada no saguão dos elevadores do prédio da Polícia Civil em São Paulo (MEIGUINS, 2014, p. 131). Essa frase sintetiza a política de Estado adotada pelo Brasil após o golpe de 1964. Ao se efetivar no poder, o regime militar passou a atuar de forma ostensiva no combate àqueles que pudessem fazer oposição ao governo instituído, passando por cima de limites éticos, morais ou jurídicos. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, a nova política estatal orientava-se no sentido de eliminar todo projeto que pudesse representar uma ameaça à consecução dos objetivos nacionais ou ao poder instituído. Qualquer ação no sentido de mobilizar as massas poderia ser visto pelo regime como um ato de subversão. Medidas como a promulgação da Lei de Segurança Nacional⁵¹ (Decreto-Lei Nº 314/1967); a edição de atos institucionais; a criação de uma rede de informações constituída por vários órgãos (SNI, DOPS, CISA, CGI, CIE, CENIMAR), dentre outras, foram fundamentais para a consolidação da política de repressão implantada pelo regime ditatorial. Desse modo, o governo dos militares pôs em prática seu projeto de edificação de um verdadeiro estado de exceção no país, construído por intermédio do emprego da censura, da vigilância e da repressão.

⁵¹ Conforme disposições preliminares, estabelecia que: “1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei. Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos. Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. § 1º A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país. § 2º A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais. § 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação. Art. 4º Na aplicação deste decreto-lei o juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da segurança nacional definidos nos artigos anteriores”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10314.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

O dispositivo repressivo encontra-se descrito em *K. Relato de uma busca* a partir da inserção de diferentes personagens que atuam em prol do dispositivo repressivo. Segundo Kucinski (2014d, não p.): “O livro apresenta uma variedade de colaboradores com a repressão, desde agentes diretos, como um torturador, até juízes de tribunais e donos de redes de televisão, passando por informantes e professores da Universidade de São Paulo em estado de desrazão”⁵². De forma bastante sutil e precisa, o escritor introduz o assunto no capítulo “Sorvedouro de pessoas”. K. se dirige até a universidade para obter informações sobre a filha desaparecida. Ao chegar no Conjunto das Químicas, encontra-se com colegas dela:

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. Então revelaram que havia onze dias ela não aparecia. Sim, com certeza, onze dias, contando dois finais de semana. Ela, que nunca deixara de dar uma única aula. Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos. (KUCINSKI, 2014a, p. 15).

As professoras hesitam, receiam a “indiscrição das paredes”, falam sussurradamente, de forma lacunar. Esses gestos revelam o cenário de tensão e medo dentro da universidade. Mas K. não percebe e insiste em querer ouvir alguma informação dos superiores da filha. Imediatamente, ele é aconselhado a recuar, sendo informado da presença de pessoas estranhas no campus:

As amigas alarmaram-se. Não faça isso. Por enquanto, não. Para dissuadi-lo, moderaram a fala, pode ser que ela tenha viajado, se afastado por alguns dias por precaução. Desconhecidos andaram perguntando por ela, sabe? Há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria. Eles quem? Não souberam responder. (KUCINSKI, 2014a, p. 15-16).

Desde os instantes iniciais da instalação da ditadura no país, o ambiente universitário gerou inquietação entre os agentes da repressão, com protestos organizados pela juventude estudantil ocorrendo logo após o golpe de 1964. Com uma forte oposição ao regime insurgindo-se de dentro dos espaços estudantis, o aparato repressivo procurou realizar ações eficazes para atuar dentro das instituições de ensino. Assim, em 26 de fevereiro de 1969, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 477, que estabelecia “infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares”⁵³. Com

⁵² Entrevista a Luciano Gallas, intitulada *K. em busca da verdade*. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5411&secao=439>. Acesso em: 29 maio 2018.

⁵³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

base nesse regulamento, professores, funcionários e alunos podiam ser punidos de forma sumária.

Outra medida adotada pela repressão para ampliar a vigilância sobre o que acontecia nas instituições de ensino superior diz respeito à criação das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI). Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2008), com atuação no interior dos *campi* universitários⁵⁴, as AESI eram supervisionadas pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), que, por sua vez, estava vinculada ao SNI.

Assim, entre 1971 e 1972 as Universidades públicas – e não somente as federais, haja vista o caso da USP – criaram suas AESI, e com isso o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos *campi* universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. O sistema de informações identificava na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar. (MOTTA, 2008, p. 36).

Essas assessorias instaladas dentro dos espaços universitários, em atuação integrada com outros órgãos⁵⁵, eram responsáveis, dentre outras coisas, por: i) filtrar a contratação ou escolha de pessoal; ii) aplicar de forma mais intensa as sanções previstas na legislação; iii) controlar quaisquer manifestações ou ações envolvendo líderes estudantis; iv) controlar a circulação de docentes em âmbito internacional; v) conceder bolsas no exterior; vi) acompanhar a situação de estudantes expurgados; vii) servir de canal de difusão da contrapropaganda ou contrainformação nos *campi* universitários⁵⁶. Essas ações tinham como alvo “subversivos

⁵⁴ A título de exemplo, Motta diz (2008, p. 35): “No caso da UnB, a Assessoria de Segurança (inicialmente Assessoria de Assuntos Especiais, anos depois renomeada ASI) foi criada a 19/2/1971, por meio de portaria do Reitor. Na Universidade Federal da Paraíba a criação da AESI se deu em março de 1971, enquanto na Universidade de São Paulo (USP) a AESI local foi formada apenas em outubro de 1972”.

⁵⁵ Nas palavras de Motta (2008, p. 37): “Outras agências de informação e segurança atuaram nos *campi* no decorrer do período autoritário, como a Polícia Federal, os DOPS, as Seções de Inteligência das PMs e os órgãos de informação das Forças Armadas, algumas vezes cooperando e outras concorrendo entre si.”

⁵⁶ Sobre esse aspecto, Motta (2008, p. 41-42) afirma: “A Divisão de Segurança e Informações do MEC conferia grande importância às atividades de contrainformação. Significativamente, um dos manuais produzidos pela DSI/MEC tratava de assuntos atinentes a essa área. Como todo material de instrução produzido pelos órgãos de informação, o Manual de Introdução à Contra-Informação destinava-se à formação dos quadros atuantes na Comunidade, e por isso foi distribuído a todas as AESI universitárias. No Manual, encontra-se a definição de conceitos básicos como informação e contra-informação, e a descrição das operações típicas dessa área como contra-espionagem, contra-sabotagem, contra-subversão, contra-terrorismo e contrapropaganda. A ênfase

políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais)” (MOTTA, 2008, p. 37).

A partir dessa engenharia, ao longo da década de 1970, centenas de estudantes foram expurgados das universidades graças à atuação de colaboradores da repressão dentro do ambiente universitário. Um exemplo disto foi o trabalho desenvolvido pela assessoria da USP, que produziu diversos relatórios sobre a comunidade acadêmica, “evidência da diligente atividade de informações empreendida por aquela agência” (MOTTA, 2008, p. 40-41). No que os estudos de Motta (2008, p. 41) ratificam:

Em novembro de 1972, por exemplo, a AESI/ USP preparou volumoso documento de análise do movimento estudantil na Universidade, revelando que seu pessoal fazia trabalho de investigação próximo aos militantes estudantis, provavelmente usando técnicas de infiltração. Os agentes de informação em ação na USP também estavam atentos para o movimento docente, que começou a se organizar no fim dos anos de 1970. Em 1979 a AESI monitorou as atividades do Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários realizado na USP, e difundiu informações sobre o evento para vários órgãos da “comunidade”.

O impacto da repressão não atingiu apenas estudantes militantes, tendo se estendido também a docentes do ensino superior, sobretudo a partir da instituição do AI-5, quando cerca de 140 professores foram demitidos sumariamente ou aposentados de forma compulsória. Porém, em sua forma mais aguda, a intensificação das atividades para reprimir à classe docente no pós-AI-5 caracterizou-se pelo aumento da violência e do rigor das prisões, torturas e mortes. Assim, nesse período, dezenas de docentes foram assassinados e desaparecidos pelo regime militar, dentre os quais, citam-se os casos famosos de Vladimir Herzog, Ana Rosa Kucinski Silva, ambos da USP, e Lincoln Bicalho Roque, da UFRJ. Sobre essa questão, Gaspari declara (2014, p. 394): “Durante a ditadura morreram 33 alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 38 estudantes, professores ou funcionários da USP. A matança atingiu sobretudo jovens que estavam em faculdade entre 1966 e 1973. Foram oito anos malditos”. Esse cenário devastador, de constante vigilância e terror, recebe tratamento estético de forma precisa e perspicaz no capítulo “Sorvedouro de pessoas”.

Todavia, não é de se causar estranhamento a situação absurda envolvendo o episódio de demissão de Ana Rosa da USP, por “abandono de função”, questão tratada em “A reunião da Congregação”. O capítulo é construído a partir de dois pilares: o primeiro refere-se ao registro da reunião da Congregação do Instituto de Química, realizada em 23 de outubro de

atribuída à contra-informação nas Universidades devia-se à percepção de serem terreno fundamental na batalha ideológica contra a esquerda”.

1975, do qual Kucinski se vale de fragmentos; o segundo diz respeito à exploração do recurso imaginativo que permite ao narrador tecer conjecturas em torno dos pensamentos dos presentes na reunião com base no que se encontra redigido em ata. Essa estratégia é explicitada pelo próprio narrador: “Este relato foi imaginado a partir da ata da reunião, transcrita nos trechos citados a seguir” (KUCINSKI, 2014a, p. 152). Outro detalhe importante refere-se à utilização dos nomes dos professores presentes na reunião da Congregação, mencionados de forma explícita. O episódio da demissão da irmã de Kucinski consiste, como bem ressalta Lessa (2014, p. 183-184), em “um dos episódios mais lamentáveis de toda a história da USP, pelo qual a instituição pediu desculpas tardias, sem, contudo, qualquer implicação para os responsáveis pela medida torpe”. Essa injustiça só seria reconhecida após transcorridas quatro décadas e por intermédio da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. A ação reparatória também se encontra descrita pelo narrador logo no início do capítulo. “Muitos anos depois, a reitoria anunciaria de público a injustiça da demissão da professora. Mas nunca admoestou nenhum dos envolvidos, nunca resgatou suas dívidas com a família. Os presentes a esta reunião da Congregação nunca se desculparam” (KUCINSKI, 2014a, p. 152).

A reunião da Congregação se passa após dezenove meses do desaparecimento da filha de K. Na pauta, além do processo 174899/1974, que pede a demissão da professora, está incluída ainda a proposta de recontração do professor aposentado Henrique Tastaldi, que, como observa ironicamente o narrador, é “por coincidência um dos três membros da comissão processante que pede a demissão da professora”. O narrador passa a explorar os pensamentos dos presentes, começando pelo professor Ernesto Giesbrecht, diretor do Instituto, que preside a reunião: “Giesbrecht já morreu. Não sabemos o que passou pela sua cabeça durante a reunião, podemos apenas imaginar” (KUCINSKI, 2014a, p. 15):

Vai ser uma reunião penosa, espero que passe rápido. Afinal, foi um ultimato. Se o Heinrich estivesse vivo, não acreditaria. Ele que fugiu da Alemanha por causa da família judia de sua mulher. Tenho a certeza de que agiria como eu; afinal, ele fundou o departamento de química e não gostaria de ver tudo destruído por causa de uma única pessoa, além disso uma professora comum, apenas com o grau de doutor. Se fosse um titular, um livre-docente, mas uma mera professora doutora... Química é liderança, temos que preservar as lideranças. Ainda bem que a votação é secreta, assim ninguém se expõe, ninguém vai saber quem aprovou a demissão. É claro que pelo mesmo motivo podia dar o oposto, por isso mesmo combinei tudo antes. Espero que dê certo. (KUCINSKI, 2014a, p. 152-153).

O recurso especulativo empregado por Kucinski permite a exploração de elementos facilmente ocultados pelas versões oficiais dos fatos. Assim, ao adentrar no terreno da especulação, o escritor projeta para o leitor o mundo subterrâneo em que atuavam as forças do

aparelho repressivo, interferindo, diretamente, em demissões de professores universitários⁵⁷: “*Afinal, foi um ultimato*”, especula o narrador sobre o que teria pensado Giesbrecht, mostrando o comprometimento das instâncias decisórias dentro da universidade durante o período ditatorial. Vale lembrar que “[a] escrita do testemunho não se restringe ao depoimento direto, mas deve passar por elaboração dos recursos de linguagem escolhidos (GINZBURG, 2011, p. 25). Além disso, como explica Gustavo García (2003, p. 44), “[o] valor do testemunho não está na sua capacidade de ser comprovado, como se fosse posto em termos científicos”.

Dessa maneira, ao fazer uso de recursos de estilização literária, Kucinski atribui à sua narrativa testemunhal um poder maior de incisão sobre o leitor, pois “o valor ético da narração pode justificar a incorporação de componentes artísticos” (GINZBURG, 2011, p. 25). Assim, a partir da especulação da voz narrativa, Kucinski explora ao máximo as relações estabelecidas durante a ditadura civil-militar entre indivíduos e o regime, revelando a cumplicidade e/ou colaboração de pessoas com a repressão:

O professor Francisco Jerônimo Sales Lara, oriundo da Faculdade de Filosofia, cogita pedir a palavra. Por enquanto pensa. Imaginemos que pense assim:
Esse malandro do Tastaldi; [...] Aprovam a recontração e, em troca, ele reafirma os termos da comissão processante. É o seu prêmio pela cumplicidade com a repressão. [...] Todo mundo sabe que a professora foi presa pelos órgãos de segurança. O pai esteve aqui, teve anúncio em jornal, reportagem, a lista dos vinte e dois desaparecidos do cardeal. [...]

Giesbrecht se mexe na cadeira, como por desconforto; continuemos a imaginar o que pode ter pensado nessa etapa da reunião:
Reunião desagradável esta. É verdade que nunca fui com a cara dessa menina e nem ela era brilhante, mas era séria, muito esforçada; sua pesquisa do molibdênio para o doutorado não foi das mais fáceis e ela deu conta. Mas que alternativa temos? Dizem que o telefonema da reitoria foi claro. Vocês têm até o final da semana para cumprir o regulamento e demiti-la. Estava até demorando esse ultimato. Sei que já saiu até no jornal que ela foi desaparecida mas não há prova. O Governo nega. É claro, se

⁵⁷ Embora Motta (2008, p. 46-47) não mencione o caso de Ana Rosa, faz-se importante a leitura de trecho de seu estudo sobre a atuação dos órgãos de informações junto às universidades: “Encontrei evidência documental de demissões realizadas na USP por interferência dos órgãos de informação, e num dos casos o pessoal da AESI se jactou de ser responsável pela decisão. Na verdade, a documentação não fala em demissão, mas em proibir a renovação do contrato dos docentes suspeitos, o que dá no mesmo. Entre o final de 1974 e o começo de 1975, o diretor da Escola de Comunicação e Artes da USP “não renovou” os contratos dos professores Paulo Emílio Sales Gomes, Jair Borin e José Marques de Mello, seguindo recomendação dos órgãos de segurança. As demissões geraram grave crise na Escola seguida por eclosão de protestos estudantis que causaram preocupação na área de segurança. No mesmo ano de 1974, aparentemente em resposta a Pedido de Informação de algum órgão da “comunidade”, a AESI/USP elaborou relatório sobre a situação funcional de dois professores julgados no processo do “Grupo dos Arquitetos”, Sergio Ferro Pereira e Rodrigo Brotero Lefevre. A Assessoria da USP informou que o primeiro se encontrava no exterior e não estava mais ligado a Universidade, mas o segundo ainda estava sob contrato, e conclui: “Esta AESI já tomou providências visando evitar que seja renovado o atual contrato, que findará a 31/12/1974.” A importância desses documentos merece ser destacada, pois eles comprovam antigas suspeitas de que os órgãos de informação, em especial as AESI, foram responsáveis por demissões e vetos à contratação de docentes considerados esquerdistas. O fato de serem poucos os casos documentalmente comprovados não significa que o número de demissões foi restrito, haja vista a prática de destruição de documentos anteriormente mencionada, que deve ter sido sobretudo sistemática em tais situações.”

elas a desapareceram tinham que negar. Mas vai saber em que se meteu. O regulamento é claro e taxativo. E mais, como diretor do Instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação. Isso se não for acusado de coisa pior, e de cumplicidade com subversivos ou algo parecido.

[...]

Miriam, representante dos auxiliares de ensino, não fala. Pensa bem da professora, uma das mais esforçadas e assíduas, mas está com medo:

Muito triste o que aconteceu. Terrível. Não entendo por que esses figurões se calaram todo esse tempo. Esse foi o erro. Se tivessem gritado logo que ela desapareceu, talvez as coisas tivessem se invertido, era o Instituto que estaria acionando a reitoria, exigindo que botassem pra fora aqueles filhos da puta do DOI-Codi que estão instalados lá dentro, e não o jurídico pressionando o departamento. Toda essa conversa fiada do processo, falando em “conjunto probatório”, fiando-se na mensagem do Falcão. Até a Folha já publicou a lista dos vinte e dois desaparecidos incluindo a professora.

[...]

O físico Newton Bernardes também não fala. Talvez por causa de um raciocínio frio do tipo:

Não sei em que essa menina estava metida. Nunca quis se abrir comigo e nem eu quis perguntar. Desconfio que é coisa pesada, Esquerdismo inútil, falta de visão estratégica. Mesmo assim, é claro, temos que ser solidários e denunciar a repressão. O problema é a situação neste conselho, neste Instituto. Não tem sentido se queimar num caso individual. Nossa luta tem um horizonte mais amplo, um valor estratégico. É um erro e é uma pena. Mas na correlação de forças dada, um voto contrário, isolado, nada vai resolver e ainda vai prejudicar a nossa causa. (KUCINSKI, 2014a, p. 153-159, grifos nossos).

A cada intervenção do narrador, descortinam-se os tentáculos da máquina da repressão, enquanto se denunciam a cumplicidade, a inércia e o silenciamento da sociedade e das instituições, de um modo geral, diante das arbitrariedades do regime. Constata-se, assim, que a inegável força desse capítulo advém justamente do seu caráter imaginativo, capaz de recuperar para o leitor aquilo que escapa aos olhos da História, cenas que o próprio Kucinski não presenciou, mas que, por meio da *passagem para o literário*, consegue construir de forma impressionante. De acordo com Ginzburg (2011, p. 25), “[a] configuração discursiva pode aumentar a capacidade de preservar o teor do que foi vivido junto à memória”. Desse modo, “a presença do estético pode cumprir um papel ético” (GINZBURG, 2011, p. 25).

3.5 OS PORÕES ABREM-SE NOVAMENTE

O dispositivo de violência utilizado pela máquina da repressão é tema de estudos que mostram desde variadas formas de tortura física, empregadas pelos agentes da ditadura, até o uso de métodos de implantação do terror psicológico extremamente eficazes contra aqueles que buscassem se opor ao governo militar. Quanto a isso, os estudos de Bauer (2012) revelam algumas das práticas adotadas pela repressão durante a ditadura civil-militar. A autora observa

que estratégias de disseminação do medo, como modo de dominação política, são baseadas em “métodos de terror físico, ideológico e psicológico, assimilados de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas regionais próprias”. Embora variem de intensidade e de extensão, possuem um “núcleo comum” (BAUER, 2012, p. 29) que tem como característica

[a] produção de informações a partir da “lógica de suspeição”; pelo sequestro como forma de detenção; pela realização do interrogatório e da tradição inquisitorial das práticas policiais; pela presença das torturas físicas e psicológicas; pela censura e desinformação; e, principalmente, pela prática de desaparecimento forçado de pessoas, característica específica da repressão desses regimes. (BAUER, 2012, p. 29).

A tortura como método de disseminação do medo exercido pela repressão é abordada por Kucinski sob múltiplas perspectivas, como acontece em “A terapia”, capítulo que se desenvolve a partir da tensão entre elementos históricos e ficcionais. Todavia, deve-se destacar que, ao abordar a temática da tortura em sua obra, Kucinski não recorre a imagens fortes de violência, tal como ocorre em diversas narrativas sobre o período ditatorial, como, por exemplo, na obra *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós⁵⁸. Ao não fazer uso desse expediente, o escritor procura focar-se no impacto causado na vida de pessoas que presenciaram essas cenas de barbárie.

“A terapia” centra-se na personagem Jesuína Gonzaga, uma faxineira que trabalhou em um dos centros clandestinos integrados à estrutura da repressão política. Ela é encaminhada para tratamento psicológico porque não consegue trabalhar, pois sofre de alucinações, insônia e sangramentos. O capítulo se desenvolve a partir do diálogo entre a jovem e uma psicóloga. Ao falar sobre seu passado, Jesuína revela que foi “tirada” da penitenciária feminina de Taubaté pelo delegado Fleury para trabalhar em uma casa localizada na cidade de Petrópolis. Questionada sobre o local, a faxineira acaba contando à psicóloga o modo de funcionamento da casa — seu sistema de cárcere, tortura e desaparecimento:

Era uma casa como qualquer outra, mas grande, numa ribanceira, bem lá em cima do morro, em Petrópolis. Era uma rua comum, casas todas grandes; essa tinha muro alto em toda a volta, e dos lados eram terrenos com mato, não dava para ver nada que acontecia lá dentro. Quando os carros chegavam, o portão abria, automático, os carros entravam com o preso e logo levavam ele para baixo, onde estavam as celas. Eram só duas celas. Eu ficava quase sempre na parte de cima, que dá para a rua. Lá no andar de baixo, além das celas, também tinha uma parte fechada, onde interrogavam os presos, era coisa ruim os gritos, até hoje escuto os gritos, tem muito grito nos meus pesadelos.

⁵⁸ Uma das cenas mais impactantes na literatura sobre a ditadura civil-militar encontra-se narrada nesta obra. Sobre isto, Figueiredo (2017, p. 62) declara: “A cena de tortura da mulher, narrada ao longo de três páginas foi considerada por vários críticos (DALCASTAGNÈ, 1996, SILVERMAN, 2000, GINZBURG, 2010, SELIGMANN-SILVA, 2014) como uma das mais fortes da literatura brasileira.

[...]

Os presos eram levados para lá, sempre um de cada vez, e nunca mais eu via eles. Lá em cima eu via pela janela eles serem levados para dentro da tal garagem, nunca vi nenhum deles sair.

[...]

O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue. (KUCINSKI, 2014a, p. 127, 131-132).

Como é possível observar, durante a sessão, Jesuína dá detalhes sobre o funcionamento da casa de Petrópolis, deixando clara a rotina de horrores, com interrogatórios, torturas e desaparecimentos de presos que para lá eram levados. O capítulo também explora um dos locais mais famigerado que foi organizado pelo aparato repressivo durante a ditadura: a “Casa da Morte”, designação pela qual ficou popularmente conhecido o imóvel localizado na Rua Arthur Barbosa, nº 668, em Petrópolis, Rio de Janeiro. O local foi um dos principais centros clandestinos de detenção ilegal, tortura, execução e desaparecimento forçado de presos políticos. A casa de Petrópolis era mantida pelo CIE. Sobre o local, consta no relatório da CNV: “Nesse centro, o CIE atuava em coordenação com os DOI-CODI, retirando presos de suas dependências, alguns de outros estados, e levando para Petrópolis. Os destinos de vários desaparecidos políticos estão ligados a esse centro clandestino do CIE” (CNV, 2014, v. 1, p. 158). Sobre o local, Figueiredo assevera: “Dos presos que ali entraram, só uma saiu com vida, mesmo assim desfigurada física e psicologicamente: Inês Etienne Romeu, a Alda, da VRP” (FIGUEIREDO, 2015, p. 36). Inês foi presa, sem ordem judicial, em 05 de maio de 1971, na cidade de São Paulo, por agentes do delegado Fleury, e levada para o Rio de Janeiro, permanecendo detida em uma delegacia de polícia em Cascadura. Em 08 de maio, ela foi conduzida para a “Casa da Morte” (CNV, 2014, v. 1, p. 316). A militante presa pela repressão “ficou 96 dias na Casa da Morte, onde foi seguidamente estuprada, espancada e torturada com choques elétricos. Inês sobreviveu” (FIGUEIREDO, 2015, p. 36). Foi por intermédio de seu depoimento que importantes informações sobre a “Casa da Morte” vieram a público, as quais “são complementadas e corroboradas por documentos produzidas pelo próprio Estado, bem como por testemunhos de ex-presos políticos e depoimentos de agentes da repressão” (CNV, 2014, v. 1, p. 532).

Outro dado histórico presente no capítulo refere-se à participação da sociedade civil, mais especificadamente, à colaboração do empresariado com a ditadura. Logo no início da conversa entre as duas personagens, Jesuína explica que procurou tratamento psicológico a

mando da chefia. Essa informação é complementada pela fala da psicóloga: “Sim, o médico da Ultragás diz isso” (KUCINSKI, 2014a, p. 120). Sabe-se hoje do apoio do empresariado aos órgãos de repressão. Um dos casos mais conhecidos diz respeito ao financiamento do empresariado paulista à Operação Bandeirante (Oban). Nas palavras de Gaspari (2014, p. 64):

A reestruturação da PE paulista e a *Operação Bandeirante* foram socorridas por uma “caixinha” a que compareceu o empresariado paulista. [...] Na Federação das Indústrias de São Paulo, convidavam-se empresários para reuniões em cujo término se passava o quepe. Entre 1971 e 1978, um representante da Fiesp fez mais de duzentas visitas à direção do DOPS paulista. Chamava-se Geraldo Rezende de Mattos e era diretor da empresa no complexo industrial de Nadir Figueiredo, um dos barões do sindicalismo patronal. A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragaz emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas.

O autor ainda cita Paulo Egydio Martins que, em 1974, assumiria o governo de São Paulo. Ele confirma, segundo depoimento de Martins (*apud* GASPARI, 2014, p. 65) que, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado contribuíram para o início da Oban”.

Sobre a relação da Ultragaz e o regime militar, deve-se destacar a atuação de Albert Hening Boilesen, empresário dinamarquês nacionalizado brasileiro, que foi presidente do Grupo Ultra, do qual fazia parte a Ultragaz. A participação de Boilesen é contada no documentário de Chaim Litewski, intitulado *Cidadão Boilesen*, de 2009. O documentário revela que o empresário desempenhou importante papel na articulação de novos empresários para participar do apoio financeiro à ditadura. Porém, sua atuação não se resumiu a mero captador de fontes de financiamento da repressão. Relatos afirmam que ele participava de sessões de tortura, tendo, inclusive, importado um instrumento de tortura dos EUA que aplicava descargas elétricas crescentes. O equipamento recebeu o apelido de “pianola Boilesen”. A participação nas sessões de torturas motivou a elaboração de um plano para executá-lo, preparado pelos grupos da esquerda armada Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). O plano foi posto em prática e o empresário foi executado em 15 de abril de 1971, próximo de sua casa, na alameda Casa Branca, São Paulo. O episódio histórico é citado pela jovem traumatizada em “A terapia”: “Eu fazia uns serviços para o Fleury; depois que acabou tudo e a casa foi fechada; ele me arranjou esse emprego. Ele era muito amigo do dono da empresa, um estrangeiro, o doutor Alberto. Esse estrangeiro foi morto pelos terroristas” (KUCINSKI, 2014a, p. 124). Boilesen era “amigo pessoal de Sérgio Fleury” (FIGUEIREDO, 2017, p. 134).

É ainda em “A terapia” que o leitor terá conhecimento do paradeiro da filha de K., a partir da narração da faxineira sobre a chegada de uma presa à casa de Petrópolis durante um fim de tarde: “Ela me disse o nome dela e depois não falou mais nada. [...] era um nome complicado” (KUCINSKI, 2014a, p. 129). Ao chegar ao local, a militante presa também deveria ser submetida ao interrogatório e à violência do regime: “De madrugada chegou o doutor Leonardo. Lá debaixo eu adivinhei que era o médico e avisei baixinho, quando vem o médico é porque vão maltratar, fazer coisa ruim” (KUCINSKI, 2014a, p. 130). Vale lembrar que a presença de médicos era uma prática corriqueira durante os interrogatórios de presos políticos. Bauer confirma (2012, p. 63): “Nos interrogatórios e nas sessões de tortura geralmente havia um médico que auxiliava na indicação dos limites físicos e psicológicos dos prisioneiros ou no processo de reanimação, caso fosse necessário”. E Jesuína continua:

Logo depois vieram buscar ela. Foi aí que ela de repente meteu um dedo na boca e fez assim como quem mastiga forte e daí a alguns segundos começou a se contorcer. Eles nem tinham aberto a cela, ela caiu de lado gemendo, o rosto horrível de se ver e logo depois estava morta. Parecia morta e estava morta mesmo. (KUCINSKI, 2014a, p. 130).

Construído a partir da tessitura entre memória histórica e elaboração imaginativa, esse capítulo dá provas de que nem sempre é possível desvincular os terrenos da história e da ficção, sobretudo quando se está diante de um texto testemunhal, como é o caso de *K. Relato de uma busca*. No plano histórico, sabe-se que Ana Rosa Kucinski (“era um nome complicado”) e Wilson Silva foram levados, ainda vivos, para a Casa da Morte pelo coronel Freddie Perdigão Pereira, fato comprovado a partir dos depoimentos de ex-agentes do Estado brasileiro (CNV, 2014, v. 3, p. 1648). Porém, o desfecho no plano ficcional não condiz com os fatos conhecidos sobre o paradeiro do casal após a prisão. Em “A terapia”, a jovem militante levada para a casa de Petrópolis comete suicídio ao ingerir cápsulas de cianureto: “Disseram que ela tomou veneno, que tinha veneno na boca, pronta para engolir” (KUCINSKI, 2014a, p. 130). Essa informação possui relação com outro capítulo, “A queda do ponto”, no qual um casal (a filha de K. e o genro) encontra-se isolado em um pequeno apartamento. Atônitos diante da queda de um ponto naquela manhã, os dois jovens compactuam um destino comum, no caso de serem capturados: “A última tarefa de ambos é a inserção da pequena cápsula de cianureto num vão entre os dentes. Há tempos firmaram a jura de não se deixarem pegar vivos, para não entregar companheiros sob tortura” (KUCINSKI, 2014a, p. 28). De acordo com o depoimento de Cláudio Guerra, “a equipe do coronel Freddie Perdigão teria sido responsável pelas mortes de Ana Rosa e Wilson” (CNV, 2014, v. 3, p. 1649). Já a personagem de Kucinski decide tirar a

própria vida a fim de evitar ser torturada e correr o risco de delatar os companheiros de militância política. Em relação a essa variação do texto ficcional, Figueiredo diz o seguinte: “Diante da tragédia, o autor introduz uma mentira: evita imaginar todas as torturas sofridas pela irmã, preferindo dar-lhe uma cápsula de cianureto” (FIGUEIREDO, 2017, p. 131).

3.6 “A MORTE DA PRÓPRIA MORTE” E O ELOGIO DOS FACÍNORAS

[...] os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin.

Bauer (2012) afirma que a prática do desaparecimento — precedida do sequestro, da tortura e da morte —, foi uma das principais estratégias implementadas pelos regimes ditatoriais argentino e brasileiro com vistas a instituir uma “cultura do medo” nesses países. Para a estudiosa, além de servir como forma de punição e de dissuasão a quem intentasse se opor a esses regimes, funcionou também para “atingir os meios familiares e sociais das vítimas”, produzindo, em última análise, “um efeito multiplicador do medo e do terror” (BAUER, 2012, p. 36). Em perspectiva semelhante, Ludmila da Silva Catela (2001, p. 150) observa: “A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associado ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte”. Para essas famílias, a dor e a negação da despedida manifestam-se num forte sentimento de subtração dos trabalhos de luto, tão necessários para a elaboração e para a superação da perda. Essa condição recebe tratamento literário no capítulo “A Matzeivá”, no qual K. solicita a um rabino a autorização para “colocação de uma lápide para a filha ao lado do túmulo de sua mulher, no cemitério israelita do Butantã” (KUCINSKI, 2014a, p. 77). Mesmo se tratando de um rabino “da linha moderna”, razão pela qual K. o procurou, o pedido é negado de forma veemente: “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo...” (KUCINSKI, 2014a, p. 77). Com efeito, elementos da tradição judaica são utilizados pelo rabino como argumentos para recusar o pedido de K.:

“Não há uma só palavra em todo o Talmud nem nos catorze livros da Mishné Tora que fale em matzeivá sem que exista um corpo” diz o rabino. E prossegue em tom professoral:

“O que é o sepultamento senão devolver à terra o que veio da terra?”

Adam, adamá, homem e terra, a mesma palavra; o corpo devagar se decompõe e a alma devagar se liberta; por isso, entre nós, é proibido cremar ou embalsamar, é proibido usar caixões de metal, proibido lacrar com pregos, e tantas outras proibições. Não tem sentido sepultamento sem corpo”. (KUCINSKI, 2014a, p. 78).

Segundo a tradição judaica, o matzeivá consiste num ato de respeito pelo falecido e também uma forma de assegurar que os mortos não serão esquecidos, nem sua sepultura será profanada, devendo a pedra tumular “ser colocada um ano após a morte, quando, segundo os gaonim, os sábios, torna-se mais viva a lembrança do morto” (KUCINSKI, 2014a, p. 78).

Construído sob um dos mais terríveis efeitos do terror produzido pela ditadura — “a morte da própria morte” (BAUER, 2012, p. 30) —, “A Matzeivá” expõe a dor e o sofrimento de K. por “não conseguir nem ao menos uma inscrição simbólica de sua existência”⁵⁹ (KEHL, 2011, não p.). Nessa perspectiva, diz a voz narrativa:

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em erguer para a família uma lápide, ao se completar um ano da sua perda. A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos. (KUCINSKI, 2014a, p. 78-79).

No que se associam outros elementos que tornam sua expiação ainda mais intensa, como, por exemplo, a suspensão da ordem natural da vida: “não é certo, os filhos é que deveriam enterrar os pais e não os pais enterrarem os filhos, pior que nem isso, nem enterrar podemos” (KUCINSKI, 2014a, p. 87). Ou, então, o fato de a própria sociedade não reconhecer os crimes praticados pelo Estado repressor e, por conseguinte, ignorar o sofrimento vivido pelos familiares dos presos desaparecidos, como pode ser visto na seguinte passagem: “mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (KUCINSKI, 2014a, p. 81). Essa questão também surge no capítulo “Os desamparados”: “daí por diante foi só desinquietação, mudou até o modo da vizinhança, olhando a gente de lado, com desestima, aqui todo mundo se conhece, correu de boca em boca; minha filha quase perdeu o emprego na Prefeitura” (KUCINSKI, 2014a, p. 86-87).

A situação descrita no capítulo “A Matzeivá” pode ser contrastada com outra, totalmente oposta, e que se encontra narrada em “As ruas e os nomes”. Por um lado, esse

⁵⁹ Artigo publicado no blog da Boitempo, intitulado *Comentários sobre K., de Bernardo Kucinski*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/11/28/comentarios-sobre-k-de-bernardo-kucinski/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

capítulo aborda a importância de se manter viva a lembrança dos que lutaram pela restauração da democracia para as gerações seguintes; por outro, expõe o escárnio do Estado brasileiro em face dos crimes cometidos por seus agentes, os quais, ironicamente, acabaram sendo homenageados pelos atos de barbárie que praticaram. Em um dos últimos momentos em que o leitor acompanha o martírio de K., já bastante abatido e transformado, o capítulo “As ruas e os nomes” narra a visita de familiares de desaparecidos a um loteamento na cidade do Rio de Janeiro. Por meio de “um projeto de lei de um vereador de esquerda” (KUCINSKI, 2014a, p. 160), cada rua do loteamento recebera o nome de desaparecidos políticos, num total de 47 desaparecidos políticos.

O loteamento ficava num fim de mundo, terrenos baratos para estimular a autoconstrução de modo a valorizar terras do mesmo dono mais próximas ao centro, depois de os moradores conseguirem água, luz e ônibus. [...]

O próprio vereador espetou estacas nas interseções principais das ruas ainda mal demarcadas e nelas pregou as placas azuladas com os nomes dos desaparecidos políticos. Só os nomes, sem indicação de data de nascimento, nem, obviamente, de morte.

Os familiares, não mais que quinze, a maioria de São Paulo, reuniram-se defronte ao Hotel Glória, de onde seguiram por micro-ônibus até o loteamento do outro lado da ponte Rio–Niterói. Foi uma viagem demorada. Embora exausto, cansado de tudo, até de viver, K. decidira participar da homenagem à filha e ao genro. (KUCINSKI, 2014a, p. 160-161).

O discurso proferido pelo vereador durante a pequena cerimônia realizada na chegada ao loteamento ressaltava a “função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos” (KUCINSKI, 2014a, p. 161). Ao ouvir as palavras do político, K. procura dar um sentido positivo à homenagem, sem, contudo, perder de vista a tragicidade de tantas vidas suprimidas de forma abrupta: “Foi uma fala bonita, pensou K.; discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior” (KUCINSKI, 2014a, p. 161).

A homenagem à Ana Rosa realmente aconteceu e provavelmente tenha inspirado as reflexões de Kucinski durante a escrita do capítulo “As ruas e os nomes”. O autor da proposta⁶⁰ foi o vereador Ítalo Cardoso, um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos 1980. De acordo com o *Dossiê mortos e*

⁶⁰ Conforme a ementa do Projeto de Lei Nº 283/1991: “Denomina Ana Rosa Kucinski Silva a Rua nº 107, no Jd. Toka, na Administração Regional da Capela do Socorro”. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0283-1991.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

*desaparecidos políticos no Brasil*⁶¹, Ana Rosa, assim como outros tantos desaparecidos políticos durante a ditadura, foram homenageados

[...] por meio de ato de oficialização dos nomes das ruas do Jardim da Toca, em São Paulo, SP, em 04/09/91, contando com a presença da prefeita Luíza Erundina, do vereador Ítalo Cardoso, dos familiares dos homenageados e de representantes da sociedade. Homenageados: Ana Rosa Kucinski Silva, Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio dos Três Reis Oliveira, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, Aylton Adalberto Mortati, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Honestino Monteiro Guimarães, Ieda Santos Delgado, Maria Lúcia Petit da Silva e Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Acompanha convite para a solenidade.

Ao transpor o fato histórico para o universo ficcional, Kucinski vale-se dos recursos literários para produzir sentidos dentro da sua obra. Um exemplo disto encontra-se no nome atribuído ao loteamento no plano ficcional. Denominado de “Vila Redentora”, o título desperta em K. certa ignomínia: “K. sente-se ultrajado; embora coincidência, era esse o nome dado pelos militares ao seu golpe” (KUCINSKI, 2014a, p. 161-162). Isso porque o nome atribuído por Kucinski ao loteamento convoca uma espécie de tom irônico ao modesto tributo às vítimas da repressão política, posto que o Golpe de 1964 recebera a designação de “Revolução Redentora de 31 de março de 1964” (GASPARI, 2014, p. 42).

Se, por um lado, a inscrição simbólica das vítimas do regime militar viria apenas de forma tímida, com a indicação de vias em um loteamento na periferia, o mesmo não ocorrerá no que diz respeito aos agentes do Estado repressor, que jamais serão punidos: “todos eles morrerão de morte natural, rodeados de filhos, netos e amigos, homenageados, seus nomes em placas de rua” (KUCINSKI, 2014a, p. 27). Essa questão é exposta durante o percurso de retorno de K., quando o pai idoso percebe a ironia histórica que se perpetua como uma das mais terríveis anomalias culturais, existentes na sociedade brasileira:

Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza. [...] Foi quem criou o DOI-CODI, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria desses canalhas, o Hímmmler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? Um vilão, “a menulveldiker roitsech”, ele blasfema em iídiche. [...] Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na Ponte Rio–Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5. [...] K. está revoltado. Ainda vitupera mentalmente quando atingem no centro do Rio a grande avenida Getúlio Vargas. Esse era civil. K. até chegou a simpatizar com ele – o pai dos pobres dos seus primeiros anos de Brasil. Mas foi ditador e seu chefe de

⁶¹ Ficha pessoal de Ana Rosa Kucinski Silva. Disponível em: <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=51>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

polícia, o Filinto Müller, um sanguinário. Matou e torturou muita gente. Só faltava uma rua Filinto Müller. Vai ver, em algum lugar tem, pensou K. [...]

No ônibus para São Paulo acalmou-se um pouco; a principal autoestrada do país se chama Via Dutra e esse, pelo que ele sabia, foi um presidente democrata, embora também general e também antissemita. Cassou os deputados comunistas e dificultou a entrada dos refugiados da guerra judeus, embora não a dos volksdeutsche. Mas não matou nem desapareceu com ninguém, que se saiba. [...]

Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa viaduto General Milton Tavares. De novo esse criminoso. (KUCINSKI, 2014a, p. 162-164).

Durante o percurso, K. demonstra espanto e indignação ao observar pelo trajeto o nome de militares homenageados em ruas, pontes e viadutos. Um dos militares imortalizados pelo regime militar é o General Milton Tavares de Souza. Sobre o general, assevera Gaspari: “É dele a marca de ferocidade da repressão” (GASPARI, 2014, p. 388). Além de criador do DOI-CODI, *Miltinho*, como era conhecido, também foi chefe do CIE: “Sob o comando do CIE, a máquina da repressão do governo reorientara-se na direção do extermínio” (GASPARI, 2014, p. 389). Outro homenageado é o general Costa e Silva, responsável por ter baixado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, que vigorou até dezembro de 1978. Diante do que vê pelo caminho, K. reflete, espantado, sobre o “estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade” (KUCINSKI, 2014a, p. 163-164). Daí a conclusão a que chega o pai desiludido: “Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo” (KUCINSKI, 2014a, p. 165).

3.7 OUTRAS VOZES NARRATIVAS

Em *K. Relato de uma busca*, há uma voz que conduz o enredo principal da narrativa, centrado no protagonista K. e sua procura desesperada pela filha. Todavia, a esse foco narrativo associam-se outros pontos de vista que, no conjunto da obra, redimensionam a história narrada. Essa construção possibilita a apresentação de um panorama do contexto histórico da ditadura civil-militar em maior escala de detalhes, visto que não se restringe a um único ponto de vista narrativo. Nessa perspectiva, deve-se destacar também que o emprego da estrutura capitular, fragmentária e com independência entre as partes, favorece a multiplicidade de visões que caracteriza a obra de Kucinski. Por meio desse mosaico de vozes e dessa estrutura

fragmentária⁶², rompem-se as correntes dos porões; e a cultura da repressão deixa para trás a obscuridade que a envolve. Assim, a repressão do período ditatorial é apresentada em sua forma mais autêntica, seja naqueles aspectos já bastante conhecidos (a censura, a tortura, o assassinato etc.), seja em relação àquilo que ainda precisa ser problematizado (o trauma, a culpa, a ausência do trabalho de luto etc.).

Com efeito, um dos pontos de vista apresentado pelo autor tem como foco o casal de militantes (a filha e o genro de K.) na iminência de serem pegos pela repressão. Trata-se do capítulo intitulado “A queda do ponto”, cujas linhas iniciais contrastam com o sentido trágico da história de medo e agonia que será narrada: “Lá fora segue a vida inalterada...” (KUCINSKI, 2014a, p. 24). Construído a partir do entrelaçamento entre fatos e imaginação⁶³, o capítulo descreve o pânico vivido pelo casal de militantes após saber da queda de um ponto naquela manhã: “Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restaram” (KUCINSKI, 2014a, p. 24). Assim, em face da queda do ponto, devem-se seguir as instruções: “considerar a hipótese pior, o companheiro não resistirá à tortura e entregará alguma informação” (KUCINSKI, 2014a, p. 24). “A queda do ponto” insere a temática da traição por parte de militantes de esquerda, chamados de “cachorros”, e da presença de agentes infiltrados nas células de esquerda a serviço do dispositivo repressivo. Conforme o relatório da CNV (2014, v. 1, p. 159), os agentes infiltrados eram mantidos pelo CIE em organizações de oposição ao governo militar,

[...] permitindo conhecer a organização, estrutura e doutrina das principais organizações de esquerda atuando no período, como fica evidenciado no dossiê ‘Ação subversiva no Brasil’, de maio de 1972, que fazia uma análise detalhada das organizações de esquerda.

⁶² Sobre a maneira como estruturou a narrativa, Kucinski explica: “Essa foi a maneira como a história foi saindo de dentro de mim. Primeiro eu escrevi algumas histórias e acho que no processo mental de lembrar da família veio em mente uma primeira história que depois faria parte do livro. Mas eu ainda não tinha uma estrutura em mente. Nesse processo, uma história puxou a outra. Após quatro ou cinco fragmentos, eu senti que já tinha uma narrativa mais orgânica e precisava de um fio condutor que unisse as histórias fragmentadas”. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

⁶³ Sobre essa questão, Kucinski afirma: “A forma que eu encontrei de narrar foi inventar situações a partir de incidentes ou fatos que realmente ocorreram. Alguns capítulos são muito factuais [...] Outros capítulos são totalmente imaginados [...] Essa forma me permitiu fundir situações e trazer elementos do passado anterior ao desaparecimento, trabalhar com a imaginação”. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

Já os “cachorros”⁶⁴ eram militantes que traíam seu grupo, atuando como espião da repressão dentro das siglas de esquerda. Em depoimento à CNV, em 10 de maio de 2013, Marival Chaves Dias do Couto, ex-sargento do DOI-CODI/SP, afirmou que “Ana Rosa, Wilson e outros militantes da ALN foram presos após delação do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o ‘Jota’” (CNV, 2014, v. 1, p. 543). Sobre essa questão, Gaspari (2014, p. 355) afirma que somente após duas décadas foi descoberta “a existência do mais eficiente dos ‘cachorros’ do DOI paulista, em cujo rastro morreu perto de uma dezena de quadros da ALN. Era o *Jota*, recrutado em 1972 e identificado em 1992”.

Além da questão dos infiltrados, “*A queda do ponto*” trata da autoavaliação dos sobreviventes de grupos de esquerda, destacando que raro foram aqueles que admitiram, mesmo após o transcorrer de décadas, que “a única saída era aceitar a derrota” (KUCINSKI, 2014a, p. 25). De certa forma, o capítulo apresenta-se como uma crítica contundente à insistência das organizações de esquerda em dar continuidade à luta armada em face da dizimação dos grupos revolucionários:

O que fazer? Meses antes, quando o chefe caiu, a solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros, no futuro. Esta manhã a solução já não é fácil, embora o caminho seja o mesmo, o único e menos complicado do que parece. Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. (KUCINSKI, 2014a, p. 25).

Todavia, a visão privilegiada que a distância temporal imprime ao olhar do narrador diferencia-se da decisão tomada no fragor da hora pelo casal de militantes. Para o narrador, “[a] chave da solução era assumir a derrota, dar a luta por encerrada” (KUCINSKI, 2014a, p. 26). Já para o casal recluso e assustado em um pequeno apartamento quarto e sala, avaliado o perigo e repassadas as instruções de segurança da guerrilha, só restava uma escolha: “[...] ambos perseveraram. Não agem com lucidez. Não os guia a lógica da luta política, e sim outras lógicas, quem sabe a da culpa, a da solidariedade, ou do desespero” (KUCINSKI, 2014a, p. 26). Trata-se de um dos aspectos mais marcantes a respeito da atuação das organizações de esquerda: “o fato de os jovens insistirem na luta, não quererem admitir o fim do sonho revolucionário, torna-

⁶⁴ No capítulo “Paixão, compaixão”, também há uma menção à figura do “cachorro”: “Veja bem, não estou defendendo, não estou justificando, de jeito nenhum. Mas a senhora pensa que esses comunistas eram todos uns santos? Pois fique sabendo que ele tinha informantes em todos esses grupos, não era polícia infiltrado, era comunista mesmo traindo comunista, eram os cachorros, ele chamava de cachorros. Eu ouvia às vezes pelo telefone: chame o cachorro. Marque o ponto com o cachorro” (KUCINSKI, 2014a, p. 108-109).

os personagens trágicos porque eles marcham inexoravelmente para a morte” (FIGUEIREDO, 2017, p. 131).

O casal organiza em uma pequena maleta de executivo seus pertences: dois passaportes falsos, os planos de ação, um revólver, alguns cartuchos e o pacto pré-nupcial. Porém, em uma sacola de lona, depositam o material mais valioso: “os documentos arduamente elaborados de denúncia. A lista de duzentos e trinta e dois torturadores” (KUCINSKI, 2014a, p. 27). A alusão a documentos de denúncia carregados pelas personagens parece coincidir com uma carta escrita por presos políticos e entregue ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 23 de outubro de 1975. Conhecido como “*Bagulhão*” ou “*Carta à OAB*”, esse documento é considerado a primeira denúncia pública contra os agentes da ditadura. A carta-denúncia continha nomes e codinomes de 233⁶⁵ agentes que praticaram tortura durante o regime militar. Em 2014, a denúncia foi publicada pela Comissão da Verdade Rubem Paiva, do Estado de São Paulo, com o nome *Bagulhão: a voz dos presos políticos contra os torturadores*. No documento, os presos dirigiram-se à OAB na condição de sobreviventes do aparelho repressivo:

[...] todos passamos pelos órgãos repressivos e por suas câmaras de torturas. Submetidos às mais diversas formas de sevícias, ainda fomos testemunhas do assassinato de muitos presos políticos, como nós também vítimas de violência militar-policia. Não é força de expressão, portanto, dizer-se que somos sobreviventes⁶⁶.

O ex-presos político Reinaldo Morano Filho explica que o documento começou a ser elaborado em 1969. De forma conjunta e sigilosa, os presos elaboraram uma detalhada denúncia “dos mecanismos de tortura, dos agentes da repressão, das irregularidades jurídicas, e de casos emblemáticos de vítimas da ditadura”⁶⁷. Encabeçando a lista de torturadores, o nome do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁶⁸, comandante do DOI-CODI, principal órgão da repressão durante a ditadura civil-militar, de São Paulo. Ao citar a lista de torturadores, o narrador faz novamente uso de sua visão retrospectiva privilegiada, revelando um dos aspectos mais terríveis da ditadura civil-militar brasileira: a impunidade dos agentes que praticaram crimes durante a ditadura, “que jamais serão punidos, mesmo décadas depois de fartamente divulgada, mesmo

⁶⁵ Embora o narrador mencione 232, a semelhança numérica ainda pressupõe se tratar do documento.

⁶⁶ COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO (CEV) “RUBENS PAIVA”. “*Bagulhão*”: A voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo, 2014, p. 12.

⁶⁷ Relatório - Tomo I - Parte I - O Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos Contra a Ditadura. Disponível em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2016/04/o-bagulhao-a-voz-dos-presos-politicos-contra-a-ditadura.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

⁶⁸ Em 2008, Ustra tornou-se o primeiro militar a ser declarado pela Justiça como responsável pela prática de tortura durante a ditadura civil-militar, e, no ano de 2012, foi o primeiro agente da repressão condenado a pagar indenização à família do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, torturado e morto pelo regime militar.

décadas após o fim da ditadura; os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional” (KUCINSKI, 2014a, p. 27). Apesar do cenário angustiante em que se encontra o casal de militantes, “A queda do ponto” encerra no mesmo tom monótono inicial — quem sabe, um indicativo do distanciamento social acerca da memória dos anos de ditadura, cujo legado permanece ignorado por grande parte da sociedade brasileira: “Lá fora a vida segue...” (KUCINSKI, 2014a, p. 27).

Em “Mensagem ao companheiro Klemente”, tem-se novamente uma abordagem sob a perspectiva dos grupos de esquerda. Trata-se do penúltimo capítulo de *K. Relato de uma busca*, seguido apenas pelo “Post scriptum”, o qual, como já referido anteriormente, possui características próprias dentro do conjunto da narrativa. Construído sob a forma epistolar — é uma carta de Rodriguez a Klemente, chefe da ALN exilado em Paris —, descreve a situação em que se encontra as organizações de esquerda já bastante comprometidas em face das ofensivas do dispositivo repressivo. De acordo com Marcelo Godoy (2014 *apud* FIGUEIREDO, 2017, p. 132): “Rodriguez era Wilson Silva e Clemente era o codinome de um dos chefes da ALN, Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, que não chegou a ser preso tendo saído do país em 1973”. Ao redigir a carta ao “companheiro” Klemente, Rodriguez condena a atitude da organização na iminência de ser pulverizada pela repressão:

Pois saiba que, para a repressão, a Organização não morreu. Continuam nos caçando. Na última semana, cinco companheiros de diferentes organizações – inclusive o nosso Yuri – desapareceram depois de capturados. Já são quarenta e três os desaparecidos este ano, fora os que a gente não sabe.
[...]
Está mais que na hora de reavaliar tudo. (KUCINSKI, 2014a, p. 176).

Assim como o casal em “A queda do ponto”, Klemente percebe que a guerra está perdida e que a falta de “autocrítica”, ou a ausência de uma “reavaliação” por parte da Organização, permitiu que muitos militantes acabassem sendo presos e executados pela repressão: “Já suspeitávamos que a ditadura decidira não fazer prisioneiros⁶⁹. [...] No fundo, entramos no jogo da ditadura de nos liquidar a todos” (KUCINSKI, 2014a, p. 177). Nesse sentido, Figueiredo (2017, p. 132) argumenta que a carta de Rodriguez “parece ser um acerto

⁶⁹ Sobre esse aspecto, Gaspari (2014, p. 389) afirma: “Estavam esquecidos os costumes de 1969, quando, mesmo havendo tortura e assassinatos, todos os dez terroristas que jogaram um caminhão-bomba contra o QG do II Exército sobreviveram à captura. A partir do segundo semestre de 1970 ocorre uma mudança gradual em seu comportamento. Em 1971, prevalece o extermínio. Pelo menos na área sob jurisdição do II Exército, essa política está documentada. O general Vicente de Paulo Dale Coutinho, ex-comandante da 2ª Região Militar, descreveria a diretriz do seu colega Humberto de Souza Mello, que assumiu o comando do II Exército em janeiro de 1971: ‘Eu vi em São Paulo, e justiça se faça ao Humberto. Quando começou o comando do Humberto, começou a diminuir o terror, porque a ordem dele era matar. A ordem dele era matar’”.

de contas do autor, em nome do cunhado, com aqueles chefes da ALN que abandonaram os últimos militantes, sem lhes oferecer uma rota de fuga”.

A carta de Rodriguez é repleta de referências a fatos e personalidades históricas. Primeiro, o militante da ALN faz menção a um dos líderes da Organização, chamado apenas de “Velho”, que, conforme escreve, era um dos poucos que ainda tinha discernimento sobre o que estava acontecendo: “O Velho no íntimo já sabia disso antes mesmo de cair, tanto assim que liberou alguns companheiros, aqueles que ele avaliava que tinham a chance de viver uma outra vida. Ele tinha consciência da situação desesperadora” (KUCINSKI, 2014a, p. 177). Sobre essa personagem fictícia, Figueiredo (2017, p. 132) afirma tratar-se de Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Marighella, “morto após torturas pelo DOPS/SP, em 23 de outubro de 1970” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 83). Um fato citado pelo autor da carta refere-se ao sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 04 de setembro de 1969, episódio que projetou a ALN no país e no exterior. O embaixador foi “libertado em troca de 15 presos políticos e da leitura pela mídia de um manifesto” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 2008, p. 81). De fato, após o episódio do sequestro, a repressão aos grupos de esquerda fora intensificada pelo regime militar. Nesse seguimento, comentam Miranda e Tibúrcio (2008, p. 81):

Após o sequestro, o governo militar desencadeia uma repressão bem articulada, em nível nacional, prendendo centenas de militantes e simpatizantes. São mortos Luiz Fogaça Balboni e o próprio Marighella, ocorrendo o primeiro caso de desaparecimento forçado: Virgílio Gomes da Silva, o *Jonas*.

Essa situação também é descrita na carta de Rodriguez, que comenta a consequência do sequestro do embaixador norte-americano para o quadro da ALN: “Desde o sequestro do Elbrick só perdas... [...] Dezenas de perdas de companheiros jovens” (KUCINSKI, 2014a, p. 176). Diante desse cenário catastrófico, Rodriguez impressiona-se com a incapacidade de a ALN perceber que estava trilhando um caminho para o “suicídio coletivo” (KUCINSKI, 2014a, p. 177): “Ficamos cegos; totalmente alienados da realidade, obcecados pela luta armada” (KUCINSKI, 2014a, p. 178). Assim a ALN jamais abandonaria o lema: “dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria” (KUCINSKI, 2014a, p. 177). Nesse sentido, é o comentário de Figueiredo (2017, p. 133): “A ALN foi a responsável por exigir demais de seus jovens militantes num momento em que não havia mais condições de luta, a obrigação dos chefes teria sido retirar seus militantes de ação, enviá-los para o exterior”.

Outro fato histórico abordado em “Mensagem ao companheiro Klemente” diz respeito àquilo que Gaspari (2014, p. 400) chama de “autofagia terrorista que prosperou na ALN”, isto

é, a execução de militantes pelas próprias organizações de esquerda, ou “a esquerda matando a esquerda” (GASPARI, 2014, p. 401). Sobre essa questão, Rodriguez não poupa críticas à ALN:

Foi você o principal participante da reunião que decidiu pelo justicamento do Márcio por suspeita de que ele era o traidor. As últimas quedas provam o que nós já desconfiávamos: o Márcio não era o informante. Ele foi executado porque havia pedido à coordenação nacional que o deixasse se afastar. A Organização mentiu no comunicado. Márcio não foi executado para resguardar a Organização. Foi executado para dar um recado, quem vacilar vai ser julgado como traidor. Ele não havia cometido crime algum. Não havia delatado ninguém. Condenaram pela sua intenção de sair. Tanto assim que o Milton se opôs.

Até na Justiça capitalista, quando não há unanimidade não se condena à morte. Vocês condenaram sem prova, sem crime tipificado. Incorporaram o método da ditadura; até a linguagem da polícia; no comunicado a Organização chama Márcio de “elemento”. Depois vocês executaram o Jaime, mesmo ele revelando à direção tudo o que havia contado à polícia sob tortura. Aí, o recado era que quem abre, mesmo sob tortura, é um traidor. Como se fosse possível julgar quem foi torturado. Criaram um tabu em torno do assunto. Incorporaram o método do terror da própria ditadura. Depois foi a vez do Jacques, que também abriu sob tortura e também procurou a direção depois para alertar. Três execuções. Quando V. justicou Jacques em junho de 73 já haviam se passado dois anos depois das quedas que nos dizimaram. (KUCINSKI, 2014a, p. 179-180).

O caso mencionado em detalhes pela carta refere-se ao episódio do militante executado pela ALN, Márcio Leite de Toledo, conhecido como Professor Pardal, Vicente, Carlos, Carlão. Em 1971, Toledo estava com 26 anos quando manifestara o desejo de se afastar de suas atividades junto à ALN. Ao anunciar a decisão, a ALN ofereceu-lhe o exílio, mas Toledo recusou. Ele queria permanecer no Brasil, porém, desligado da Organização. Em uma reunião, espécie de “simulacro de tribunal” (GASPARI, 2014, p. 401), foi decidido o seu destino: “Recolheram-no num ‘ponto’ e mataram-no com oito tiros, na rua Caçapava, em São Paulo. Márcio caiu tapando o rosto com as mãos” (GASPARI, 2014, p. 401). “Mensagem ao companheiro Klemente” encerra com o mesmo tom desolador que toma conta do casal isolado em um apartamento em “A queda do ponto”: “Esta é a última mensagem que V. receberá de mim. É possível que ao recebê-la eu e minha companheira já estejamos mortos. Sentimos que o cerco se fecha” (KUCINSKI, 2014a, p. 180).

3.8 A PERSPECTIVA DOS ALGOZES

Em seu texto testemunhal, Kucinski também insere o ponto de vista narrativo dos agentes da repressão, dando voz a torturadores, delatores e até mesmo, de forma inesperada, à

amante do delegado Fleury. Nas palavras de Kehl (2011, não p.)⁷⁰, em *K. Relato de uma busca*, o escritor demonstra: “Coragem para inventar o que mais se aproxima da verdade: a perspectiva subjetiva do inimigo”. Dessa maneira, no capítulo “A abertura” é a voz de Fleury que emerge a partir de diálogos que o delegado tem com seus subordinados e “colaboradores”. Como o título indica, o capítulo tem como pano de fundo o processo de abertura política instaurado pelo governo Geisel (1974-1979):

Esses filhos da puta pensam que eu tenho medo de figurão. Não tenho medo de figurão porra nenhuma. Pode ser esse canalha do Golbery que agora quer dar uma de bacana, pode ser o presidente da República, pode ser o papa, pode ser esse senador americano de merda, eu estou é cagando para eles todos. Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. (KUCINSKI, 2014a, p. 69).

Sentindo-se acuado, Fleury manifesta seu descontentamento com o projeto da “lenta, gradativa e segura distensão” (GASPARI, 2014, p. 28) de Geisel: “E os filhos da puta lá em cima falando em abertura. Isso é hora de falar em abertura?” (KUCINSKI, 2014a, p. 73). Com efeito, a menção de Fleury ao presidente da República e ao General Golbery do Couto e Silva, “principal colaborador de Geisel no processo de abertura política” (GASPARI, 2014, p. 25), é, de fato, historicamente justificada.

Além do processo de abertura, o delegado do DOPS/SP também dispara contra os familiares de desaparecidos políticos que começam a se articular de forma mais efetiva na busca por informações: “O inimigo agora são as famílias desses terroristas. Mas temos que usar mais a cabeça, a psicologia, Mineirinho. Temos que desmontar esses familiares pela psicologia” (KUCINSKI, 2014a, p. 73). A maneira encontrada pelo delegado para “combater” os familiares baseia-se em uma guerra psicológica levada ao extremo. Descobre-se, nesse contexto, que Fleury é a pessoa que articula a “rede sórdida” (KUCINSKI, 2014a, p. 35) por detrás do teatro criado para torturar psicologicamente o velho pai:

Fogaça, senta aí. Senta aí, porra. Escuta bem – tá tremendo por quê? Para de tremer, porra. Você vai fazer um servicinho. Se fizer direito, te solto. Entendeu? Você vai pegar esse telefone que está aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho da puta dum velho e você vai dizer a ele o teu nome, [...] diz que você acaba de ser solto do DOPS e que viu a filha dele aqui. O velho vai ficar doidão, vai dar um pulo, fazer um monte de perguntas, como está a filha, você não fala nada, só diz que viu ela, que ela que deu o telefone.

[...]

O velho não veio porque acreditou, Mineirinho. Esse velho é esperto. Ele veio porque tinha que vir. Ele tinha que vir, entendeu? Mineirinho, aí é que está o truque, a

⁷⁰ Artigo publicado no Blog da Boitempo, intitulado *Comentários sobre K. de Bernardo Kucinski*. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/11/28/comentarios-sobre-k-de-bernardo-kucinski/>>. Acesso e 03 jun. 2018.

psicologia. Ele tinha que vir, mesmo não acreditando. E sabe por quê? Porque se ele está correndo atrás desses figurões, mesmo depois desse tempo todo, é porque não quer aceitar que a filha já era. Se recusa. Daí se agarra em qualquer coisa, mesmo sabendo que é armação.

[...]

Vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta.

[...]

Temos que fazer o contrário; podemos dar a mesma canseira, desmoralizar os porras do mesmo jeito e até pior, espalhando que os corpos estão enterrados cada vez em outro lugar. Procurar para salvar alguém que ainda pode estar vivo é uma coisa, mas procurar um corpo, só para poder enterrar, é diferente. (KUCINSKI, 2014, p. 70-75).

Ao revelar que Fleury é o responsável por plantar as falsas informações que chegam até K., Kucinski estabelece um novo ponto de vista quanto às situações narradas a partir da ótica do narrador que acompanha a trajetória do judeu, amarrando, dessa forma, os fios que tecem a trama narrativa. Observe-se os dois trechos destacados abaixo:

Dois dias depois, o sujeito da galeria telefona. Para se identificar menciona o passeio na José Paulino. Diz a K. que sua filha está em Portugal, para onde fugiu há mais de um mês. E desliga. [...]

Na semana seguinte chega à loja pelo correio um pacote cilíndrico de Portugal endereçado a K. com o nome da filha como remetente, escrito a mão. Contém cartazes políticos da Revolução dos Cravos. Não é a escrita da filha, ele logo vê. A letra da filha é ligeiramente inclinada para a direita e uniforme, de traços elegantes, como num exercício de caligrafia. Montaram uma farsa. Um teatro para me torturar. Estão todos mancomunados, esses informantes. É uma rede sórdida, que vão todos para o inferno, pragueja em iídiche. (KUCINSKI, 2014a, p. 35).

É do consulado? Me chamem o Rocha, por favor, digam que é o Fleury.

E aí, Rocha? Tudo bem? Preciso que você faça o seguinte. Pegue aí uns folhetos desses capitães aí da tal Revolução dos Cravos, dessa palhaçada, e mande pelo correio para o endereço que o Mineirinho vai te passar. Faça um pacote e mande, via aérea, não escreva nada. Só o endereço e o remetente. O remetente você vai escrever à mão, como se fosse de uma moça. (KUCINSKI, 2014a, p. 71).

Extraído do capítulo “Os informantes”, o primeiro excerto apresenta um dos agentes, a mando de Fleury, que telefona para K. para avisar que sua filha encontra-se vivendo em Portugal há mais de um mês. Uma semana após esse telefonema, o velho recebe um pacote desse país, contendo panfletos da Revolução dos Cravos, como se tivesse sido enviado pela filha; K. percebe imediatamente que se trata de uma farsa: “Um teatro para me torturar”. Já o segundo trecho descreve um diálogo de Fleury com Rocha, no qual o delegado ordena-lhe que envie o pacote de Portugal para o Brasil com panfletos da Revolução de Cravos: “O remetente você vai escrever à mão, como se fosse de uma moça”. Os dois trechos ilustram a forma como Kucinski articula perspectivas e temporalidades que coexistem simultaneamente na narrativa.

Essa construção em mosaico possibilita que o leitor tenha um olhar múltiplo sobre os acontecimentos e uma percepção mais abrangente da totalidade.

Em outra conversa, Fleury novamente demonstra preocupação com o esforço dos familiares de presos desaparecidos na incessante busca por informações: “A coisa tá ficando mais séria, tem mais gente se mexendo pressionando. Além disso, esse informe do Lima dessa tal reunião de familiares com o arcebispo não é nada bom” (KUCINSKI, 2014a, p. 72). No plano histórico, a organização dos familiares em torno dos casos de desaparecidos políticos teve início em 1974, ano em que Geisel já mencionava o termo “distensão” para falar de um processo controlado de abertura política no país. A situação vivida pelas famílias é descrita por Teles (2010 p. 269):

A inexistência de um corpo ou de uma notícia a respeito da morte aumentava o desespero dos familiares, tornando impossível o esquecimento. O silêncio introduzido pelo terror do *desaparecimento* cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e informações.

Visando mudar essa realidade, um marco na luta dos familiares de mortos e desaparecidos foi o encontro realizado no dia 07 de agosto de 1974, em que se reuniram Dom Paulo Evaristo Arns, familiares e o general Golbery, chefe da Casal Civil da Presidência da República. A reunião foi organizada por D. Paulo com objetivo de obter informações sobre desaparecidos. Teles (2010, p. 270) relata o episódio: “Golbery ouviu caso a caso as histórias, recebeu um a um seus dossiês relatando os dados obtidos sobre as prisões e sequestros de 22 desaparecidos. [...] O acerto era que o Golbery daria uma resposta a D. Paulo até 27 de agosto”. Ao término do período não houve resposta, então D. Paulo decidiu convocar a imprensa para contar sobre o encontro.

Na tentativa de obter informações, os familiares começaram a atuar em diferentes frentes, como explica Teles (2010, p. 270):

Os familiares de militantes da AP-ML e ALN, como Fernando de Souza Cruz Oliveira, José Carlos da Mata Machado, Ieda Santos Delgado, Ana Rosa Kucinski, entre outros, buscavam denunciar os desaparecimentos por meio de pedidos de *habeas corpus*, cartas às autoridades brasileiras e estrangeiras e a entidades e instituições de defesa dos direitos humanos de todo o mundo.

Graças aos esforços dos familiares, em 23 de outubro de 1974, foi publicado um artigo que tratava dos desaparecidos no *Jornal do Brasil*, intitulado “Os esperantes”. Mantendo-se articulados, os familiares também passaram a se engajar na campanha pela anistia, conforme

proposto por D. Paulo em uma reunião realizada com os familiares na Cúria Metropolitana de São Paulo, em dezembro de 1974. Esse encontro é tratado ao final do capítulo “Sorvedouro de pessoas”. Em 1975, sem resposta oficial do governo, D. Paulo decide empreender “uma investigação ‘paróquia por paróquia’ sobre 22 desaparecidos dos quais não se tinha notícia desde 1974” (TELES, 2010, p. 270). Em seguida, outro passo importante na luta dos familiares é dado: “a divulgação de uma carta ao general Geisel, cuja repercussão, no Brasil e no exterior, fez com que o ministro da Justiça, Armando Falcão, divulgasse uma nota oficial a respeito dos desaparecidos” (TELES, 2010, p. 271).

Além de “A abertura”, Fleury é citado em outras passagens, como em “Paixão, compaixão”, capítulo centrado na figura histórica do líder do Esquadrão da Morte, porém, sob a ótica de sua amante. “Paixão, compaixão” é construído em primeira pessoa, por meio de um diálogo da amante do delegado com uma mãe, cuja voz é silenciada na narrativa, que busca notícias do filho desaparecido. Na posição de amante de Fleury, ela auxilia os familiares a obter informações sobre desaparecidos. A mulher relata à mãe desesperada como conheceu Fleury. Ela conta que, ao procurar o delegado para obter um passaporte a fim de que o irmão pudesse retornar do exílio, acabara se apaixonando pelo delegado do DOPS/SP. Em suas palavras: “No começo foi medo. Muito medo. Medo de ele machucar meu irmão; minha família; medo de ele me machucar. Hoje é paixão, pode acreditar, paixão pura, paixão louca. [...] E paixão não se julga, paixão acontece” (KUCINSKI, 2014a, p. 101). Ignorando o sofrimento da mãe cujo filho desaparecera, o diálogo assume a forma de um monólogo, no qual a amante de Fleury descreve sua relação com o delegado do Esquadrão da Morte. Ela chega até mesmo a dar detalhes de sua vida sexual com Fleury e algumas passagens impressionam pelas imagens desprezíveis que se formam em sua mente: “Uma hora pensei que estava sendo torturada, esganada, não o padre” (KUCINSKI, 2014a, p. 107).

Ao descrever Fleury, sua visão é ambígua e oscilante: ora o delegado é descrito como “um cavalheiro”, que “faz tudo para me agradar” (KUCINSKI, 2014a, p. 102-104); ora é uma figura temida e facínora: “Um homem tão poderoso, um pode-tudo...”, “um bandido”, “um monstro” (KUCINSKI, 2014a, p. 102-104), “sujeito cruel e sem escrúpulos, com poder de vida e morte sobre os outros” (KUCINSKI, 2014a, p. 112). Todavia, o mérito de “Paixão, compaixão” está no modo como a brutalidade praticada pelo famigerado agente da repressão contra presos políticos emerge a partir da conversa entre a amante de Fleury e essa mãe aflita. A amante explica que não tem conhecimento sobre as atividades que o delegado realiza: “A gente tem esse trato, sabe? Ele não pergunta o que eu faço e eu não pergunto o que ele faz” (KUCINSKI, 2014a, p. 104). Mais adiante, porém, ela afirma saber sobre um episódio que ela

leu em algum lugar: “Eu sei desse caso do padre que se matou por causa dele, não sei de tudo, mas o que sei já me deixa mal. Eu li a história” (KUCINSKI, 2014a, p. 106). Vale ressaltar que, durante a fala da amante, ela reitera algumas vezes o ódio do delegado aos padres: “Foi quando eu percebi que ele odiava padre”. “No dia em que prenderam os dominicanos ele festejou”. “Ele odiava padre mais do que comunista, acredita?” (KUCINSKI, 2014a, p. 107-108). E, no caso específico do padre que se suicidou por causa de Fleury, ela diz: “Às vezes eu acho que outro problema foi o padre não ter resistido mais, embora sendo padre ia dar no que deu do mesmo jeito” (KUCINSKI, 2014a, p. 108).

O episódio citado pela personagem refere-se ao suicídio de Frei Tito de Alencar Lima. Trata-se de um dos casos mais impressionantes sobre a violência praticada pelo regime militar durante a ditadura civil-militar. Frei Tito foi um dos frades do grupo dos dominicanos conduzido ao Presídio de Tiradentes e, posteriormente, levado pelo capitão Maurício Lopes Lima para um dos centros de tortura na ditadura, o DOI-COI. O episódio é retratado na obra *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*, de Frei Betto: “Notícias de Tito: estaria sendo muito torturado no DOI-COI, informou alguém transferido de lá para o DEOPS. Teria ‘tentado suicídio’ por não suportar mais o massacre” (BETTO, 2009, p. 77). E acrescenta: “Tito cortou uma artéria do braço esquerdo. Foi socorrido por quatro médicos do Hospital Militar de Cambuci, onde recebeu transfusão de sangue. Já retornou ao DOI-COI” (BETTO, 2009, p. 79). O frade retorna ao Presídio de Tiradentes, com o corpo marcado pela tortura, após passar cerca de 10 dias na “sucursal do inferno” (BETTO, 2009, p. 76).

Dentre os frades dominicanos, o caso de Frei Tito é paradigmático no que se refere ao esforço empreendido pela repressão política em eliminar física e psicologicamente seus oponentes:

Tito de Alencar Lima – o frei Tito – foi torturado, entre 1969 e 1970, sob comando do delegado Fleury. Entre outras crueldades sofridas, contou que “Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais me fizeram abrir a boca ‘para receber a hóstia sagrada’. Introduziram um fio elétrico”. Incluído na lista de prisioneiros políticos que deveriam ser soltos em troca da vida do embaixador suíço sequestrado pela VPR, foi solto em dezembro de 1970. Desde então viveu no exílio, onde apresentou sinais de transtorno psicológico e diversas vezes tentou o suicídio (CNV, 2014, v. 1, p. 390).

Exilado na França após ser libertado, o frade brasileiro apresentou vários sinais de transtorno psicológico, como relata Frei Betto neste trecho: “Banido, meses depois, em troca do embaixador suíço, que fora sequestrado, Tito naufragava em alucinações pelas ruas de Paris, onde o delegado Fleury lhe parecia onipresente” (BETTO, 2001, p. 130). Frei Tito foi encontrado enforcado, em agosto de 1974, numa zona rural da França.

Lançando mão do exercício ficcional, Kucinski propõe uma perspectiva de certo modo curiosa sobre a figura de Fleury. O autor dá vida a uma personagem que, em virtude de ter se apaixonado pelo delegado, procura, em certos momentos, atenuar as atrocidades praticadas por ele. Assim, apesar de saber que o agente está diretamente ligado a casos de extrema violência praticada contra presos políticos — “Se o sujeito é comunista ele vai com tudo, tem carta branca, esmaga como se fosse uma barata” (KUCINSKI, 2014a, p. 108) —, ela busca ao mesmo tempo relativizar sua selvageria, mostrando o seu “lado humano”:

Como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com outros. Eu não sou nenhuma santa, podendo tirar vantagem eu tiro, mas crueldades como estas, da parte dele, confesso à senhora que me assustam... quando eu li me deu pânico. [...] Uma vez ele disse: é uma guerra e na guerra ou você mata ou você morre. É que para ele padre não deve se meter em política. Eu também acho isso (KUCINSKI, 2014a, p. 106-107).

Observa-se que, em virtude de sua relação com Fleury, a personagem acaba abandonada por todos, tornando-se “um bicho solitário, um bicho como ele, uma mulher maldita, olhada com nojo pelos vizinhos, sem família, sem amigos” (KUCINSKI, 2014a, p. 108). Ao analisá-la, Figueiredo (2017, p. 133) conclui: “isolada, sem amigos, ela vive sua paixão de maneira um pouco patética” (FIGUEIREDO, 2017, p. 133). Dessa forma, para suprir a carência afetiva de contato social, a mulher aceita ajudar os familiares de desaparecidos, ainda que não haja muito o que fazer por eles: “Todos já sabem, fingem que têm aquele fiapo de esperança, ou vai ver que é culpa, acham que têm que continuar procurando, continuar se enganando, se ocupando” (KUCINSKI, 2014a, p. 111).

3.9 UMA REFLEXÃO SOBRE OS SOBREVIVENTES

Em suas reflexões sobre memória e narração, Seligmann-Silva (2013, p. 51-52) afirma que Auschwitz pode ser compreendido como “uma das maiores tentativas de ‘memoricídio’ da história”. Apoiando-se nas reflexões de Levi, o estudioso vê na história do Terceiro Reich uma “guerra contra a memória, falsificação orwelliana da memória, falsificação da realidade, negação da realidade”. Daí a figura do sobrevivente ser fundamental nos estudos do testemunho, pois ela é capaz de intervir nesse processo de apagamento da memória: o sobrevivente é o portador da *catástrofe*, porta-voz dos que jamais puderam falar. Portanto, escreve Seligmann-Silva, os “sobreviventes e as gerações posteriores defrontam-se a cada dia

com uma tarefa [...] de rememorar a tragédia e enlutar os mortos”. A intrincada relação entre aquele que sobrevive e a experiência limítrofe (vale dizer, catastrófica, traumática) recebe tratamento em “Sobreviventes, uma reflexão”. Trata-se de uma das passagens mais bem elaborados em toda a narrativa, na qual Kucinski presenteia o leitor com um texto em que se destaca a sua profunda capacidade de reflexão sobre a condição do sobrevivente. “Embora cada história de vida seja única, todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia” (KUCINSKI, 2014a, p. 166). O capítulo abre com a afirmação da singularidade das experiências vividas por cada indivíduo, de modo que a soma dessas vivências engendra uma história de vida que é sempre única. Ao mesmo tempo, essa unicidade do vivido perde sua força diante de um elemento comum entre os sobreviventes: a *melancholia*.

O conceito inaugural de melancolia, conforme explica Ginzburg (2012b, p. 48), é tributária da obra de Hipócrates. Essa concepção clássica, constante no livro VI — *Aforismos*, encontra-se descrita no Aforismo 23: “Se o medo e a tristeza duram muito tempo, tal estado é próprio da melancolia” (PIGEAUD, 1988, p. 58 *apud* GINZBURG, 2012b, p. 47). Modernamente, esse conceito ganhou um novo desdobramento na obra de Constantino el Africano. Em *De melancholia*, esse autor conclui:

Os acidentes que a partir dela [da melancolia] sucedem na alma parecem ser o medo e a tristeza. Ambos são péssimos porque confundem a alma. Com efeito, a definição de tristeza é a perda do muito intensamente amado. O medo é a suspeita de que algo ocasionará dano. (CONSTANTINO, 1992, p. 15 *apud* GINZBURG, 2012, p. 48).

Na qual complementa Ginzburg (2012b, p. 48), “a noção de *tristeza* em Constantino é desenvolvida como uma teoria da perda”. Portanto, caracterizam-se como melancólicos os indivíduos que “perderam seus filhos e amigos mais queridos, ou algo precioso que não puderam restaurar” (CONSTANTINO, 1992, p. 40 *apud* GINZBURG, 2012b, p. 48). Acrescenta-se ainda “a incapacidade de enlutar leva à melancolia” (SELIGMANN-SILVA, 2002b, p. 141). Por essa razão, para o melancólico, as visões do passado são sempre conflitantes, seja em virtude da perda de algo estimado, seja em razão da projeção dos possíveis danos no futuro. Dessa maneira, o traço melancólico do sobrevivente é evocado toda vez que este encontra-se diante da tarefa de se lembrar, situação esta que “envolve tanto um confronto constante com a catástrofe, com a ferida aberta pelo trauma — e, portanto, envolve a resistência e a superação da negação —, como também visa a um consolo nunca totalmente alcançável” (SELIGMANN-SILVA, 2013, p. 52).

Diante disso, Ginzburg (2012b, p. 48) indaga-se: “Como falar valendo-se desse lugar em que não há sossego? Em que o passado é doloroso, e o futuro não oferece paz? No extremo desse lugar não oferece nenhuma conciliação”. Tais questionamentos encontram eco no *topos* do declínio da experiência (*Erfahrung*), tema incorporado por Benjamin já em seus primeiros escritos, e que se constituiu numa das preocupações do escritor judeu-alemão em torno das transformações estéticas na modernidade (GAGNEBIN, 2013, p. 55). Em “Experiência e pobreza”, de 1933, Benjamin narra a história de um ancião que, próximo da morte, conta aos filhos que há um tesouro enterrado em seus vinhedos:

Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, porém, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido uma certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho duro. Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: "Ele ainda é muito jovem, mas em breve será um dos nossos". Ou: "Um dia ainda vai experimentar na própria carne". Sabia-se também exatamente o que era a experiência: ela sempre fora comunicada pelos mais velhos aos mais jovens. (BENJAMIN, 2014, p. 123).

Ao evocar a parábola do velho no leito de morte, Benjamin explica “como nos tornamos *ricos*” (GAGNEBIN, 2013, p. 57): a riqueza não se encontra em nenhum tesouro enterrado, mas na experiência que o pai transmite aos filhos antes de morrer. Renato Franco (2015, p. 57) comenta que “tal expediente faz por situá-la [a experiência] como sabedoria de vida, como o resultado das atividades envolvidas em uma vida inteira, que, narrada aos mais jovens pelos mais velhos, permite a continuidade da tradição e dela própria”.

Entretanto, Benjamin (2014, p. 123-124) deixa claro que “as ações da experiência estão em baixa”. O autor judeu se refere à geração que “viveu uma das mais terríveis experiências da história universal”: a Primeira Guerra Mundial, travada entre os anos de 1914 a 1918. A partir daí a capacidade de se ter experiência e, por conseguinte, de transmiti-la, estaria em *declínio*. Essa questão é retomada por Benjamin mais tarde em “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolau Leskov”, de 1936. Assim como a constatação do escritor alemão, no texto ficcional produzido por Kucinski também se verifica semelhante movimento característico da precarização da experiência e de sua consequente narração:

Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos; quer evitar que contraíam esse mal antes mesmo de começarem a construir suas vidas. Também aos amigos não gosta de mencionar suas perdas e, se são eles que as lembram, a reação é de desconforto. K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto. (KUCINSKI, 2014a, p. 166).

A experiência supõe uma *temporalidade* que se faz comum a várias gerações. Ou seja, “uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho” (GAGNEBIN, 2013, p. 57). Não havendo experiência comunicável, rompem-se os laços entre as gerações: “Por isso, não fala de suas perdas a filhos e netos”. Parafraseando as indagações de Ginzburg, pergunta-se: então, o que pode K. contar desse lugar de dessorsego a seus filhos? O que é possível transmitir de um passado doloroso, como o Holocausto?

Ao sobrevivente resta apenas a convivência com a lembrança *traumática* do vivido, com a presença de um passado que irrompe o tempo presente a todo momento. A experiência traumática, diz Seligmann-Silva (2000, p. 84) “é justamente uma *ferida* na memória”. Em *K. Relato de uma busca*, o sobrevivente também se constitui como um sujeito portador dessa cicatriz na memória, produzida a partir da experiência de uma perda brutal e irrecuperável. Por isso, ele sente-se constantemente preso a essa lembrança dolorida. Nesse sentido, expressa a voz narrativa:

O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Porque eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos. (KUCINSKI, 2014a, p. 166).

Em sua raiz grega, o vocábulo trauma quer dizer *ferimento*. Já na derivação indo-europeia, possui outros sentidos: *friccionar*, *triturar*, *perfurar*, mas também *suplantar*, *passar através*. Em outras palavras, “uma coisa que tritura, perfura, mas que, ao mesmo tempo, é o que nos faz suplantá-la, já se revela mais uma vez o paradoxo da experiência catastrófica, que por isso mesmo não se deixa apanhar por formas simples de narrativa” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 8). Sigmund Freud introduziu o termo traumático nas ciências humanas a partir dos seus primeiros escritos no começo do século XX⁷¹. Em *Para além do princípio do prazer* (1920), ele constata o aspecto acidental e excepcional do acidente traumatizante. Cathy Caruth (1996) explica que Freud descreve uma forma de sofrimento que é, de modo inexplicável, persistente na vida de certos indivíduos. Diante dos terríveis pesadelos dos soldados austríacos que retornavam da Grande Guerra e do repetitivo “reencontro” destes com a cena traumática, Freud se espanta com o peculiar e às vezes estranho modo com que essas imagens catastróficas pareciam se repetir na vida destes indivíduos. Em alguns casos, ele observa que essas repetições

⁷¹ Conforme Seligmann-Silva (2002b, p. 140): “Já outros trabalhos no caminho aberto pelas pesquisas de, entre outros, Freud, Ferenczi, Ernst Simmel e Karl Abraham [...], sobretudo após a guerra do Vietnã, levaram a um aprofundamento da teoria do trauma e à introdução, em 1980, do diagnóstico de “Post-traumatic Stress Disorder” (PTSD).

eram particularmente impressionantes, pois não pareciam ser causadas por atos do próprio indivíduo, mas antes se afiguravam como um tipo de possessão que o dominava. Ou seja, os demônios do passado que ressurgem de forma inaudita, retomando a imagem do trauma elaborada por Kucinski.

Também no trecho destacado anteriormente encontra-se outro aspecto que parece ser consenso no que tange à condição do sobrevivente, qual seja, o sentimento de culpa que passa a acompanhar aquele que sobreviveu: “Por que eu sobrevivi e eles não?”. Seligmann-Silva (2002b, p. 140) comenta que novos elementos foram incorporados à teoria do trauma a partir das pesquisas sobre os sobreviventes dos campos de concentração nazistas. Ele explica que, na década de 1960, foi realizado o primeiro simpósio sobre os problemas psíquicos de sobreviventes na cidade de Copenhague. Durante o evento, W. G. Niederland apresentou o conceito de “síndrome de sobrevivente”. De acordo com esse autor, dentre os distúrbios que caracterizam a condição do sobrevivente estão a “incapacidade de verbalizar a experiência traumática, [a] culpa por ter sobrevivido, e um trabalho de trauma que não é concluído” (SELIGMANN-SILVA, 2002b, p. 140, grifos nossos).

A narrativa de *K.* é marcada pela constante irrupção de um sentimento de culpa por parte do pai em face da desaparecimento da filha. Em entrevista⁷², Kucinski admite que a culpabilização da personagem foi um dos elementos centrais na concepção de *K. Relato de uma busca*, aliás, culpa esta que o escritor também assume para si:

Uma segunda abordagem, talvez mais delicada, é o fato de que o livro se inspira pela ideia da culpa. Os que sobrevivem sentem-se culpados apenas pelo fato de terem sobrevivido, enquanto seus parentes e conhecidos não sobreviveram. [...] A culpa, creio, é o âmago do livro, talvez o motivo que me levou a escrevê-lo e a razão de ter assumido a forma de uma catarse. Não [foram] só as pequenas culpas de *K.* por não perceber o que vinha acontecendo [com a filha], mas também as minhas. (KUCINSKI, 2013, não p.).

Capítulo a capítulo, *K.* é levado a lidar com o sumiço inesperado da filha e a falta de notícias sobre seu paradeiro. Todavia, com o passar do tempo, o enorme cansaço e o arrefecimento de suas esperanças despertam em *K.* o sentimento de *perda* e sua busca passa a ser não mais pela filha, mas “para medir a sua própria culpa” (KUCINSKI, 2014a, p. 91): culpa pela “ausência de ritos da família” (KUCINSKI, 2014a, p. 13); pelo “segundo casamento com aquela alemã

⁷² Entrevista ao portal DW Brasil, intitulada *Bernardo Kucinski e a culpa dos que sobreviveram*. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em: 20 maio 2018.

que a filha detestava”, ou devido “à sua devoção tão intensa à língua iídiche” (KUCINSKI, 2014a, p. 45); enfim:

A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido. (KUCINSKI, 2014a, p. 167).

Ao final, procurando aprofundar suas considerações em torno da culpa do sobrevivente, o narrador vale-se das reflexões de Milan Kundera sobre a culpabilização na obra de Kafka, que seria inspirada em sua “experiência familiar, no medo que tinha de ser julgado pelo seu pai” (KUCINSKI, 2014a, p. 168). Ao analisar a obra do autor tcheco, Kundera nomeia de “‘totalitarismo familiar’ o conjunto de mecanismo de culpabilização desvendados por Kafka” (KUCINSKI, 2014a, p. 168). Ao cotejar a realidade kafkaniana com a dos sobreviventes da ditadura civil-militar, a voz narrativa constata: “Nós poderíamos chamar o nosso de ‘totalitarismo institucional’” (KUCINSKI, 2014a, p. 168).

Por “totalitarismo institucional”, entende-se a forma como o Estado gerenciou o processo para que a culpa incidisse apenas sobre os familiares das vítimas da repressão, tornando, assim, impossível a realização do trabalho de luto e a superação da perda. Dessa forma, diz o narrador: “Porque é óbvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que fazem crer que, se tivéssemos agido diferente do que agimos, a tragédia seria abortada” (KUCINSKI, 2014a, p. 168). Um dos imbróglios jurídicos proposto pelo Estado com essa função corresponde às “indenizações às famílias de desaparecidos”, uma maneira de sepultamento dos casos sem “enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação”, na tentativa de fazer “de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história” (KUCINSKI, 2014a, p. 168). Nessa perspectiva, sintetiza o narrador:

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (KUCINSKI, 2014a, p. 169).

Sobre essa questão, Figueiredo (2017, p. 127) lembra que esse assunto também é abordado no prólogo da obra *Prova contrária*, de Fernando Bonassi. Ao referir-se à Lei 9.140/1995, que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas em razão de participação de atividades

política, Bonassi enfatiza que a norma não previu “a investigação das circunstâncias em que ocorreram, nem a identificação dos autores dessas arbitrariedades” (BONASSI, 2003, p. 5 *apud* FIGUREIDO, 2017, p. 128). Dessa maneira, conclui Figueiredo (2017, p. 128), “A indenização sem esclarecimento e punição dos responsáveis gera ainda mais mal-estar e culpa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção histórica é dedicada à memória dos sem nomes.

Walter Benjamin

Neste estudo, procurou-se analisar a obra *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, enfatizando-se o componente testemunhal intrínseco à sua construção narrativa. Para tanto, lançou-se mão do arcabouço teórico em torno da presença do teor testemunhal em narrativas de sobreviventes ou de escritores que procuraram ficcionalizar os eventos catastróficos ocorridos no decorrer do século XX. Esses episódios podem ser guerras, genocídios, regimes ditatoriais, campos de concentração etc. A ideia de testemunho fora aplicada a princípio em pesquisas relacionadas a textos de sobreviventes dos campos de concentração, como o caso emblemático de Primo Levi. Contudo, atualmente o termo remete a uma vasta produção comprometida com a narração de processos históricos que têm na violência e na opressão o seu aspecto mais característico. Sob perspectiva semelhante, insere-se o conceito de *testimonio*. Trata-se de uma chave de leitura de narrativas que problematizam a história das ditaduras e de outras formas de opressão, de um modo geral, nos países hispano-americanos. Ambas as noções — o “testemunho” e o “*testimonio*” — são de suma importância para o entendimento da produção ficcional nascida ao longo do século XX e XXI, podendo, nesse caso, servir de suporte para iluminar as relações entre Literatura Brasileira e ditadura civil-militar.

K. Relato de uma busca é uma narrativa engendrada pelo entrecruzamento entre história e ficção, experiência e testemunho. Em seu caráter mais individual, pode-se afirmar que a obra é uma tentativa de “perlaboração” do passado traumático, como o próprio autor declara em entrevista. Contudo, deve-se ressaltar seu papel de portador da memória dos anos de chumbo. Nesse viés coletivo, a narrativa descreve a experiência vivida por várias famílias que foram atingidas pela política de extermínio do regime ditatorial. Daí a ressaltar a capacidade da literatura de Kucinski em recriar, a partir de um trauma individual, uma experiência que afetou aqueles que foram atingidos, direta ou indiretamente, pelas arbitrariedades do estado de exceção instaurado após 1964. De fato, ao reelaborar ficcionalmente o episódio do assassinato de sua irmã e de seu cunhado durante a ditadura civil-militar, Kucinski produziu um testemunho fundamental para a compreensão crítica do processo histórico que marcou a sociedade brasileira na segunda metade do século passado.

Do ponto de vista histórico, *K. Relato de uma busca* apresenta uma riqueza que somente um leitor munido do conteúdo historiográfico acerca do período é capaz de acessá-la por completo. Fatos, informações, episódios, personalidades reais, tudo é arquitetado de forma minuciosa, a partir de uma perfeita simbiose entre matéria histórica e forma narrativa. É importante frisar que essa sólida composição de referências históricas presente na obra de Kucinski é tecida a partir das estratégias da fragmentação, da não linearidade e da união de múltiplos pontos de vista narrativos adotadas pelo autor. Esses recursos literários possibilitam que variados elementos do período ditatorial sejam incorporados à narrativa, seja por meio de uma voz narrativa em terceira pessoa, seja através da fala de personagens que, de uma forma ou de outra, ligam-se ao aparato repressivo ou a seus agentes. Todavia, deve-se realçar o fato de que *K. Relato de uma busca* permite ao leitor acessar, com intensa emoção, a dor e a agonia vividas pela personagem central, sentimentos demasiadamente humanos que não cabem nos discursos da história. Portanto, a voz narrativa em terceira pessoa que narra, oniscientemente, a marcha lenta e dolorosa de K. em busca da filha desaparecida, é essencial para o desnudamento dos efeitos da máquina da repressão na vida daqueles que foram atingidos por sua implacável engrenagem de aniquilação.

Também não se deve jamais perder de vista o estatuto ficcional da narrativa, evidenciado tanto na capacidade imaginativa de Kucinski em recobrir lacunas que o discurso historiográfico não quer ou não pode preencher, quanto na sofisticação que caracteriza o texto kucinskiano. Se a força de *K. Relato de uma busca* advém da narração de um fato histórico que é, ao mesmo tempo, individual e coletivo, seu alcance é potencializado pelo trabalho inventivo e pelo refinamento formal que constituem o fazer literário do escritor. Nessa lógica, pode-se dizer que a experiência vivida exige que autor encontre um caminho, que só é possível ser traçado pela via ficcional, no qual realidade e criação estético-literária se entrelaçam não por justaposição, mas por reciprocidade (LESSA, 2014, p. 184). Ao empreender esse projeto, Kucinski imprime em seu texto uma força vertiginosa, em que a aptidão de introjetar no leitor a dor e a tragédia de uma experiência dilacerante demonstra o vigor de uma obra depurada a partir da combinação entre fatos, elaboração imaginativa e operações formais e textuais.

Como no caso das narrativas testemunhais no âmbito da América Latina, *K. Relato de uma busca* também pretende enunciar uma história que se quer silenciada por aqueles que protagonizaram os horrores da ditadura. Dessa forma, a obra age numa esfera político-ideológica que visa impedir o esquecimento de episódios significativos da história recente do Brasil. Para tanto, atua como uma “contra-história”, uma vez que dá ao leitor uma visão que se opõe ao discurso oficial. Dessa maneira, o texto-testemunho de Kucinski toma para si o trabalho

de reconstituição das vidas subtraídas de forma abrupta. Atravessada por imagens de uma memória traumática, sua ficção se projeta para o presente, visto que possibilita que novas perspectivas e interpretações sejam lançadas sobre os fatos outrora ocorridos. Pode-se afirmar, portanto, que a obra de Kucinski adquire uma força redentora do passado, característica do discurso testemunhal, diante das tentativas de manipulação e apagamento da memória individual e coletiva. Assim, *K. Relato de uma busca* exerce o papel de “justiça histórica”, de “documento para a história”, capaz de contradizer o discurso oficial negacionista que pretende “virar a página” acerca da ditadura brasileira, eliminando da história os crimes cometidos e garantindo que a impunidade se perpetue como um mal social. Trata-se da “passagem pelo testemunho”, apontada aqui como condição necessária para que a sociedade brasileira supere a herança ditatorial. Nesse contexto, o testemunho literário de Kucinski pode ser compreendido como espaço para discussões não somente no campo da estética, mas também da ética, da história e da política.

Dentre suas várias funções, a literatura exerce um papel fundamental na restituição da memória daqueles que, de forma inexorável, sucumbiram em tempos mais sombrios, em uma época em que a barbárie humana revelou sua face mais terrível. O empreendimento literário de Kucinski — de manter viva a lembrança daqueles que se encontram sepultados aquém da história — é amplamente significativo para o campo da “política da memória” que se debruça sobre o período ditatorial no Brasil. Ao trazer à luz vários aspectos relacionados à experiência coletiva e traumática da ditadura civil-militar, Kucinski ilumina a tragédia vivida por aqueles que se opuseram ao autoritarismo e viram-se subjugados por sua brutalidade desenfreada, cujos horrores alcançaram também muitos de seus familiares. Diante desse contexto, *K. Relato de uma busca* pode ser compreendido como uma tentativa de rompimento do bloqueio e do sequestro do testemunho imposto ainda no decurso do governo civil-militar. Esse entendimento é de suma importância, uma vez que coloca o texto testemunhal não só em solidariedade com as vítimas dos abusos cometidos durante a ditadura, mas também, de forma mais ampla, reflete o caráter contínuo da violência existente na cultura brasileira, tornando possível, assim, compreendê-la sob o viés de um problema histórico e social ininterrupto.

Ademais, se esse tema ainda possui um espaço considerado ínfimo no cenário da Literatura Brasileira, *K. Relato de uma busca* pode servir de alento para a criação de uma “cultura da memória” ao menos no campo literário, tal como ocorre em outros países da América Latina. Sob essa perspectiva, ressalta-se a importância dessa obra no sentido de se construir uma ponte entre o passado recente do país e as futuras gerações de escritores. Desse modo, ao invés de se tornarem cúmplices do processo de apagamento histórico, da imposição

de uma amnésia coletiva, os novos autores podem assumir o papel político e ético de portadores da memória do terror implantado pela política dos quartéis. Somente assim, a memória da ditadura civil-militar talvez deixe de ser ambígua e vaga, como já apontado aqui, soterrada por discursos que tentam apagar o rastro da violência deixado pelo Estado brasileiro e seus cúmplices.

REFERÊNCIAS

- ACHUGAR, Hugo. Historias paralelas/ejemplares: la historia y la voz del otro. *Revista de Critica Literaria Latinoamericana*, Lima, Año XVIII, n. 36, pp. 51-73, 2º semestre 1992.
- ADORNO, Theodor. *Negative Dialectics*. Trad. E. B. Ashton, New York: Continuum, 1973.
- ADORNO, Theodor. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANDERSSON, Luciane Maria Said. *As cadeias da humanidade são feitas de papel: o testemunho da ditadura civil-militar no romance K*. 204 fls. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Ciência da Literatura, Rio de Janeiro, 2014.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (Coord.). *Brasil: nunca mais*. 33ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. Revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENVENISTE, Émile. *O Vocabulário das instituições indo-europeias*. Volume II. Poder, Direito, Religião. Tradução de Denise Bottmann. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- BETTO, Frei. *Diário de Fernando: nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- BETTO, Frei. Um homem suicidado. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. 2ª Ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- BONASSI, Fernando. *Prova contrária*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.
- BOSI, Ecléa. *Lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Q. Editor-Edusp, 1987.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1).
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 3).

BRASIL. *Decreto-Lei Nº 314*, de 13 de março de 1967. Lei de Segurança Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0314.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

BRASIL. *Decreto-Lei Nº 477*, de 23 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. *Lei Nº 10.536*, de 14 de agosto de 2002. Altera dispositivos da Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1955. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110536.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. *Lei Nº 10.875*, de 1º de junho de 2004. Altera dispositivos da Lei Nº 9.140, de 04 de dezembro de 1955. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.875.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. *Lei Nº 6.683*, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. *Lei Nº 9.140*, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9140.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL: nunca mais digit@1. Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br>>. Acesso em: 19 fev. 18.

CARUTH, Cath. *Unclaimed experience: trauma, narrative and History*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, 2001.

CIDADÃO Boilesen. Longa-metragem. 92 minutos. Direção: Chaim Litewski. Produção: Chaim Letewski e Palmeiras Produções e Jornalismo, Rio de Janeiro, 2009.

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Acervo – Mortos e Desaparecido Políticos*. Disponível em: <

<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/96>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

CONSTANTINO EL AFRICANO. *De melancholia*. Buenos Aires: Fundación Acta, 1992.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS. Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos. Reunida em Belém do Pará, Brasil, em 1994.

CORNELSEN, Elcio Loureiro. O testemunho na chave do trauma. In: UMBACH, Rosani Ketzer; CALEGARI, Lizandro Carlos (Orgs.). *Estética e política na produção cultural: as memórias da repressão*. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2011.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares e a anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. *O espaço da dor: o regime de 64 no romance brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DOSSIÊ dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 (DMDP). Comissão responsável: Maria do Amparo Almeida Araújo *et al.* Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Apresentação de Miguel Arraes de Alencar. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade – a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

FRANCO, Renato. *10 lições sobre Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: conferências introdutórias sobre psicanálise (Parte III)*. Vol. XVI. Tradução de José Luís Meurer. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GARCÍA, Gustavo V. *La literatura testimonial latinoamericana*. Madri: Pliegos, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, pp. 61-66, 2008.

GINZBURG, Jaime. Escritas da tortura. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. In: SALGUEIRO, Wilberth (Org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: EDUFES, 2011.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2012a.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012b.

GRECO, Heloisa Almeida. Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. Volume II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*. Histórias, documentos e depoimento dos agentes do regime. 2ª Edição. São Paulo: Alameda, 2014.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KAFKA, Franz. *O processo*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

KEHL, Maria Rita. Comentários sobre K., de Bernardo Kucinski. *Blog da Boitempo*. 28 nov. 2011. Não paginado. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/11/28/comentarios-sobre-k-de-bernardo-kucinski/>>. Acesso em: 23 abr. 2018. Não paginado.

KEHL, Maria Rita. A ironia e a dor. In: KUCINSKI. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. Bernardo Kucinski e a culpa dos que sobreviveram. *DW Brasil* [online], Notícias, 08 out. 2013. Entrevista concedida à Tainã Mansani. Não paginado. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/bernardo-kucinski-e-a-culpa-dos-que-sobreviveram/a-17131513>>. Acesso em: 20 maio 2018.

KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.

KUCINSKI. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. São Paulo: Cosac Naify, 2014b.

KUCINSKI, Bernardo. A libertação de Kucinski. *Jornal Rascunho*, [on-line], edição #168, abr. 2014c. Entrevista concedida a Rogério Pereira. Não paginado. Disponível em: <<http://rascunho.com.br/a-libertacao-de-kucinski/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KUCINSKI, Bernardo. K. em busca da verdade. *IHU – Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, edição 439, 31 mar. 2014d. Entrevista concedida a Luciano Gallas. Não paginado. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5411&secao=439. Acesso em: 29 maio 2018.

LAUB, Dori. Truth and testimony: the process and the struggle. In: CARUTH, Cathy. (Org.). *Trauma*. Explorations in memory. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995. pp. 61-75.

LESSA, Renato. *A experiência de K*. (Posfácio), In: KUCINSKI, Bernardo. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LISBOA, Adriana *et al.* Política na ficção: entrevista com quatro autores brasileiros. *Carta Capital*, [on-line], Cultura, 07 abr. 2018. Entrevista concedida à Clarissa Wolff. Não paginado. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/a-redoma-de-livros/politica-na-ficcao-entrevista-com-4-autores-brasileiros>>. Acesso em: 28 maio 2018.

LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARCO, Valéria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova*, n. 62, 2004.

MEIGUINS, Alessandro. O horror: os aparatos de repressão e tortura subvertem mais a ordem que os terroristas que eles combateram. In: *50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Abril, 2014.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. *Teresa – Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 17, pp. 15-30, 2016.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar, a responsabilidade do Estado*. 2ª ed. Revista e ampliada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Prefácio. In: SILVA, Mário Augusto Medeiros de. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.

MORAÑA, Mabel. Documentalismo y ficción: testimonio y narrativa testimonial hispanoamericana en el siglo XX. In: PIZARRO, Ana. *América latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo, v. 3, pp. 479-515, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. *TOPOI – Revista de História*, v. 9, n. 16, pp. 30-67, jan.-jun. 2008.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma guerra suja: Cláudio Guerra em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

PELEGRINI, Tânia. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. *Crítica marxista*, Campinas, pp. 132-153, 2005. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/critica21-A-pelegrini.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

PENNA, João Camillo. *Escritos da sobrevivência*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013a.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013b.

PIGEAUD, Jackie. Présentation. In: ARISTORE. *L'homme de génie et la mélancolie*. Problème XXX, 1. Paris: Rivages, 1988.

RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

RIO DE JANEIRO. Ordem Brasileira de Advogados. *Campanha pela memória e pela verdade*. Canal YouTube, Vídeo (30 seg.), 16 out. 2010. Participação da atriz Eliane Giardini. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCG7CQOpoAY3tF0GjNrSUi8Q>>. Acesso em: 1º maio 2018.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). *Matraga – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, pp. 284-303, jul./dez. 2012.

SÃO PAULO. COMISSÃO DA VERDADE (CEV) “RUBENS PAIVA”. Relatório: “*Bagulhão*”: A voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo, 2014. Relatório, Tomo I, Parte I.

SÃO PAULO. *Projeto de Lei Nº 283/1991*. Denomina Ana Rosa Kucinski Silva a rua nº 107, no Jd. Toka, na Administração Regional da Capela do Socorro. Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0283-1991.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. Breve mapeamento das relações entre violência e cultura no Brasil contemporâneo. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 29, pp. 27-53, jan.-jun. 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testemunho”: um caso de intraduzibilidade entre conceitos. *Pandaemonium Germanicum*, São Paulo, n. 6, p. 67-83, 2002a.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura e trauma. *Pró-posições*, v. 13, n. 3 (39), p. 135-153, set./dez. 2002b.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: Ed. 34, 2005.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma* — a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida (Orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. *Tempo e Argumento* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, pp. 3-20, jan./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrativas contra o silêncio: cinema e ditadura no Brasil. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (Orgs.). *Escritas da violência: representações da violência na história e na cultura contemporâneas da América Latina*. Vol. II. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da Silva. O anjo da história e a memória das vítimas: o caso da ditadura militar no Brasil. In: RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Justiça e memória: para uma crítica ética da violência*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

SOMMER, Doris. Sin secretos. In: BEVERLEY, JOHN; ACHUGAR, HUGO. *La voz del otro: testimonio, subalternidad y verdad narrativa*. Ciudad de Guatemala: Ediciones Papiro, S.A., 2002.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Luto e memória da ditadura: o memorial dos desaparecidos de Vila Formosa em São Paulo. *Revista M.*, v. 2, n. 3, pp. 65-93, jan./jun. 2017.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina. Apresentação. *Dossiê Literatura e Ditadura*. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 43, pp. 11-12, jan./jun. 2014.